

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Atividades do emissor | |
| 1.1 Histórico do emissor | 1 |
| 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas | 5 |
| 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais | 9 |
| 1.4 Produção/Comercialização/Mercados | 10 |
| 1.5 Principais clientes | 16 |
| 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal | 17 |
| 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior | 29 |
| 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira | 30 |
| 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) | 31 |
| 1.10 Informações de sociedade de economia mista | 34 |
| 1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante | 35 |
| 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital | 36 |
| 1.13 Acordos de acionistas | 38 |
| 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios | 39 |
| 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas | 40 |
| 1.16 Outras informações relevantes | 41 |
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 43 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 57 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 62 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 63 |
| 2.5 Medições não contábeis | 64 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 66 |
| 2.7 Destinação de resultados | 68 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 70 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 71 |
| 2.10 Planos de negócios | 72 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 74 |
| 3. Projeções | |
| 3.1 Projeções divulgadas e premissas | 75 |
| 3.2 Acompanhamento das projeções | 76 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 4. Fatores de risco | |
| 4.1 Descrição dos fatores de risco | 77 |
| 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco | 114 |
| 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado | 115 |
| 4.4 Processos não sigilosos relevantes | 124 |
| 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes | 129 |
| 4.6 Processos sigilosos relevantes | 130 |
| 4.7 Outras contingências relevantes | 131 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 133 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 142 |
| 5.3 Programa de integridade | 145 |
| 5.4 Alterações significativas | 158 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 159 |
| 6. Controle e grupo econômico | |
| 6.1/2 Posição acionária | 162 |
| 6.3 Distribuição de capital | 172 |
| 6.4 Participação em sociedades | 173 |
| 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico | 175 |
| 6.6 Outras informações relevantes | 176 |
| 7. Assembleia geral e administração | |
| 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal | 177 |
| 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal | 180 |
| 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração | 181 |
| 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal | 187 |
| 7.4 Composição dos comitês | 195 |
| 7.5 Relações familiares | 203 |
| 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle | 205 |
| 7.7 Acordos/seguros de administradores | 211 |
| 7.8 Outras informações relevantes | 212 |
| 8. Remuneração dos administradores | |
| 8.1 Política ou prática de remuneração | 216 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 8.2 Remuneração total por órgão | 221 |
| 8.3 Remuneração variável | 225 |
| 8.4 Plano de remuneração baseado em ações | 227 |
| 8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) | 228 |
| 8.6 Outorga de opções de compra de ações | 229 |
| 8.7 Opções em aberto | 230 |
| 8.8 Opções exercidas e ações entregues | 231 |
| 8.9 Diluição potencial por outorga de ações | 232 |
| 8.10 Outorga de ações | 233 |
| 8.11 Ações entregues | 234 |
| 8.12 Precificação das ações/opções | 235 |
| 8.13 Participações detidas por órgão | 236 |
| 8.14 Planos de previdência | 237 |
| 8.15 Remuneração mínima, média e máxima | 238 |
| 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização | 241 |
| 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração | 242 |
| 8.18 Remuneração - Outras funções | 243 |
| 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada | 244 |
| 8.20 Outras informações relevantes | 245 |
| 9. Auditores | |
| 9.1 / 9.2 Identificação e remuneração | 246 |
| 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores | 248 |
| 9.4 Outras informações relevantes | 249 |
| 10. Recursos humanos | |
| 10.1A Descrição dos recursos humanos | 250 |
| 10.1 Descrição dos recursos humanos | 251 |
| 10.2 Alterações relevantes | 252 |
| 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados | 253 |
| 10.4 Relações entre emissor e sindicatos | 254 |
| 10.5 Outras informações relevantes | 256 |
| 11. Transações com partes relacionadas | |
| 11.1 Regras, políticas e práticas | 259 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 11.2 Transações com partes relacionadas | 261 |
| 11.2 Itens 'n.' e 'o.' | 264 |
| 11.3 Outras informações relevantes | 268 |
| 12. Capital social e Valores mobiliários | |
| 12.1 Informações sobre o capital social | 269 |
| 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras | 270 |
| 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil | 271 |
| 12.4 Número de titulares de valores mobiliários | 284 |
| 12.5 Mercados de negociação no Brasil | 285 |
| 12.6 Negociação em mercados estrangeiros | 286 |
| 12.7 Títulos emitidos no exterior | 287 |
| 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas | 288 |
| 12.9 Outras informações relevantes | 291 |
| 13. Responsáveis pelo formulário | |
| 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE | 292 |
| 13.1 Declaração do diretor presidente | 293 |
| 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores | 294 |
| 13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual | |

1.1 Histórico do emissor

Informações Gerais do Emissor

| | |
|--|--|
| Denominação Atual do Emissor | Eurofarma Laboratórios S.A. |
| Denominação de Constituição do Emissor | Produtos Químicos e Farmacêuticos INAF Ltda. |
| Data de Constituição do Emissor | 04/07/1962 |
| Forma de Constituição do Emissor | Sociedade Limitada |
| País de Constituição | Brasil |
| Prazo de Duração | Indeterminado |
| Data de Registro CVM | Categoria A – 28 de março de 2022 |
| Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial | Não houve |

História do Emissor

A Companhia é a primeira farmacêutica integralmente detida por investidores brasileiros a atuar como multinacional, sendo reconhecida também como maior investidora em inovação no seu mercado de atuação.

A história do grupo econômico da Companhia ("Grupo Eurofarma") teve início em 1972, quando Galliano Billi, imigrante italiano que chegara ao Brasil em busca de oportunidades, fundou a Billi Farmacêutica na cidade de São Paulo (SP). À época, o Grupo Eurofarma foi fundado com o objetivo de prestar serviços de produção de medicamentos, viabilizando a terceirização por parte de farmacêuticas.

Ao longo de duas décadas, o Grupo Eurofarma expandiu suas operações, investindo na aquisição de plantas e marcas. Desse movimento resultou grande crescimento do grupo, que passava também a diversificar sua atuação no setor.

Nos anos seguintes, o Grupo Eurofarma passou por relevante fase de expansão, mediante a aquisição de unidades fabris (Unidade Campo Belo, SP, em 1977), de laboratórios (Laboratório Inaf, em 1977; em 1982; Stanley Home do Brasil, em 1992) e de marcas já presentes no mercado (marcas do laboratório Majer Meyer, em 1987).

Em 1977, o Grupo Eurofarma foi contratado pelo Laboratório Carlo Erba para a terceirização de sua produção. Dois anos depois, em 1979, a Companhia adquiriu a Unidade Campo Belo (SP) e o Laboratório Inaf.

1.1 Histórico do emissor

Seguindo a estratégia de crescimento a partir de aquisições, o Grupo Eurofarma adquiriu, em 1982, o ISA, primeiro laboratório brasileiro a produzir penicilina e, em 1987, todas as marcas do laboratório Majer Meyer.

No ano de 1992, o Grupo Eurofarma adquiriu as operações da Stanley Home do Brasil, hoje presentes na Unidade Interlagos (SP). No ano seguinte, em 1993, já tendo consolidado sua presença no setor, houve a criação da marca Eurofarma, que passaria a representar os negócios do grupo como um todo.

Ainda na década de 1990, a Companhia seguiu investindo no crescimento de sua presença no mercado e de sua produção. Assim, em 1995, teve início a operação das fábricas Freguesia do Ó e Euroglass, seguido da aquisição de outras marcas e instalações fabris relevantes no setor (marcas e instalações fabris da Pearson, em 1997, e das marcas da Wyeth, em 1998).

Entre as décadas de 1990 e 2000, Maurizio Bill sucedeu seu pai, Galliano, na presidência do Grupo Eurofarma. A nova administração buscou manter a trajetória de crescimento da Companhia, consolidar a posição da Eurofarma no Brasil e dar início ao projeto de internacionalização do Grupo.

Assim, os anos seguintes foram marcados por grandes mudanças na Companhia, que passou a atuar no mercado de medicamentos genéricos no Brasil (2001) e na exportação de produtos (2002).

Nos anos 2000, o Grupo Eurofarma inaugurou seu Núcleo de Inovação, sendo que as primeiras patentes da Companhia foram depositadas nos anos seguintes, tanto no Brasil, em 2008, quanto no exterior, em 2009. Além disso, em 2009, a Companhia adquiriu a Quesada Farmacêutica e fundou a Eurofarma Argentina.

Em 2010, a Companhia investiu na aquisição dos Laboratórios Gautier (hoje denominados Eurofarma Uruguai e Eurofarma Bolívia), Volta e Farindustria (hoje denominada Euromed Chile). Na sequência, em 2011, o Grupo Eurofarma juntou-se ao laboratório Cristália, criando a joint venture Supera Rx Medicamentos, a qual promove e distribui produtos de prescrição médica.

Nos anos que seguiram, a Companhia expandiu suas atividades na América Latina, inaugurando operações no Paraguai, Equador e México, em 2012, e no Peru e Guatemala, em 2013. Esse movimento foi seguido pela entrada da Companhia nos Estados Unidos da América, no Chile e na Coréia do Sul, em 2014.

Em 2015, a Companhia consolidou sua adesão ao Pacto Global da ONU, comprometendo-se a seguir em suas atividades os 10 princípios estabelecido no documento. A adesão foi renovada em 2020. As iniciativas da Companhia nesse âmbito incluem: (i) investimentos em fontes renováveis; (ii) tecnologia para conectar cadeia de produção; e (iii) tratamento prioritário de resíduos perigosos.

1.1 Histórico do emissor

Os anos seguintes foram marcados pelo crescimento do portfólio da Companhia, que obteve licenciamentos e registros de novas tecnologias e produtos. Em 2018, a Companhia passou por reestruturações internas, com a criação do Centro de Serviços Compartilhados.

No ano de 2019, a Companhia conquistou 1º lugar em Prescrição Médica no Brasil, além de figurar como única farmacêutica tetracampeã pelo Guia Exame de Sustentabilidade.

Em 2020, a Companhia inaugurou o Eurolab, um centro de inovação de 21 mil m², com seis laboratórios, equipamentos de avançada tecnologia para análises de moléculas e 550 profissionais dedicados à pesquisa e desenvolvimento de medicamentos. Ainda em 2020, a Companhia posicionou-se como a primeira indústria farmacêutica a prestar serviços através da plataforma Alexa, sendo que no mesmo ano a Companhia inaugurou sua plataforma de e-commerce.

Em 2020, a Companhia somou o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas), de "Ação contra a mudança no clima" aos outros que já tinha estabelecido como prioritários e, assim, passou a integrar o grupo que reporta as emissões ao Programa de Divulgação de Emissão de Carbono, uma importante iniciativa do setor financeiro para mitigar o efeito das mudanças climáticas.

Já no ano de 2021, a Eurofarma conquistou importantes acordos, como o consórcio com a Pfizer/BioNTech para a produção da vacina contra a covid-19 e a sua distribuição na América Latina, e em linha com sua estratégia de aquisições e crescimento, adquiriu alguns ativos da Hypera Pharma, os quais haviam sido adquiridos da Sanofi, para comercialização nos mercados do México e Colômbia.

Em 2021, a Companhia foi a primeira farmacêutica brasileira a assumir o compromisso de neutralizar 100% das emissões diretas de CO₂, por meio da compra de créditos de carbono, o que, por sua vez, beneficiou os projetos brasileiros "Fazenda Fortaleza Ituxi – REDD+" em Lábrea (AM) e "Cikel Brazilian Amazon – REDD" em Paragominas (PA).

O ano de 2022 foi marcado pela entrada da Companhia no mercado dos EUA, com a aquisição da Medimetriks Pharmaceuticals Inc. A Companhia adquiriu a marca Valda e outros ativos do Laboratório Canonne e foi obtido a certificação pelo FDA (U.S. Food and Drug Administration) para o Complexo de Itapevi.

Em 2022, foi fechado acordo para a autoprodução de energia renovável e emissão do 1º título SLB sustentável.

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição da Genfar S.A. e Genfar Desarrollo y Manufactura S.A., ambas sediadas na Colômbia; Genfar Del Ecuador S.A.S., com sede no Equador; e Genfar Del Peru S.A.C., com sede no Peru.

1.1 Histórico do emissor

Com atuação em 22 países na América Latina, na data deste Formulário de Referência, a Companhia conta com 10 plantas fabris estrategicamente distribuídas nesta região, posicionando-se com destaque nos principais ramos farmacêuticos: Prescrição Médica, Medicamentos Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar, Licitações, Oncologia e Serviços a Terceiros. A Companhia conta, ainda, com um amplo portfólio que atende todas as especialidades médicas e é referência em sistema nervoso central, anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

Somos a primeira multinacional farmacêutica com capital 100% brasileiro, nos posicionando como uma referência em inovação e sustentabilidade. Desde a nossa fundação em 1972, atuamos no setor de saúde produzindo, promovendo e comercializando produtos e serviços com foco na melhora da qualidade de vida das pessoas. Atualmente, somos líderes no Brasil em prescrição médica.

Com atuação em 20 países na América Latina, possuímos 10 plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina, o que nos permite nos posicionar com destaque nos principais ramos farmacêuticos: Prescrição Médica, Medicamentos Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar, Licitações, Oncologia, Serviços a Terceiros e Veterinária. Contamos com um amplo portfólio que atende todas as especialidades médicas e somos referência em sistema nervoso central, anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

Atuamos com parcerias nacionais e internacionais, em diferentes modelos de cooperação, como licenças, acordos de distribuição, prestação de serviços na área produtiva, joint ventures, codesenvolvimento, entre outros. Com foco em inovação, contabilizamos mais de 200 projetos no nosso pipeline e planos de expansão para importantes mercados globais.

Nossa missão é promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço justo e operação rentável, que assegure o nosso crescimento sustentável e o compartilhamento do valor gerado com colaboradores e sociedade.

Nossas Áreas de Atuação

- Prescrição médica: a produção de medicamentos que são prescritos por médicos é a nossa principal unidade de negócio. Somos o laboratório mais prescrito pela comunidade médica no Brasil, possuindo produtos de destaque como o contraceptivo Tâmisa®, o antiacnéico Selene® e o Pondera®.
- Genéricos: a produção de medicamentos genéricos tem como principal objetivo ampliar o acesso da população a medicamentos de qualidade por preços mais baixos. Nesse sentido, fomos pioneiros no lançamento de produtos genéricos de relevância para o mercado, como, por exemplo, o primeiro medicamento genérico oncológico (2001), o primeiro genérico antitabagismo (2005) e o primeiro genérico anticoncepcional oral (2007).
- Hospitalar: unidade de negócios que comercializa medicamentos e soluções parenterais de grande volume, por meio de uma rede de distribuição que compreende todo o território nacional.
- Licitações: unidade voltada ao atendimento das instituições públicas de saúde.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Oncologia: unidade voltada na produção e desenvolvimento de produtos para o tratamento de câncer.
- Serviços a terceiros: unidade responsável pela oferta de serviços de fabricação de cosméticos e medicamento, por meio da disponibilização de sua capacidade produtiva com diversos laboratórios e produtos manufaturados (terceirização).
- Isentos de prescrição: unidade que produz medicamentos isentos de prescrição, ou seja, aqueles aprovados por órgãos de vigilância sanitária, como a Anvisa no Brasil, para serem comercializados sem prescrição médica, destinados a tratar males menores.
- Exportação: unidade voltada para o mapeamento e expansão dos novos mercados internacionais, estabelecendo parcerias no exterior e ampliando portfólio de produtos comercializados fora do Brasil. Atualmente, os nossos produtos são exportados para países da América Latina, África e Ásia, com instalações de produção certificadas pela Anvisa (Brasil), Anmat (Argentina), Invima (Colômbia) e Digemid (Peru).

Investimento em Inovação

Com base em seu propósito inovador, as frentes de atuação da Companhia estão pautadas na manutenção e renovação do seu portfólio através do desenvolvimento de medicamentos similares e genéricos e da inovação incremental, que, no médio e longo prazo, fomentam a inovação radical própria, isto é, o desenvolvimento e criação de novas moléculas e medicamentos; bem como de parcerias.

A estratégia clínica para embasar os produtos desenvolvidos pela área de P&D é definida e conduzida pela área de Pesquisa Clínica da Eurofarma, que atua em conjunto com médicos pesquisadores renomados. Além disso, a Pesquisa Clínica colabora ativamente nos grupos multidisciplinares para o delineamento de seus protocolos clínicos, com ensaios clínicos nas áreas terapêuticas de: reumatologia, endocrinologia, infectologia e neurologia. Em 2022, a área de P&D recebeu R\$ 590,6 milhões, equivalente a 7,4% da receita líquida, montante 63% superior em relação ao ano de 2021

O pipeline de desenvolvimento atual contempla mais de 400 produtos, garantindo o alto índice de renovação de portfólio da Companhia, além dos projetos voltados para a ampliação de portfólio na América Latina.

Em 2021 foram 138 lançamentos de produtos, sendo 55 no Brasil e 83 nas operações internacionais e também foi submetida para registro a primeira patente internacional de molécula inovadora, fruto de parceria com a comunidade científica.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 2022 houve um crescimento exponencial dos principais indicadores da área de P&D, como o aumento de 82% no número de produtos em *pipeline*, evolução de 18% nos produtos colocados em estabilidade e de números de dossiês submetidos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que aumentou 110% em relação ao ano de 2021.

Ainda em 2022, a inovação radical na companhia mostrou sua maturidade e consolidação com o depósito de 25 pedidos definitivos de patentes, contemplando um total de 435 novas moléculas no Tratado em Cooperação de Patentes (PCT) e em países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguais e Venezuela, que não fazem parte do Tratado.

Além do alto investimento em P&D para trazer novos produtos, também investimos em inovação em saúde de uma forma mais ampla, desde novas tecnologias para otimizar nossos processos até em plataformas disruptivas que visam novos modelos de negócio.

O comprometimento com a inovação resultou na criação, em 2017, do projeto Eurofarma Synapsis, um modelo de parceria e incentivo para startups voltadas para o desenvolvimento de tecnologia em serviços de saúde. Ao longo do programa, os empreendedores poderão se conectar com nossos executivos de alto nível e terão a oportunidade de testar seu negócio com um piloto remunerado e de alavancá-lo por meio do contato com informações e tendências no setor de saúde, coaching em áreas de negócio e acesso à rede de relacionamento da Eurofarma.

O projeto foi expandido em 2022 para todos os países de atuação na América Latina. Em sua quinta edição, o Synapsis contou com 13 projetos e 12 *startups* em nove países, abrangendo setores Industrial, Operacional, Regulatório, Financeiro e Banco de Leite Humano.

Nossos Reconhecimentos e Certificações

Desde 2000, a Eurofarma tem sido reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar. Somente no GPTW, estamos há 19 anos consecutivos no Brasil entre as melhores companhias, inclusive, em 2022, foi novamente reconhecida. Além disso, no mesmo ano também conquistamos o reconhecimento nos diversos países latino-americanos onde atuamos, com os prêmios principais e complementares do GPTW: América Latina, Chile, Colômbia, Peru, México, América Central e Caribe, Mulher América Central (2ª posição do ranking), Mulher Peru, Mulher Chile e Mulher Colômbia.

Ainda no ano de 2022, (i) fomos a farmacêutica mais bem posicionada no ranking Época Negócios 360º na categoria Sustentabilidade, ocupando o 2ª posição em Inovação e Visão do Futuro e 4ª posição em Pessoas; (ii) fomos eleitos pela terceira vez como a empresa referência no setor Farma e Beleza na premiação da revista Exame e entre as 5 melhores no segmento farmacêutico e beleza na premiação da revista Exame Melhores ESG 2022; (iii) na Melhores em Dinheiro, conquistamos 1ª posição em diversas categorias: Saúde e Bem Estar, Sustentabilidade Financeira, Recursos Humanos, Inovação e Qualidade, Governança Corporativa e destaque em Gestão, Inovação e Qualidade e, ainda 2ª posição

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

em Responsabilidade Social; (iv) 3ª posição na categoria Empresas de 3 a 7 mil funcionários no Valor Carreiras – As melhores na Gestão de Pessoas; (v) 1ª posição entre as farmacêuticas no Prêmio Estadão Empresa Mais e uma das principais marcas de saúde na preferência do consumidor no Estadão Marcas Mais; (vi) na Pesquisa de Diversidade e Inclusão nas Empresas – Ethos, conquistamos a 3ª posição; (vii) a Companhia ainda foi reconhecida por projetos como Lactare e no campo de Responsabilidade Social, o projeto Centro de Enfermagem, do Instituto Eurofarma.

Ainda, somos a única farmacêutica tetracampeã pelo Guia Exame de Sustentabilidade, tendo consolidado nossa adesão ao Pacto Global da ONU em 2015, comprometendo-nos a seguir em nossas atividades os 10 princípios do documento estabelecido pelas Organizações das Nações Unidas.

Por fim, nossas operações seguem as boas práticas de fabricação do mercado e os resultados podem ser medidos pelos diversos reconhecimentos já conquistados. Mantemos um rígido cumprimento às normas de Good Manufacturing Practices (GMP), estabelecidas nas regulamentações vigentes no Brasil e fiscalizadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Adicionalmente, somos certificados pela ANMAT, INVIMA, DIGEMID, tendo, também, recebido os certificados OPAs, GBC, REBLAS e GMP.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Reconhecida pela comunidade médica e sociedade por promover o acesso à saúde e qualidade de vida com um preço acessível, qualidade e tratamentos inovadores, a Companhia se posiciona com destaque nos principais ramos farmacêuticos: prescrição médica (produção de remédios prescritos por médicos) e isentos de prescrição (produção de remédios que não contam com receita médica), genéricos (produção de remédios com o mesmo ativo, mas a preços mais baixos), hospitalar (comercialização de medicamentos e soluções parenterais de grande volume), oncologia (produção e desenvolvimento de produtos voltados para o tratamento de câncer) e veterinária (produção de remédios voltados para o tratamento de animais), com referência em SNC (Sistema Nervoso Central), anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

Devido às características dos produtos comercializados, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional – farmacêutico – razão pela qual a Companhia não apresenta a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

| (em R\$ milhares, exceto %) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | | | | |
|-----------------------------|---|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | 2022 | | 2021 | | 2020 | |
| | R\$ | % do total | R\$ | % do total | R\$ | % do total |
| Receita líquida | 8.006.280 | 100% | 7.067.827 | 100% | 5.723.191 | 100% |

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

| (em R\$ milhares, exceto %) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | | | | |
|-----------------------------|---|------------|---------|------------|---------|------------|
| | 2022 | | 2021 | | 2020 | |
| | R\$ | % do total | R\$ | % do total | R\$ | % do total |
| Lucro líquido | 1.001.047 | 100% | 999.894 | 100% | 848.970 | 100% |

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(a) Características do processo de produção

A Companhia possui atuação no mercado latino-americano, estando presente em mais de 20 países na América do Sul e Central, Caribe e África, com plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina.

No Brasil, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de medicamentos:

| UNIDADE | LOCAL | ATIVIDADES |
|----------------|---------------------|---|
| Eurofarma | Itapevi (SP) | Fabricação de produtos farmacêuticos: líquidos não estéreis e estéreis, semissólidos e sólidos. Fabricação de produtos veterinários Fabricação de produtos para saúde Fabricação de Cosméticos |
| Eurofarma | Ribeirão Preto (SP) | Fabricação de produtos farmacêuticos estéreis |
| Momenta | São Paulo (SP) | Fabricação de produtos farmacêuticos: pós e líquidos estéreis e sólidos orais Fabricação de produtos veterinários. |
| Eurofarma RJ | Rio de Janeiro (RJ) | Fabricação de produtos alimentícios, dietéticos e perfumaria, cosméticos em produtos de higiene pessoal. |

O processo de produção dos medicamentos sólidos pode ocorrer por "via úmida" ou "via seca", sendo que em ambos os casos, o primeiro passo é o peneiramento das matérias primas, para quebra de grumos.

Na "via úmida", a etapa posterior é a adição de um fluido (álcool ou água) para formação de uma pasta, auxiliando na homogeneização da mistura. Em seguida, a mistura é seca e granulada. O produto é então novamente transformado em pó e são adicionados os componentes que não entraram na mistura úmida.

Na "via seca", os pós são homogeneizados através de misturadores, sem utilização de uma solução granulante.

Nas duas vias, posteriormente, ocorrerá compressão, o revestimento (se necessário) e a blistagem. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos semissólidos são produzidos a partir da mistura das matérias-primas, realizada em reatores de fabricação, os quais promovem a mistura quente ou fria, sendo seguida da etapa de envase, em bisnagas de alumínio ou plástico. Posteriormente, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os medicamentos líquidos são produzidos a partir da mistura das matérias primas em tanques de fabricação (posterior filtração) e, posteriormente, envasado nos frascos. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos estéreis são produzidos na forma líquida ou pó liófilo. Na forma líquida, são fabricados em tanques e, normalmente esterilizados por meio de filtros esterilizantes (membranas menores que 0,2 micras). Existem também, os processos em que a matéria-prima é recebida estéril e, todo o processo é realizado em área apropriada, sendo chamado de processo asséptico. Todo o processo é conduzido em área de grau apropriado, com as vestimentas apropriada, para que não haja contaminação do produto durante todo o seu processo. Após a manipulação, o produto é envasado em ampolas, frascos ou bolsas, sendo hermeticamente fechados. Para os produtos pós, o líquido estéril é submetido ao congelamento e sublimação da água, restando no frasco o medicamento sob a forma de pó liófilo. Posteriormente, os produtos são colocados em suas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

As atividades de produção seguem as normas vigentes das Boas Práticas de Fabricação e atendem às exigências dos órgãos reguladores e à legislação aplicável para cada tipo de produto. O procedimento de Boas Práticas de Fabricação é amplamente divulgado nas áreas, através de treinamentos de reciclagem.

(b) Características do processo de distribuição

A nossa operação de distribuição de produto é realizada por parceiros (transportadores) devidamente habilitados para este fim, cobrindo todas as regiões do Brasil. Em geral, o modal escolhido é o terrestre/rodoviário. Porém, para medicamentos perecíveis e/ou urgentes das linhas Hospitalar e Oncologia, operamos no modal rodo expresso para as regiões Sul e Sudeste e no modal aéreo para Centro Oeste, Norte e Nordeste.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos farmacêuticos comercializados no Brasil podem ser divididos em três categorias principais:

- (i) Medicamentos RX ou Tarjados: Englobam as categorias de medicamentos de referência e de medicamentos similares, cuja aquisição e utilização dependem de prescrição médica e que apresentam, em sua embalagem, tarja (vermelha ou preta, conforme aplicável) indicativa desta necessidade. Também são conhecidos como medicamentos "éticos".
- (ii) Medicamentos Genéricos: Medicamentos idênticos, ou bioequivalentes, aos respectivos medicamentos de referência na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, características de desempenho e uso pretendido, desenvolvidos após a expiração, renúncia ou quebra da patente do medicamento de referência em que se baseiam, e utilizando fórmulas de medicamentos de referência. A diferença se dá no nome, no fabricante e na forma de divulgação. Os medicamentos genéricos não são protegidos por patente e devem ser designados pela DCB (Denominações Comuns Brasileiras) ou, na sua ausência, pela DCI (Denominações Comuns Internacionais ou *International*

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nonproprietary Names – INN, adotadas pela Organização Mundial da Saúde). Devido aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento e marketing, os preços dos medicamentos genéricos são inferiores aos dos medicamentos de referência.

- (iii) Medicamentos OTC (“*over-the-counter*”) ou Medicamentos de Venda Livre: Medicamentos cuja venda é livre, não requerendo a apresentação de prescrição médica. Esse grupo inclui medicamentos para tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como remédios para tosse, dor e gripe. Também conhecidos como Medicamentos Isentos de Prescrição (“MIP”).

A Eurofarma produz e comercializa medicamentos nas três categorias acima descritas com a ressalva de que, no Brasil, é vedada a comercialização de medicamentos no varejo fora de farmácias e drogarias. Embora atue em diferentes ramos farmacêuticos, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional.

De acordo com dados do IQVIA, em 2022 o mercado farmacêutico brasileiro total (retail PPP e non-retail PP) foi de R\$ 161,5 bilhões e a Companhia ocupava o 3º lugar com 5,7% de market share. Para mais informações.

De acordo com dados do IQVIA, o mercado farmacêutico mundial deve apresentar crescimento nominal composto médio de 4,8% ao ano no intervalo de 2020 a 2025, enquanto a América Latina deve apresentar crescimento nominal composto médio de 12,6% ao ano no intervalo de 2020 a 2025.

O consumo de medicamentos no Brasil, assim como em outros países da América Latina, está mais relacionado ao rápido envelhecimento, hábitos de vida e ao nível de renda da população. Nesse sentido, de acordo com o IBGE, a população idosa (com 60 anos ou mais) brasileira passou de cerca de 10,7% em 2010 para 14,3% em 2020. De acordo com a mesma fonte, estima-se que, em 2060, a população acima dos 60 anos represente cerca de 32,2%. Ainda, conforme estudo realizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina, atualmente, apenas 8% da população da América Latina tem 65 anos ou mais (número significativamente inferior à média europeia, com 17,5%). Entretanto, até 2050, a estimativa é que a população latina acima dos 65 anos chegue a 30%.

Ainda segundo o IQVIA, em 2022, o Brasil representou 39% do mercado farmacêutico de varejo da América Latina e está entre os países que possuem o maior mercado farmacêutico do mundo, e a sua relevância em escala global tende a crescer nos próximos anos. Tal crescimento se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento na expectativa de vida; (ii) crescimento populacional com o aumento da incidência de doenças crônicas; (iii) elevação dos padrões de assistência médica; (iv) desenvolvimento de novos produtos e tratamentos e (v) aprimoramento de campanhas governamentais de prevenção e assistência farmacêutica, ambulatorial e hospitalar, fatores esses que na visão da administração da Companhia, acentuados ao longo do tempo, poderão representar o combustível necessário para o crescimento de seu setor de atuação para os próximos anos.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os principais competidores da Companhia são apresentados abaixo, com base em sua participação considerando o mercado farmacêutico brasileiro total no ano de 2022:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

| EMPRESA | MAKET SHARE 2021% | RANKING |
|---|----------------------------|---------|
| NC FARMA CORP | 6,31% | 1 |
| HYPERA PHARMA CORP | 5,80% | 2 |
| EUROFARMA CORP | 5,70% | 3 |
| PFIZER CORP | 4,71% | 4 |
| SANOFI CORP | 4,37% | 5 |
| ACHE | 3,94% | 6 |
| NOVARTIS CORP | 3,72% | 7 |
| J&J CORP | 3,61% | 8 |
| ASTRAZENECA CORP | 2,84% | 9 |
| NOVO NORDISK CORP | 2,57% | 10 |
| GSK CORP | 2,56% | 11 |
| TAKEDA PHARMA CORP | 2,23% | 12 |
| ROCHE | 2,06% | 13 |
| UNIAO QUIMICA F N | 2,03% | 14 |
| MSD CORP | 1,95% | 15 |
| TOTAL | R\$ 161.540.254.008 | - |
| Fonte IQVIA: Retail Reais PPP / NRA Reais PP (Mercado Farmacêutico Total) – Edição Março/23 | | |

Ainda em 2022, a Eurofarma foi a líder em prescrição, com 9,5% de market share, segundo a pesquisa Close-up de dezembro de 2022. De acordo com dados do IQVIA de dezembro de 2022, a Companhia era a vice-líder em genéricos com 13,9% de market share. Segundo os mesmos dados, no que tange o mercado institucional, a Eurofarma ocupava a (i) 6ª posição em hospitais, com 4,3% de market share e líder quando excluído as empresas farmacêuticas não sediadas no Brasil; (ii) 12º lugar em oncologia, com 1,7% de market share e vice-líder quando excluído as empresas farmacêuticas não sediadas no Brasil; e (iii) 1ª posição no setor público, representando 1,7% de market share. Na América Latina, a Companhia ocupava a 1ª posição em 2022, excluindo as farmacêuticas multinacionais não sediadas na América Latina.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia usufrui de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Minas Gerais e convalidados pelo CONFAZ, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de insumos e bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos. O montante total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS foi de R\$ 169 milhões para o exercício social encerrado em 31/12/2022, R\$ 126,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$131,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia vem cumprindo as obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de empregos, investimento, dentre outras. Entretanto, caso a Companhia deixe de cumprir-los seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as Companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia, embora utilize da tecnologia disponível no mercado para sua evolução/desenvolvimento. Algumas tendências como o aumento da relevância do e-commerce, da telemedicina e da utilização do receituário digital poderão impactar o comportamento dos nossos consumidores e do mercado em geral.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas

Nossas matérias-primas principais não apresentam sazonalidade relevante.

Sazonalidade de Produtos

A maioria dos nossos produtos não apresenta sazonalidade. Nossos poucos produtos que apresentam sazonalidade têm essa variação de vendas compensadas entre si, o que resulta numa estabilidade no nosso faturamento geral.

Dentre nossos produtos sujeitos à sazonalidade, destacam-se nossos antibióticos e antigripais, que tendem a ser mais vendidos no inverno.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Insumos e Mercadorias

A Companhia adquire uma ampla variedade de insumos (matérias-primas e embalagens) para o desenvolvimento das atividades nas linhas de negócios de atuação. Para uma descrição detalhada dos efeitos da regulação estatal sobre os insumos e matérias-primas que adquirimos, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Fornecedores

Os insumos são adquiridos seguindo especificações técnicas e um rigoroso processo de qualificação para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira de nossos fornecedores, buscando garantir os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da distribuição aos canais de comercialização.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Na data deste Formulário de Referência, não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a produtos fornecidos por poucos fornecedores.

Os principais fornecedores de matérias-primas são: Chemo, Shenzen Techdow Pharmaceutical, Dr. Reddys, Adeste, Inventia, Sinopharm, Shandong Qilu Medicines, Zhejiang Xianju, IMCD.

Os principais fornecedores de embalagens são: Becton Dickinson, Schott, Orbis, Klockner, Nova Nordeplast, West Pharmaceutical, Embalagens Flexíveis Diadema, Gráfica e Editora Sarapui, Wheaton, OFAG.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos insumos e matérias-primas que utilizamos nas atividades não estão sujeitos a condições conjuntas relevantes de volatilidade. Não obstante, a variação do câmbio e outros fatores econômicos podem provocar oscilações no preço de tais produtos. De qualquer maneira, a Companhia possui um programa de busca de novas fontes de fornecimento, assim como estoque de segurança para minimizar possíveis oscilações temporárias.

1.5 Principais clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda. responderam, individualmente, por mais de 28% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As operações da Companhia estão sujeitas à aplicação de legislação e regulamentação específica, bem como supervisão e envolvimento de autoridades ou agências reguladoras brasileiras, nas esferas federal, estadual e municipal no que se refere, dentre outros, à regulamentação relacionada à vigilância sanitária, ao meio ambiente e regulamentação profissional específica e regulamentação de funcionamento das suas instalações.

A atividade de vigilância Sanitária no Brasil é descentralizada, de forma que as empresas submetidas a égide deste controle também devem estar regularizadas a nível municipal e estadual, respectivamente através da expedição dos competentes alvarás sanitários municipais e licenças de funcionamento estaduais.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação, sem prejuízo da responsabilização em âmbito civil e criminal, e que podem afetar negativamente seus negócios, resultados e situação financeira e, conseqüentemente, o valor de mercado de suas ações.

No Brasil, a atividade de Vigilância Sanitária é regulada pelas Leis nº 6.360/1976, nº 6.437/1977, nº 9.782/1999 e nº 13.043/14.

A Lei 9.782, de 26 de janeiro 1999, criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), uma autarquia sob regime especial, que atua a nível nacional em todo o território nacional, incluindo o controle sanitário por meio das Coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. As operações da Companhia têm suas atividades autorizadas, reguladas e fiscalizadas, sendo certo que a regularidade é comprovada por meio da expedição, pela ANVISA da Autorização de Funcionamento de Empresa, documento que certifica a plena aptidão para o exercício das atividades de extração, produção, fabricação, transporte, armazenamento, síntese, purificação, fracionamento, embalagem, reembalagem, exportação armazenagem, expedição ou distribuição de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.

Todos os medicamentos e produtos para a saúde são submetidos a Registro Sanitário perante a ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360/1976 e Lei nº 9.782/1999, válido por dez anos e com renovação definida por ato próprio da ANVISA. Nota-se que desde 21 de janeiro de 2020, a validade do registro de medicamentos, que antes era de cinco anos, passou a ser de dez anos. Também o fabricante do medicamento ou produto para a saúde deve protocolar todas as alterações pós registro, mantendo o dossiê do Registro Sanitário devidamente atualizado.

A ANVISA classifica os Registros Sanitários em função dos tipos de medicamentos a seguir apresentados:

a. Medicamento Novo

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Medicamento com insumo farmacêutico ativo não registrado no país, seus novos sais, isômeros ou mistura de isômeros, ésteres, éteres, complexos ou demais derivados igualmente não registrados.

b. Medicamento Biológico

Os medicamentos biológicos são moléculas complexas de alto peso molecular obtidas a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou procedimentos biotecnológicos por meio de manipulação ou inserção de outro material genético (tecnologia do DNA recombinante) ou alteração dos genes que ocorre devido à irradiação, produtos químicos ou seleção forçada.

c. Medicamento Genérico

Medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional (DCI).

d. Medicamento Similar

São aqueles que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

e. Medicamento Fitoterápico

Produto obtido de matéria-prima ativa vegetal, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, incluindo medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, podendo ser simples, quando o ativo é proveniente de uma única espécie vegetal medicinal, ou composto, quando o ativo é proveniente de mais de uma espécie vegetal.

f. Medicamento Dinamizado - Homeopático, Antroposófico e Anti-homotóxico Medicamento preparado a partir de substâncias que são submetidas a triturações sucessivas ou diluições seguidas de succussão, ou outra forma de agitação ritmada, com finalidade preventiva ou curativa a serem administrados conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica. O registro de medicamentos dinamizados é regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada ("RDC") nº 238, de 25 de julho de 2018, bem como pelas Instruções nº 25 e 27, também de 27 de julho de 2018.

g. Medicamento de Referência

É um produto inovador. Esta classificação é utilizada para determinar a especificação de um medicamento que tenha sua eficácia, segurança e qualidade comprovadas e reconhecidas cientificamente.

h. Medicamento Específico

São considerados medicamentos específicos os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa não enquadrados nas categorias de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

medicamento novo, genérico, similar, biológico, fitoterápico ou notificado e cuja(s) substância(s) ativa(s), independente da natureza ou origem, não é passível de ensaio de bioequivalência, frente a um produto comparador. São ainda considerados na categoria de específicos os medicamentos à base de vitaminas e/ou minerais e/ou aminoácido e/ou proteínas isoladas ou associadas entre si para uso oral; as nutrições parenterais, os produtos para a prevenção da desidratação e para a manutenção da hidratação; as lágrimas artificiais e lubrificantes oculares.

i. Medicamento de Notificação Simplificada – Baixo Risco

Alguns medicamentos da categoria acima poderão ser classificados como de notificação simplificada. Estes medicamentos podem ser conceituados como produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa na qual existe baixo risco de que seu uso ou exposição possa causar consequências e ou agravos à saúde quando observadas todas as características de uso e de qualidade descritas em regulamentos específicos emanados pela ANVISA.

j. Medicamento de prescrição e isento de prescrição

Conhecido internacionalmente como *over-the-counter medicine* (ou medicamento de venda livre). Para que tal produto seja registrado como medicamento isento de prescrição e, portanto, possa ser vendido diretamente ao consumidor no Brasil, este deverá atender os seguintes critérios: (i) tempo de comercialização; (ii) perfil de segurança; (iii) indicação para tratamento de doenças não graves; (iv) indicação de uso por curto período; (v) ser manejável pelo paciente, seu cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico; (vi) baixo potencial de risco em situações de mau uso ou abuso ou intoxicação; e (vii) não apresentar potencial de dependência.

Em complementação à legislação aplicável aos medicamentos no Brasil, a Lei nº 10.742/2003 implementou o regime de controle de preços do mercado de medicamentos, por meio da criação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, entidade que, dentre outras atribuições concede aos detentores de Registro Sanitário, Preços Fábrica, Preços Máximos ao Consumidor e Preços Máximos de Venda ao Governo, assim como concede ajustes anuais, fiscaliza e controla a aplicação e atendimento da regulamentação econômica pelos fabricantes, importadores, distribuidores e farmácias.

No Brasil, os preços dos medicamentos são controlados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), criada e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e pela Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, que é responsável pela definição de diretrizes e procedimentos relacionados à regulação econômica do mercado de medicamentos.

Sua finalidade institucional é garantir a competitividade do mercado brasileiro de medicamento, bem como a disponibilidade dos produtos para o consumidor, combatendo as assimetrias de mercado. Atualmente as atividades da CMED são exercidas por uma Secretaria Executiva, cuja atividade, está atribuída a própria ANVISA, que por sua vez exerce o controle do "ajuste", por meio da concessão do preço, estipulação da faixa de reajustes anuais e controle da regularidade na comercialização por meio de relatórios de comercialização expedidos pelo setor regulado.

A CMED utiliza como critério de definição de ajuste o sistema do Preço Teto (Price Cap) com adaptações à realidade local que consiste em um mecanismo de fixação de preços e de reajuste por índice público

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de preços, acompanhada de previsão de redução de custos por aumento de produtividade, com o objetivo de estimular, de forma muito simples e transparente, a busca de aumento de eficiência microeconômica. A regulação de preço teto é prospectiva, isto é, o custo histórico da firma não é usado com base para a determinação dos preços futuros.

Por meio da Resolução nº 02, de 02 de março de 2019, a CMED iniciou um processo de liberalização dos preços de medicamentos isentos de prescrição médica (MIP) retirando a necessidade de fixação de preço-teto para parte dos produtos que as pessoas podem comprar livremente em farmácias. Contudo, atualmente estes produtos não são o foco da Companhia.

A CMED estipula e controla a prática de preços máximos a serem praticados por fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias (Preço Fábrica- PF), bem como pelas farmácias e drogarias aos consumidores finais (Preço Máximo ao Consumidor - PMC), além de estipular, para vendas ao mercado público, desconto mínimo obrigatório sobre o preço fábrica dos medicamentos integrantes das categorias abaixo informadas (Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG): Medicamentos sujeitos a PMVG – Resolução CMED nº 04/2006:

- a. medicamentos incluídos na Lista de Componentes Especializados de Assistência Farmacêutica (Lista de Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica);
- b. medicamentos incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS;
- c. medicamentos incluídos no Programa de Sangue e Produtos Relacionados ao Sangue;
- d. produtos antineoplásicos ou produtos médicos utilizados no tratamento do câncer;
- e. medicamentos adquiridos por ordem judicial; e
- f. novos medicamentos classificados na categoria I (produto novo com molécula que seja objeto de patente no país e que traga ganho para o tratamento em relação aos medicamentos já utilizados na mesma indicação terapêutica), II (produto novo que não se enquadre como Categoria I) e V (produto com nova forma farmacêutica no país ou com uma nova associação de princípios ativos já existentes no país), de acordo com a Resolução nº 2/2004 do CMED.

A CMED tem como finalidade institucional promover a disponibilidade de medicamentos para o mercado consumidor, por meio da regulação econômica, estimulando a competitividade e reduzindo as assimetrias de mercado existentes através do estímulo a competitividade. Contudo, como o modelo de precificação é prospectivo, alterações de custo do Ingrediente Farmacêutico Ativo -IFA e necessidade de investimentos para adequações às regulações sanitárias e produtivas, dentre outros fatores, podem, de forma isolada ou composta, ensejar a necessidade de aplicação de ajuste extraordinário de preços, fugindo da regra do ajuste inicial ou do ajuste anual de preços, levando em alguns casos, a inversão da lógica do sistema Price Cap adotada pela CMED em alguns medicamentos, podendo afetar temporariamente o segmento operacional ao qual o medicamento esteja inserido, e conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia. As infrações a regulação econômica de mercado são apuradas e aplicadas pela CMED em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.078/1990, que implementou o Código de Defesa do Consumidor.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ainda, se aplica às atividades da Companhia a Lei nº 6.437/77, que regulamenta o processo administrativo sanitário no campo dos fatos e atos passíveis de caracterização de infração sanitária. Uma vez configuradas as infrações sanitárias, são estipuladas sanções que vão desde uma advertência até o cancelamento das licenças sanitárias, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais: (i) advertência; (ii) multa; (iii) apreensão de produto; (iv) inutilização de produto; (v) interdição de produto; (vi) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (vii) cancelamento de registro de produto; (viii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (ix) proibição de propaganda; (x) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (xi) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (xii) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera; (xiii) imposição de mensagem retificadora; (xiv) suspensão de propaganda e publicidade.

Por fim, no Brasil, as atividades da Companhia ainda estão sujeitas ao Código de Proteção ao Consumidor (CDC), que estabelece um sistema complexo e amplo para proteger os direitos dos consumidores e impõe uma rígida e solidária responsabilidade por defeitos de produtos e serviços em toda a cadeia de suprimentos. O CDC favorece a defesa dos direitos dos consumidores perante os tribunais, inclusive por meio da inversão do ônus da prova em processos cíveis. A caracterização de uma eventual infringência às disposições acima referidas pode afetar as atividades da Companhia, na medida da gravidade apurada com relação ao eventual ilícito, tanto a nível econômico, com a imposição de multas ou a suspensão da comercialização de medicamentos, como com a eventual suspensão ou cancelamento das licenças, ainda que seja garantido ao processo administrativo sancionador a ampla defesa e o contraditório.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia divulga relatório de sustentabilidade de acordo com os padrões internacionais GRI Standards.

A Eurofarma possui, ainda, uma Política Ambiental & Energética, Saúde e Segurança do Trabalho estruturada e realiza monitoramento constante de suas ações para detectar oportunidades de melhorias.

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA está estruturado de acordo com a Norma NBR ABNT ISO 14001 e estende-se às principais operações industriais do Brasil localizadas nos municípios de Itapevi e São Paulo (Momenta). Em linha com o pioneirismo e a inovação da Companhia na agenda ambiental, desde 2019 foi conquistada a implementação e certificação do Sistema de Gestão Energética (SGE) conforme a Norma NBR ABNT ISO 50001.

O Sistema de Gestão Ambiental & Energética está estabelecido com base no modelo de gestão PDCA – Plan, Do, Check, Act, que possibilita um processo de melhoria contínua, composto de seis elementos principais, são eles:

1. Política Ambiental e Energética – expressa os princípios e compromissos que norteiam o desempenho da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

2. Planejamento – analisa os aspectos e impactos ambientais e energéticos gerados pelas atividades desenvolvidas pela empresa e estrutura ações de controle.
3. Implantação e Operação – inclui ações estruturadas para controle de aspectos identificados e o atendimento a metas e objetivos ambientais e energéticos.
4. Monitoramento e Correção das Ações – implica no monitoramento e na utilização de indicadores que atestam se as metas e os objetivos estão ou não sendo atingidos, o que prepara o caminho para a revisão de rotas.
5. Revisão Gerencial – inclui a revisão do Sistema de Gestão Ambiental – SGA pelo grupo gestor da empresa, a fim de assegurar sua perspectiva, adequação e efetividade.
6. Melhoria Contínua por meio da Ferramenta PDCA:
 - Plan* (planejar) – definir claramente o problema; investigar suas características sob diversas ópticas e apontar a causa fundamental.
 - Do* (executar) – bloquear a causa fundamental.
 - Check* (verificar) – constatar se o bloqueio é efetivo.
 - Act* (agir corretivamente) – evitar contra o retorno do problema e rever os métodos empregados para reutilizá-los em trabalhos futuros.

Adicionalmente, a Companhia revisitou a sua estratégia ambiental estabelecendo três grandes áreas, alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU:

1. Compromisso com o Clima (alinhamento com os ODS 7 e 13)

Alcançaremos a neutralidade climática em nossas operações. O foco é reduzir as emissões diretas, e nossa matriz energética será 100% renovável. Para aquelas emissões que não podem ser evitadas, compensaremos por meio da compra de créditos de carbono.

Ações de vanguarda para ajudar no combate às mudanças climáticas

O ano de 2022 será referenciado por avanços expressivos em nosso engajamento no combate às mudanças climáticas. Ainda que o nosso setor seja de baixa emissão, temos algumas atividades que causam a emissão de gases causadores do efeito estufa (GHE) responsáveis pelo aquecimento global, entre elas a geração da energia elétrica a partir de fontes não renováveis e uso de combustíveis fósseis. Em 2022, assinamos um contrato de 15 anos para autoprodução de energia eólica com a empresa Ômega, maior geradora de energia limpa do Brasil. O parque eólico estabelecido na Bahia garantirá que todas as unidades no Brasil terão energia de fonte 100% limpa (homologada com certificado I-Rec).

Inventário de emissões

Desde 2008, seguimos a metodologia GHG Protocol para reportar nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa (GHG). Neste método, o inventário se divide em três escopos (veja gráfico abaixo). Este mapeamento possibilita traçar políticas e estratégias mais apuradas para a redução das emissões. Há dois anos, neutralizamos nossas emissões diretas (escopo 1), única farmacêutica brasileira com esse compromisso consolidado.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ao entrarmos para o mercado de autoprodução de energia, executamos nossa estratégia para garantir uma matriz energética 100% renovável e, ainda, avançar para a neutralização das emissões do escopo 2, que se refere ao consumo de energia. A produção eólica terá o certificado I-REC, que comprova a origem de energia renovável e estabelece emissão zero de carbono. O parque, localizado no município de Gentio de Ouro, na Bahia, vai gerar energia suficiente para atender às nossas necessidades no Brasil. O volume contratado foi de 15,6 megawatts médios (MWm) e a previsão é de redução de 260 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera até 2038.

Mobilidade

Questões relacionadas à mobilidade urbana são desafios em cidades de todo o mundo, seja pela alta emissão de gases poluentes e congestionamentos, ou pela interferência econômica e na qualidade de vida das pessoas. No nosso contexto, procuramos mitigar esses impactos por meio do incentivo a alguns programas. A Política Corporativa para Consumo de Combustíveis estabelece que o abastecimento dos carros utilizados pela frota da força de vendas e área administrativa deve seguir a proporção de 75% de etanol e 25% de gasolina. Em 2022, a meta de consumo foi superada com 78% de etanol e 22% de gasolina. Desde 2009, quando a política foi instituída, tivemos a redução de 63.930 tCO₂ .do pelo Sistema Interligado Nacional (ano-base 2021) e da expectativa de consumo. A parceria terá início em 2024, podendo ser antecipada para 2023 conforme avanços na construção.

Caminhões elétricos para uma frota mais sustentável

Em 2022 fizemos a aquisição de seis caminhões elétricos para atender a nossa logística interna. Dessa forma, deixaremos de emitir 28 tCO₂ por ano na transferência de produtos entre blocos e entre as unidades de São Paulo. Atualmente, 155 veículos híbridos estão em uso pelos colaboradores. Desde a opção feita para uma frota mais sustentável, deixamos de emitir 70 tCO₂ por ano. Além disso, disponibilizamos vagas para veículos de baixa emissão e carros elétricos fornecendo carregadores para abastecimento incentivando os colaboradores a utilizarem veículos menos poluentes.

Carona solidária & Eco Bike

Para unir colaboradores que querem pegar ou oferecer carona, foram criadas comunidades na rede social corporativa Yammer. Além da economia com combustível, pedágio e outros custos, a iniciativa favorece a integração do time. Colaboradores que dão carona têm direito a vagas exclusivas nos estacionamentos. Outro programa de mobilidade na companhia é o Eco Bike, que disponibiliza bicicletas comuns, cargueiras e elétricas para locomoção interna dos colaboradores no Complexo Itapevi.

Papel Zero

Programa criado em 2015 para reduzir o número de impressões na companhia. Em 2018, com a criação do Comitê Papel Zero, o tema ganhou relevância e foram implantadas novas ações. Entre as iniciativas, está a ampliação da digitalização de documentos, nota fiscal eletrônica e diversos outros processos que passaram a ser digitais, como dossiê de novos medicamentos.

Proteção e conservação de áreas verdes

Inauguramos em 2021 uma trilha ecológica no Complexo de Itapevi na nossa área de preservação permanente com 1,2 mil metros de extensão. Em 2022, um novo trecho, de 400

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

m, foi inaugurado. Ao todo, são 1,6 mil metros divididos em três trilhas de dificuldade moderada: Trilha das Figueiras, Trilha das Orquídeas e Trilha das Bromélias. O projeto foi desenhado para implantação sem intervenções significativas, sem supressão da vegetação e em plena harmonia e respeito com a natureza. Contamos em Itapevi com um total de 57 mil m² de área preservada, onde realizamos estudo de biodiversidade com mapeamento de espécies de anfíbios, aves, mamíferos e répteis, como tucano, esquilo caxinguelê, sagui, teiú, jararaca e carcará. Em relação à flora são várias espécies nativas da Mata Atlântica, algumas inclusive na lista de risco de extinção, como a araucária, figueira-branca e a samambaiçu ou xaxim.

Programa Raízes celebra 15 anos!

O Programa Raízes, criado para homenagear os colaboradores que completam 15 anos na companhia, consiste no plantio de uma árvore nativa no Complexo Itapevi. Cada muda recebe uma placa com o nome do profissional, sua data de ingresso na companhia, a espécie plantada e a data do plantio. Ao todo, já somamos 904 árvores plantadas, sendo 66 em 2022.

Ganhos ambientais

Desde 2021, a companhia vem buscando formas de quantificar ganhos ambientais de projetos corporativos. Um dos destaques é em relação à política de home office, que desde a sua instituição, em 2020, contribuiu com a redução de 2.699 tCO₂e, sendo 507 tCO₂e em 2022. Em sua totalidade, os projetos ambientais deixaram de emitir 640 tCO₂e no último ano.

2. **Ecoeficiência operacional (alinhamento com os ODS 6 e 12)**

Por meio de operações e processos mais sustentáveis. O foco é reduzir o consumo dos recursos naturais, de resíduos, ser mais eficiente e ampliar as práticas de economia circular.

Inovação no tratamento de resíduos

Em 2021, uma moderna solução passou a ser utilizada na companhia para realizar a compostagem de 100% dos resíduos orgânicos provenientes dos restaurantes das Unidades Itapevi e São Paulo. Com o uso do equipamento Bioconverter, biodigestor que processa as sobras dos alimentos transformando-os em efluente líquido, é possível descartar o material em esgoto sanitário sem nenhum impacto ao meio ambiente. Esta inovação também ajudou a eliminar o transporte de resíduos externos para a compostagem, evitando a emissão de 13 tCO₂ em 2022.

Estação sustentável

O Censo de Sustentabilidade, realizado na companhia em 2020, identificou a oportunidade de ajudar os colaboradores a destinar adequadamente seus resíduos domésticos. Para isso, elaboramos a Cartilha de Casa para o Mundo, com foco em economia circular, redução de geração de resíduos e consumo de recursos naturais. Em 2022, implantamos uma Estação Sustentável no Complexo de Itapevi para atender colaboradores e terceiros. Trata-se de um ponto de coleta para diferentes resíduos recicláveis, desde os mais comuns, como plástico, vidro, papel e metal até meias, pilhas e baterias, aerossóis e chinelos. A iniciativa também contribui com a geração de emprego e renda.

Valorização de resíduos

Com a pandemia tivemos uma expressiva falta de insumos no mercado para a produção de caixas de papelão. Frente a esse desafio, implantamos uma solução de logística reversa

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

estendendo a vida útil das caixas de embarque. A solução validada por testes de durabilidade e pela área de qualidade nos permite aproveitar três vezes mais as caixas a partir da instauração da logística reversa dos materiais. Concluído o ciclo, são encaminhadas para a coleta seletiva.

Resíduos perigosos

Prioritariamente, o tratamento dos resíduos perigosos é feito pelo método de coprocessamento, mais sustentável pois utiliza os resíduos como combustível nos fornos de cimento em substituição ao combustível fóssil. Em 2022, 92% dos nossos resíduos perigosos no Brasil tiveram essa destinação.

Horta de manejo orgânico

As hortas de manejo sustentável das Unidades Itapevi e Ribeirão Preto são exemplo prático de projetos de economia circular. Foram mais de 66,3 mil hortaliças produzidas sem agrotóxicos e destinadas aos colaboradores mediante a troca por materiais recicláveis trazidos de casa. Além do abastecimento aos restaurantes da empresa. As embalagens recicláveis recebidas são vendidas para a reciclagem e o recurso é utilizado para custear o programa "De Mãos Dadas com a Escola".

De Mãos Dadas com a Escola

Projeto que une incentivo à reciclagem e apoio educacional para os filhos de colaboradores e prestadores de serviço. O De Mãos Dadas com a Escola transfere recursos obtidos com a venda de materiais reciclados coletados nas dependências da empresa para a compra de kits de material escolar. Em 2022, foram mais de 3,9 mil kits com investimentos de R\$ 837.141,36.

| Coleta Seletiva | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------------|---------------|---------------|
| Receita com vendas de resíduos recicláveis | R\$ 962.439 | R\$ 1.599.639 | R\$ 1.301.997 |
| Quantidade (toneladas) | 1.948 | 2.029 | 2.153 |

| Resultados | 2020 | 2021 | 2022 |
|---------------------------------|-------------|-------------|------------|
| Número de kits distribuídos | 3.352 | 3.352 | 3.907 |
| Investimentos em kits escolares | R\$ 341.842 | R\$ 379.299 | 463.947,42 |
| Reembolso de livros e apostilas | R\$ 312.623 | R\$ 342.632 | 373.193,94 |
| Valor total do investimento | R\$ 654.465 | R\$ 721.931 | 837.141,36 |

Novo modelo de logística reversa

Ao longo dos últimos 12 anos, a Eurofarma manteve parceria pioneira com o Grupo Pão de Açúcar para impulsionar o descarte correto de medicamentos por parte dos consumidores, por meio de coletores espalhados pelas drogarias do Grupo em todo o Brasil. Com o Programa Descarte Correto de Medicamentos, foram recolhidas e destinadas corretamente 32 toneladas de resíduos, entre embalagens primárias (que tiveram contato direto com o composto químico), medicamentos vencidos e materiais perfurocortantes, como agulhas e ampolas. Devido ao sucesso dessa iniciativa, a companhia participou de conferências e consultas públicas que contribuíram para a consolidação do novo modelo de logística reversa, homologado pelo Governo Federal para regulamentar o descarte de medicamentos de uso humano: vencidos ou em desuso. A empresa Logmed atende, desde 2021, o setor farmacêutico na gestão do programa. Por meio do site www.logmed.org.br é possível consultar os pontos ativos para fazer o descarte correto de medicamentos domiciliares.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Eficiência Energética

Na complexa questão energética, buscamos ser pioneiros e somos a primeira farmacêutica brasileira a conquistar a certificação ISO 50001:2018, norma internacional que estabelece diretrizes para a eficiência em energia. Mantemos diversas ações com foco na redução do consumo de energia e aumento da eficiência energética. Nossa estratégia tem foco também na ampliação da contribuição de fontes renováveis na matriz energética. Em Itapevi, mantemos 7,3 mil painéis de energia fotovoltaica.

Eficiência Hídrica

A redução do consumo de água nas operações da companhia é uma meta ESG atrelada à remuneração da alta direção. Melhorias operacionais e boas práticas são sempre revisitadas e novos projetos implantados. Em 2022, tivemos redução de 9% no indicador de água (m³/1000 UP), quando comparado ao ano anterior. O consumo consciente e o ganho de eficiência nos processos produtivos são fundamentais para preservarmos este insumo vital às nossas atividades.

3. Portfólio Mais Sustentável (alinhamento com os ODS 6, 7, 12 e 13)

Com inovação em práticas e tecnologias, ampliaremos o uso de materiais mais sustentáveis em nossos produtos, com destaque para os produtos +Verde.

Portfólio mais sustentável

Os desafios nas questões ESG são complexos; no entanto, nos impulsionam naquilo que temos de melhor: um DNA empreendedor e a ousadia para buscar novas alternativas. Os prêmios conquistados demonstram que o mercado reconhece nossos esforços, como a metodologia inovadora para a descontaminação doméstica de embalagens primárias de medicamentos. O selo +Verde oferta aos pacientes produtos de qualidade e mais sustentáveis.

A metodologia para a descontaminação doméstica é simples e barata e, após esse processo, as embalagens, feitas de material nobre como PVC, PET, vidro e alumínio, podem ser encaminhadas para a coleta seletiva, de forma a serem reaproveitadas. A Eurofarma é a única farmacêutica a viabilizar 100% da reciclagem pós-consumo das embalagens. A cada ano, a iniciativa é ampliada para mais produtos. Mais de 73 milhões de produtos com o selo verde já chegaram aos consumidores 23,5 milhões de unidades comercializadas em 2022

Polietileno verde

Desde 2019, substituímos o polietileno convencional pelo polietileno verde nas embalagens primárias de parte dos nossos medicamentos. Com essa ação já deixamos de consumir 9,4 toneladas de polietileno proveniente de combustível fóssil.

Ao todo foram 2,8 toneladas de uso do polietileno verde com menor emissão de carbono em 2022.

Investimento sustentável

Primeiro título sustentável da América Latina A relevância das iniciativas ESG da empresa também foi reconhecida pelo mercado financeiro. No início de 2022, a Eurofarma obteve o primeiro título CDB sustentável desenvolvido no Brasil. O título estabelece metas para a companhia como a de atingir 10% de comercialização de produtos +Verde até o fim de 2025.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Essa é a primeira iniciativa deste modelo na América Latina. O CDB Sustentável faz parte da estrutura criada para dívidas verdes, que podem ser emitidas pela instituição financeira para fomentar energia renovável, saneamento, transporte limpo, edifícios sustentáveis, controle da poluição, entre outros.

Investimentos

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

No Brasil, a Companhia é titular de marcas, nomes de domínio e outros ativos de PI relevantes atrelados às suas atividades.

Patentes

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. Patente é um título de propriedade que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), contados da data do depósito, não prorrogável, sendo que o prazo de vigência de uma patente não poderá ser inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para o modelo de utilidade, estes últimos contados da data da concessão da patente.

Relevante destacar que, para serem concedidas, as patentes de invenção deverão atender aos requisitos de novidade atividade inventiva e aplicação industrial, enquanto os modelos de utilidade, por se tratar de objetos de uso prático ou partes deste que apresentem nova forma ou disposição, estes deverão atender aos requisitos de aplicação industrial e novidade.

Software

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”).

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Item não aplicável, dado que a Companhia não realiza contribuições financeiras a ocupantes de cargos públicos, partidos políticos ou para custeio de atividade de influência política.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 83,7% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos ao Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 16,3% da receita líquida total da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos a países estrangeiros.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira relevante na condução de suas atividades no exterior.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia possui relatório anual desde 2006, em que apresenta publicamente seus resultados financeiros e um resumo de suas ações anuais. Em 2009, foi o primeiro laboratório farmacêutico brasileiro a adotar a metodologia internacional GRI Standards, da Global Reporting Initiative, padrão que permanece.

Para orientar o conteúdo a ser reportado neste relatório a Eurofarma utilizou a consulta feita com seus principais públicos de relacionamento, que apontaram os temas que consideravam importantes serem retratados. Também considerou seu planejamento estratégico com a Visão 2022 e as tendências e desafios do setor farmacêutico.

O Relatório de 2023, referente ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, apresenta um relato direto e fundamentado em dados, sobre temas que são relevantes à sociedade, aos colaboradores e ao mercado.

A Eurofarma possui, ainda, uma Política Ambiental & Energética, Saúde e Segurança do Trabalho estruturada e realiza monitoramento constante de suas ações para detectar oportunidades de melhorias.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Na elaboração de seu Relatório Anual, a Controladora da Companhia segue as remissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) na opção essencial.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações não financeiras são auditadas de acordo com normas e padrões nacionais e internacionais e um relatório de asseguarção limitada e pelas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente pela KPMG.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas no site da Companhia, qual seja: (i) <https://eurofarma.com.br/relatorio-anual>; e (ii) <https://eurofarma.com.br/cartilha-sustentavel>.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os objetivos 3 (saúde de qualidade), 4 (educação de qualidade), 8 (trabalho digno e crescimento econômico), 12 (produção e consumo responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima), conforme elencado pelo Comitê de Responsabilidade Social corporativa como prioridades, considerando as diretrizes estratégicas da Companhia.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Anual considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, os quais estão identificados no item (d) acima.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O relatório considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2008, a companhia segue a metodologia GHG Protocol para reportar seu inventário de emissões de gases de efeito estufa, dividido em três escopos (veja gráfico). O mapeamento possibilita traçar políticas e estratégias eficientes para a redução das emissões. Há dois anos, a Eurofarma neutraliza suas emissões diretas (escopo 1). Ao entrar para o mercado de autoprodução de energia eólica, a Eurofarma executa sua estratégia para garantir uma matriz energética 100% limpa e avançará para a neutralização das emissões do escopo 2, relacionada a este consumo. A produção eólica terá o certificado I-REC, que comprova a origem renovável e estabelece emissão zero de carbono. Por ser uma das maiores frotistas do Brasil, a Eurofarma mantém uma Política Corporativa de Combustíveis, que determina o percentual máximo de abastecimento por combustível fóssil na sua frota de veículos flex. Em 2022, a meta de consumo foi alcançada na proporção 78% de etanol e 22% de gasolina. Fruto desta medida, desde 2009, quando a política foi instituída, houve redução de 63.930 tCO₂. A partir de

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

2023, a meta é que o etanol – combustível renovável – represente 100% do abastecimento. <https://eurofarma.com.br/relatorio-anual>.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG por meio de relatório anual de sustentabilidade ou outro documento específico para esta finalidade.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item 1.10 não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve operações de fusão, cisão ou redução de capital relevantes envolvendo a Companhia no último exercício social.

Aquisições e incorporações da Companhia no último exercício social:

(i) Em 12 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição direta dos seguintes ativos e direitos detidos pelo Laboratório Canonne Ltda. e pela Gemar Gestão de Investimentos Financeiros Marcas e Patentes (em conjunto, as "Vendedoras Valda"): (a) marca "Valda" com direito para exploração comercial no Brasil e na América Latina; (b) marcas "Fixaderme", "Practivar", "Inove Cálcio" e "Paravision" (conjuntamente com "Valda", as "Marcas"), com direito para exploração comercial globalmente; e (c) registros de produtos, base instalada de clientes, empregados, máquinas e equipamentos, contratos, estoque e bens do ativo imobilizado detidos pelas Vendedoras relacionados à fabricação e à exploração comercial das Marcas ("Aquisição Valda").

Em decorrência da Aquisição, a Companhia pagou às Vendedoras Valda o montante total de R\$866.876.780 (oitocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais), em parcela única, no dia 12 de dezembro de 2022. A Companhia ressalta, ainda, que as informações sobre a Aquisição Valda, incluindo o preço de aquisição, constam de suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em observância ao pronunciamento técnico CPC 15 (R1).

(ii) Em 26 de outubro de 2022 a Companhia celebrou Contrato de Aquisição para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Medimetriks Pharmaceuticals Inc. ("Medimetriks") nos Estados Unidos ("Contrato de Aquisição Medimetriks"). A aquisição ocorreu através da subsidiária integral da Companhia, Eurofarma Usa Corp.

Fundada em 2008 e com sede em New Jersey, a Medimetriks desenvolve, licencia e comercializa nos EUA produtos dedicados ao mercado de dermatologia. O portfólio inclui acne, dermatite atópica, infecções fúngicas, impetigo, entre outras. A aquisição da Medimetriks foi realizada por uma empresa controlada pela Eurofarma, não havendo incidência dos procedimentos descritos pelo art. 256 da Lei 6.404/76.

Aumentos de capital social da Companhia no último exercício social:

| Data de deliberação | Órgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferenciais (Unidade) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|---------------------|-------------------------------|--------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| 31/05/2022 | Reunião do Conselho de | 31/05/2022 | R\$ 140.000.000,00 | Capitalização de Lucros e | N/A | N/A | N/A | 15,64% | N/A | N/A |

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

| | Administração | | | Reservas | | | | | | |
|---|--------------------------------------|---|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------|-----------------|
| Critério para determinação do preço de emissão | | Este aumento de capital foi efetivado por meio da capitalização da reserva de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações nos termos do art. 169, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | Este aumento de capital foi efetivado por meio da capitalização da reserva de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações nos termos do art. 169, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. | | | | | | | | |
| Data de deliberação | Órgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferenciais (Unidade) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
| 15/08/2022 | Reunião do Conselho de Administração | 15/08/2022 | R\$ 40.000.000,00 | Capitalização de Lucros e Reservas | N/A | N/A | N/A | 3,86% | N/A | N/A |
| Critério para determinação do preço de emissão | | Este aumento de capital foi efetivado por meio da capitalização da reserva de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações nos termos do art. 169, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | Este aumento de capital foi efetivado por meio da capitalização da reserva de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações nos termos do art. 169, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. | | | | | | | | |
| Data de deliberação | Órgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferenciais (Unidade) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
| 20/12/2022 | Assembleia Geral | 20/12/2022 | R\$ 128.853.261,85 | Subscrição Particular | 128.853.261 | 0 | 128.853.261 | 11,99% | R\$1,00 | R\$ por unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista da Companhia, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, mediante a entrega da totalidade da participação societária detida pelo acionista na Pearson Saúde Animal S.A., cujo valor foi apurado com base em laudo de avaliação preparado pela LTAS Consultoria e Tecnologia Ltda. | | | | | | | | |

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável. Não há Acordo de Acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas nos negócios do Emissor.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

1.16 Outras informações relevantes

No mesmo ano em que celebramos meio século de atuação, finalizamos mais um capítulo importante da nossa história, a Visão 2017-2022.

Composta por um ciclo de ações estratégicas de cinco anos, a Visão 2017-2022 mapeou nossas competências e ambições e nos orientou para nos transformarmos em uma empresa global e assegurarmos nossa perenidade para a jornada dos próximos 50 anos.

Ao final da Visão 2017-2022 ficamos felizes em completar 90% das metas corporativas estabelecidas em 13 macro-objetivos e divididas em cinco grandes dimensões:



Nossa jornada empreendedora não tem paralelo na indústria farmacêutica. Do início vanguardista, como um laboratório de terceirização de produção de medicamentos, conduzido por um imigrante italiano no Brasil, até a conquista da tão sonhada entrada no mercado dos Estados Unidos, ao final de 2022, fomos além do imaginado, ampliando nossos horizontes.

1.16 Outras informações relevantes

A bússola agora é a nossa Visão 2027, que traz novos desafios e complexidades diante do grande Grupo que nos tornamos:



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que ajudarão a comparar as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os exercícios analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais sólidas da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,61. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 542.437 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 3.168.146 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2022 comparativamente a 2021 é explicado pelas captações de recursos para as aquisições realizadas no 4o. Trimestre de 2022 (aquisição da empresa Laboratórios LC001, dos ativos relacionados às marcas Valda, Fixaderme, Pactivar, Paravison e Inove Cálcio e da empresa Medimetriks Pharmaceuticals localizada nos Estados Unidos).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,33. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 717.372 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 1.659.228 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2021 comparado a 2020 ocorreu devido à captação de recursos para suportar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,28. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.387.214 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 607.732 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2020 comparado a 2019 ocorreu devido à captação de notas promissórias e debêntures para suportar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta índices de liquidez confortáveis e condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez geral (correspondente à divisão entre a somatória do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo pela somatória do passivo circulante e do passivo não circulante) foi 0,63, ante o índice de 0,83 em 31 de dezembro de 2021 e de 1,14 em 31 de dezembro de 2020.

Apresentamos abaixo os índices de liquidez e de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

| (em R\$ mil) | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|------------|
| Ativo Circulante (A) | 3.777.271 | 3.453.302 | 3.798.883 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo (B) | 216.321 | 289.668 | 248.615 |
| Ativo Não Circulante (B) | 6.462.601 | 4.446.975 | 2.513.222 |
| Ativo Total (C) | 10.239.872 | 7.900.277 | 6.312.105 |
| Passivo Circulante (D) | 2.489.047 | 2.195.108 | 1.416.769 |
| Passivo Não Circulante (E) | 3.823.302 | 2.319.675 | 2.130.128 |
| Passivo Total (F) | 6.312.349 | 4.514.783 | 3.546.897 |
| Patrimônio Líquido (G) | 3.927.523 | 3.385.494 | 2.765.208 |
| Índice de Liquidez Corrente (A) / (D) | 1,52 | 1,57 | 2,68 |
| Índice de Liquidez Geral (A + B) / (F) | 0,63 | 0,83 | 1,14 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

A Companhia financia suas operações através de capital próprio e de terceiros. A Diretoria acredita que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital adequada e equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|--|---|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2020 |
| Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) | 6.312.349 | 4.514.783 | 3.546.897 |
| Capital próprio (patrimônio líquido) | 3.927.523 | 3.385.494 | 2.765.208 |
| Capital total (terceiros + próprio) | 10.239.872 | 7.900.277 | 6.312.105 |
| Parcela de capital de terceiros | 61,6% | 57,1% | 56,2% |
| Parcela de capital próprio | 38,4% | 42,9% | 43,8% |

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, conforme demonstrado no item "a" acima, eram de (a) 0,63 e 1,52; (b) 0,83 e 1,57 e (c) 1,14 e 2,68, respectivamente.

A Diretoria entende que a principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado através de suas atividades operacionais. Em 2022, a Companhia teve geração de caixa operacional de R\$ 1.570,1 milhões (versus R\$ 1.356,8 milhões em 2021 e R\$ 750,5 milhões em 2020).

Em 31 de dezembro de 2022, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 542,4 milhões (ante R\$ 717,4 milhões em 2021 e R\$ 1.387,5 milhões em 2020) e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 3.168,1 milhões (ante R\$ 1.659,2 milhões em 2021 e R\$ 607,7 milhões em 2020).

Desta forma, considerando os recursos existentes em caixa, a geração de caixa operacional e a sua capacidade de captar recursos no mercado, acreditamos que a Companhia tem plena capacidade e condições financeiras suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto, médio e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação referentes às suas atividades e negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, Debêntures, Notas Promissórias e arrendamentos a pagar) atingiu o montante de R\$ 3.710.583 mil.

O detalhamento dos principais contratos relevantes encontra-se destacado abaixo:

a) Notas Promissórias Comerciais:

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia captou, via emissão de Notas Promissórias Comerciais, R\$ 400 milhões ao custo de 109,90% da CDI a.a., para seu plano de investimento. O prazo de vencimento é de três anos, a partir da data de emissão, com pagamento de principal e juros em fevereiro de 2022. Em 27 de novembro de 2020, a Companhia resgatou antecipadamente 20 Notas Promissórias, correspondente a R\$ 100 milhões de reais adicionado juros correspondentes.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia captou R\$ 370 milhões de reais, através de Notas Promissórias Comerciais (quarta emissão), ao custo de CDI + 0,77% a.a., com prazo de cinco anos, em duas séries iguais, sendo a primeira com vencimento em 30 de novembro de 2023 e a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

segunda com vencimento em 30 de novembro de 2024. O pagamento de principal e juros ocorrerá no quarto e quinto ano.

Em 23 de abril de 2020, a Companhia captou R\$ 1,02 bilhão de reais, através de Notas Promissórias Comerciais, ao custo de CDI + 3,10% a.a., com prazo de dois anos, em quatro séries, sendo a primeira com vencimento em 24 de outubro de 2020, a segunda com vencimento em 23 de abril de 2021, a terceira com vencimento em 24 de outubro de 2021 e a quarta com vencimento em 23 de abril de 2022. O pagamento de principal e juros ocorrerá no vencimento de cada série. Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia refinanciou o equivalente a 94 Notas Promissórias, representando R\$ 485 milhões adicionado juros correspondentes, através da emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução da CVM nº 476.

Em 14 de abril de 2021, a Companhia captou R\$ 300 milhões de reais, através de Notas Promissórias Comerciais (sexta emissão), ao custo de CDI + 1,80% a.a.; CDI + 1,85% a.a. e CDI + 1,95% a.a., com prazo de cinco anos, em dez séries, sendo a primeira com vencimento em 14 de outubro de 2021, a segunda com vencimento em 10 de abril de 2022, a terceira com vencimento em 14 de outubro de 2022, a quarta com vencimento em 14 de abril de 2023, a quinta com vencimento em 14 de outubro de 2023, a sexta com vencimento em 14 de abril de 2024, a sétima com vencimento em 14 de outubro de 2024, a oitava com vencimento em 14 de abril de 2025, a nona com vencimento em 14 de outubro de 2025 e a décima com vencimento em 14 de abril de 2026. O pagamento de principal e juros ocorrerá no vencimento de cada série.

b) Debêntures:

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia captou, via emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução da CVM nº 476, R\$ 485 milhões de reais ao custo de CDI + 2,70% a.a., para o refinanciamento de 94 Notas Promissórias Comerciais da quinta emissão. O prazo de vencimento é de cinco anos, a partir da data de emissão, com pagamento de juros semestrais e principal e juros em 10 de dezembro de 2023, 10 de dezembro de 2024 e 10 de dezembro de 2025.

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, mediante distribuição pública com esforços restritos e com garantia firme, nos termos da instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 1 bilhão ao custo de CDI + 1,40% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento será de seis anos a partir da data de emissão, com pagamento de remuneração semestral e amortizações no 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) anos contados da data de emissão.

As características das Debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| Descrição | 2022 |
|---------------------------------------|---------------------|
| Entidade emissora | Eurofarma |
| Instituição financeira | Itaú Unibanco |
| Valor total da emissão em série única | 485.000 |
| Natureza | Pública |
| Data da emissão | 16/12/2020 |
| Data da captação | 16/12/2020 |
| Vencimento | 10/12/2025 |
| Espécie | Quirografária |
| Identificação ativo na <u>Cetip</u> | EURF11 |
| Taxa de juros efetiva | 2,70% a.a.+100% CDI |
| Valor da dívida | 489.183 |
| Gastos de captação a apropriar | (4.135) |
| Total | <u>485.048</u> |

| Descrição | 2022 |
|---------------------------------------|----------------------|
| Entidade emissora | Eurofarma |
| Instituição financeira | BTG |
| Valor total da emissão em série única | 1.000.000 |
| Natureza | Pública |
| Data da emissão | 18/02/2022 |
| Data da captação | 18/02/2022 |
| Vencimento | 18/02/2028 |
| Espécie | Quirografária |
| Identificação ativo na <u>Cetip</u> | EURF12 |
| Taxa de juros efetiva | 1,40% a.a. +100% CDI |
| Valor da dívida | 1.053.153 |
| Gastos de captação a apropriar | (3.593) |
| Total | <u>1.049.560</u> |

c) Financiamento junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

Em 30 de junho de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 7.937.513,00 referente ao 1º desembolso do financiamento, em 29 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 44.047.360,55 referente ao 2º desembolso do financiamento, em 13 de julho de 2021, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R\$ 95.117.400,21 referente ao 3º desembolso do financiamento referente ao contrato de abertura de crédito por instrumento particular celebrado junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor total de R\$ 375.000.000,00 com fluxo de pagamento do valor principal de dezembro de 2022 a novembro de 2030 e encargos calculados pelo IPCA + 0,7416% a.a. trimestrais durante o período de carência, fixado em 36 (trinta e seis) meses e compreendido entre 11/11/2019 a 15/11/2022 e mensalmente nos dias 15 (quinze), durante o período de amortização a partir de 15 de dezembro de 2022, juntamente com as contraprestações vincendas de principal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Financiamento junto ao IFC-International Finance Corporation:

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia capitou, via empréstimo junto ao IFC-International Finance Corporation, uma organização internacional estabelecida por contrato entre seus países membros, incluindo a República Federativa do Brasil, no valor de R\$ 777.397.500,00 ao custo de CDI + 1,40% a.a., para financiar a construção da planta de Montes Claros e investimentos associados à produção da vacina Pfizer Biontech COVID-19. O prazo de vencimento é de oito anos, com pagamento de juros e principal semestrais, nas datas de 15 de outubro de 2024, 15 de abril de 2025, 15 de outubro de 2025, 15 de abril de 2026, 15 de outubro de 2026, 15 de abril de 2027, 15 de outubro de 2027, 15 de abril de 2028, 15 de outubro de 2028, 15 de abril de 2029, 15 de outubro de 2029, 15 de abril de 2030 e 15 de outubro de 2030.

Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.:

Em 18 de fevereiro de 2021 a Companhia emitiu uma cédula de crédito bancário no valor de R\$ 365.000.000,00, referente ao refinanciamento de 02 notas promissórias da 2ª série, 03 notas promissórias da 3ª série e 66 notas promissórias da 4ª série referente a 5ª Emissão, com fluxo de pagamento do valor principal para fevereiro de 2024, janeiro de 2025 e janeiro de 2026 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais pelo período de 5 anos

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todos os *covenants* financeiros decorrentes de seus contratos financeiros descritos no item (i) acima.

O contrato das Notas Promissórias Comerciais, Debêntures, Cédula de Crédito Bancário e IFC prevê cláusula restritiva de índice financeiro: até 30 de novembro de 2024, o endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três e após esta data, o endividamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três e meio. Para todas as emissões mencionadas acima, a apuração da cláusula restritiva financeira Dívida Líquida/EBITDA deve considerar as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano.

Nos três últimos exercícios sociais, os índices financeiros estavam em conformidade com a cláusula restritiva mencionada, conforme demonstrado abaixo:

EUROFARMA CONSOLIDADO

| EM R\$'000 | 2020 | 2021 | 2022 |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.387.214 | 717.372 | 542.437 |
| Endividamento bruto | 1.994.946 | 2.376.600 | 3.710.583 |
| Dívida líquida financeira | 607.732 | 1.659.228 | 3.168.146 |
| EBITDA | 1.280.831 | 1.663.054 | 1.991.602 |
| Dív. Líq. / EBITDA | 0,47 | 1,00 | 1,59 |

Outras cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos principais contratos relevantes da Companhia caso não cumpridas são: (i) decretação de falência da Companhia ou de suas controladas; (ii) pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias; (iii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, desde que possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante; (iv) ocorrência de alterações no controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia, entre outros.

O contrato particular celebrado entre a Companhia e o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. possui cláusulas restritivas, tais como: (i) se a Companhia vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado; e (ii) se a Companhia tiver contra si e/ou seus dirigentes sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição ou crime contra o meio ambiente.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui um contrato de abertura de crédito por instrumento particular junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 375.000.000,00, no qual já houve desembolso no total de R\$ 147.102,273,76, restando ainda desembolso no total de R\$ 227.897.726,24 que deverá ocorrer durante os anos de 2023 e 2024, sendo que deste saldo existe um montante de R\$ 75.000.000,00 referente a rubrica de capital de giro.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| (em R\$ mil, exceto %) | 31/12/2022 | AV | 31/12/2021 | AV | AH |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------|
| Receita líquida | 8.006.280 | 100,0% | 7.067.827 | 100,0% | 13,3% |
| Custos dos produtos vendidos | (2.720.798) | -34,0% | (2.496.784) | -35,3% | 9,0% |
| Lucro bruto | 5.285.482 | 66,0% | 4.571.043 | 64,7% | 15,6% |
| Despesas de vendas | (2.536.574) | -31,7% | (2.209.992) | -31,3% | 14,8% |
| Despesas administrativas | (1.014.927) | -12,7% | (889.814) | -12,6% | 14,1% |
| Perda esperada (impairment) do contas a receber | (1.243) | 0,0% | (4.881) | -0,1% | -74,5% |
| Outras receitas | 42.173 | 0,5% | 34.299 | 0,5% | 23,0% |
| Outras despesas | (6.322) | -0,1% | (48.525) | -0,7% | -87,0% |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 1.768.589 | 22,1% | 1.452.130 | 20,5% | 21,8% |
| Receitas financeiras | 175.928 | 2,2% | 110.030 | 1,6% | 59,9% |
| Despesas financeiras | (472.568) | -5,9% | (236.016) | -3,3% | 100,2% |
| Despesas financeiras, líquidas | (296.640) | -3,7% | (125.986) | -1,8% | 135,5% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (4.729) | 0,1% | (2.328) | 0,0% | 103,1% |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.467.220 | 18,3% | 1.323.816 | 18,7% | 10,8% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | | | | | |
|---|------------------|--------------|----------------|--------------|-------------|
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (361.383) | -4,5% | (371.601) | -5,3% | -2,7% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (104.790) | -1,3% | 47.679 | 0,7% | -319,8% |
| Lucro líquido do exercício | 1.001.047 | 12,5% | 999.894 | 14,1% | 0,1% |
| Resultado atribuído para | | | | | |
| Acionistas controladores | 934.505 | 11,7% | 957.518 | 13,5% | -2,4% |
| Acionistas não controladores | 66.542 | 0,8% | 42.376 | 0,6% | 57,0% |

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 8.006,3 milhões comparativamente a R\$ 7.067,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 938,5 milhões e aumento de 13,3%. Este crescimento é explicado substancialmente pelo desempenho das unidades de prescrição, genéricos e OTC e maior volume de vendas das operações internacionais.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.720,8 milhões comparativamente a R\$ 2.496,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 224,0 milhões e incremento de 9,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas e ao aumento nos preços de insumos e materiais.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.285,5 milhões comparativamente a R\$ 4.571,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 714,4 milhões e aumento de 15,6%. A Margem Bruta atingiu 66,0% da receita líquida em 2022 (versus 64,7% da receita líquida em 2021), uma expansão de 1.3 p.p. em relação ao ano anterior, devido ao mix favorável dos produtos vendidos, com maior representatividade de produtos de prescrição e OTC, parcialmente compensados pelos aumentos nos custos de materiais e insumos.

Despesas Operacionais, líquidas

As despesas operacionais totalizaram R\$ 3.516,9 milhões em 2022, 12,8% superior a 2021, devido maior nível de despesas com vendas e com pesquisa e desenvolvimento e representaram 44,9% da receita líquida. A redução de 0.2 p.p. versus ano anterior é explicada pela maior alavancagem operacional gerada pelo crescimento das vendas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido de 2022 totalizou despesa de R\$ 296,6 milhões, com incremento de R\$ 170,7 milhões quando comparado a 2021, devido maiores despesas com juros decorrentes da elevação do endividamento da companhia e do aumento da taxa básica de juros (Selic).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.001,0 milhões (em linha com o resultado de 2021) e apresentou margem líquida de 12,5%.

FLUXO DE CAIXA

COMPARAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Variação % |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.467.220 | 1.323.816 | 10,8% |
| Ajustes para itens que não afetam o caixa | 754.353 | 439.345 | 71,7% |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 2.221.573 | 1.763.161 | 26,0% |
| Variação nos ativos operacionais | (480.116) | (326.860) | 46,9% |
| Variação nos passivos operacionais | 240.508 | 143.025 | 68,2% |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 1.981.965 | 1.579.326 | 25,5% |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (411.875) | (222.508) | 85,1% |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 1.570.090 | 1.356.818 | 15,7% |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | (2.156.018) | (1.649.713) | 30,7% |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | 558.110 | (405.537) | -237,6% |
| Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (27.818) | (698.432) | -96,0% |
| Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior | (147.117) | 28.590 | -614,6% |
| Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa | (174.935) | (669.842) | -73,9% |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 717.372 | 1.387.214 | -48,3% |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 542.437 | 717.372 | -24,4% |
| Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa | (174.935) | (669.842) | -73,9% |

Fluxo de Caixa proveniente das atividades operacionais:

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2022 foi de R\$ 1.570,1 milhões em comparação ao saldo de R\$ 1.356,8 milhões em 2021, apresentando variação de 15,7%, em função do maior caixa gerado pelas operações, impactado pelo crescimento do EBITDA, que teve um aumento de R\$ 328,8 milhões em decorrência do crescimento das vendas (+13,3%) e do lucro bruto.

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento:

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.156,0 milhões em 2022, comparado a R\$ 1.649,7 milhões em 2021, com incremento de R\$ 506,3 milhões, explicado pelo maior investimento em ativos imobilizados (especialmente máquinas e equipamentos e construções na planta de Itapevi e na construção da nova fábrica em Montes Claros), pelo investimento em intangíveis (compra de marcas, principalmente a marca Valda) e aquisição da empresa Medimetriks Pharmaceuticals.

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento:

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 558,1 milhões em 2022, comparado a R\$ -405,5 milhões de 2021, o aumento é explicado principalmente pelo a) emissão de debêntures no valor de R\$ 1.000.000 em fevereiro/2022 e b) menor pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

| (em R\$ mil, exceto %) | 31/12/2021 | AV | 31/12/2020 | AV | AH |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| Receita líquida | 7.067.827 | 100,0% | 5.723.191 | 100,0% | 23,5% |
| Custos dos produtos vendidos | (2.496.784) | -35,3% | (2.125.019) | -37,1% | 17,5% |
| Lucro bruto | 4.571.043 | 64,7% | 3.598.172 | 62,9% | 27,0% |
| Despesas de vendas | (2.209.992) | -31,3% | (1.907.336) | -33,3% | 15,9% |
| Despesas administrativas | (889.814) | -12,6% | (674.450) | -11,8% | 31,9% |
| Perda esperada (impairment) do contas a receber | (4.881) | -0,1% | 7.097 | 0,1% | -168,8% |
| Outras receitas | 34.299 | 0,5% | 88.377 | 1,5% | -61,2% |
| Outras despesas | (48.525) | -0,7% | (22.565) | -0,4% | 115,5% |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 1.452.130 | 20,5% | 1.089.295 | 19,0% | 33,3% |
| Receitas financeiras | 110.030 | 1,6% | 105.113 | 1,8% | 4,7% |
| Despesas financeiras | (236.016) | -3,3% | (190.624) | -3,3% | 23,8% |
| Despesas financeiras, líquidas | (125.986) | -1,8% | (85.511) | -1,5% | 47,3% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.328) | 0,0% | (2.667) | 0,0% | -12,7% |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.323.816 | 18,7% | 1.001.117 | 17,5% | 32,2% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (371.601) | -5,3% | (280.071) | -4,9% | 32,7% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 47.679 | 0,7% | 127.924 | 2,2% | -62,7% |
| Lucro líquido do exercício | 999.894 | 14,1% | 848.970 | 14,8% | 17,8% |
| Resultado atribuído para | | | | | |
| Acionistas controladores | 957.518 | 13,5% | 817.031 | 14,3% | 17,2% |
| Acionistas não controladores | 42.376 | 0,6% | 31.939 | 0,6% | 32,7% |

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 7.067,8 milhões comparativamente a R\$ 5.723,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1.344,6 milhões e aumento de 23,5%. Este crescimento é explicado substancialmente pelo melhor desempenho das unidades de negócios, com destaque para a unidade institucional (que contempla hospitalar, licitações e oncologia) e pelo crescimento de vendas na área internacional.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.496,8 milhões comparativamente a R\$ 2.125,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 371,8 milhões e incremento de 17,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas e ao impacto da desvalorização cambial do dólar frente ao real, uma vez que a maioria dos insumos é importada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.571,0 milhões comparativamente a R\$ 3.598,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 972,9 milhões e aumento de 27,0%. A Margem Bruta atingiu 64,7% da receita líquida em 2021 (versus 62,9% da receita líquida em 2020), uma expansão de 1.8 p.p. em relação ao ano anterior, influenciada pelo aumento da receita e do mix de vendas, que compensou a desvalorização do real frente ao dólar no período e o os maiores preços dos insumos.

Despesas Operacionais, líquidas

As despesas operacionais totalizaram R\$ 3.118,9 milhões em 2021, com incremento de 24,3% quando comparado a 2020, explicado pela menor base de despesas em 2020 devido às restrições decorrentes da COVID-19. As despesas com vendas e administrativas representaram 43,9% da receita líquida em 2021 (ante 45,1,2% em 2020), a redução de 1,3 p.p. é explicada principalmente pela alavancagem operacional gerada pelo crescimento das vendas.

A rubrica "outras receitas (despesas)" representou despesa de R\$ 14,2 milhões em 2021 (ante uma receita R\$ 65,8 milhões no ano anterior) em decorrência de impactos não recorrentes ocorridos em 2020 (crédito tributário relacionado à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins no montante de R\$ 28,1 milhões e R\$ 38,1 milhões referentes a outros créditos não recorrentes).

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido de 2021 totalizou despesa de R\$ 126,0 milhões, com incremento de R\$ 40,5 milhões quando comparado a 2020, principalmente devido a: (i) maior despesa com juros em decorrência do maior endividamento da companhia e (ii) aumento da taxa básica de juros.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 999,9 milhões, apresentando crescimento de 17,8% sobre 2020 e margem líquida de 14,1%. A variação quando comparada ao mesmo período do ano anterior é explicada principalmente pelo crescimento do lucro operacional do ano em 32,2%, conforme razões acima expostas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação % |
|---|------------------|------------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.323.816 | 1.001.117 | 32,2% |
| Ajustes para itens que não afetam o caixa | 439.345 | 374.064 | 17,5% |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 1.763.161 | 1.375.181 | 28,2% |
| Variação nos ativos operacionais | (326.860) | (437.762) | -25,3% |
| Variação nos passivos operacionais | 143.025 | 61.458 | 132,7% |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 1.579.326 | 998.877 | 58,1% |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (222.508) | (248.377) | -10,4% |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 1.356.818 | 750.500 | 80,8% |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | (1.649.713) | (469.492) | 251,4% |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | (405.537) | 672.984 | -160,3% |
| Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | (698.432) | 953.992 | -173,2% |
| Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior | 28.590 | 33.728 | -15,2% |
| Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa | (669.842) | 987.720 | -167,8% |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.387.214 | 399.494 | 247,2% |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 717.372 | 1.387.214 | -48,3% |
| Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa | (669.842) | 987.720 | -167,8% |

Fluxo de Caixa proveniente das atividades operacionais:

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2021 foi de R\$ 1.356,8 milhões em comparação ao saldo de R\$ 750,5 milhões em 2020, apresentando variação de 80,8%, em função do maior caixa gerado pelas operações (incremento de R\$ 580,4 milhões) decorrente do crescimento do EBITDA, que apresentou incremento de R\$ 382,3 milhões (+29,7% versus 2021).

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.649,7 milhões em 2021, comparado a R\$ 469,5 milhões em 2021, com incremento de R\$ 1.180,2 milhões, explicado pelo maior investimento em ativos imobilizados para expansão da capacidade fabril (principalmente máquinas e equipamentos, construções na planta de Itapevi e construção da nova fábrica em Montes Claros) e pelo investimento em intangíveis (aquisição do portfólio de produtos da Hypera para 6 países da América Latina e da marca Keflex).

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ -405,5 milhões em 2021, em comparação a R\$ 673,0 milhões de 2020, a variação é explicada principalmente por: a) menor nível de captação e pagamento (líquido) de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures (total de R\$ 106,2 milhões em 2021 versus R\$ 785,5 milhões em 2020) e b) maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2021 (total de R\$ 514,6 milhões em 2021 versus R\$ 112,5 milhões em 2020).

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita líquida da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram: (a) receita de vendas oriundas do mercado interno; (b) receita de vendas oriundas do mercado externo; (c) imposto sobre vendas; e (d) devoluções, descontos e abatimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

| (em R\$ mil) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|-----------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2020 |
| Receita de vendas – mercado interno | 9.121.993 | 8.201.274 | 6.572.518 |
| Receita de vendas – mercado externo | 151.572 | 95.177 | 151.371 |
| Receita de vendas – partes relacionadas | 27.955 | 2.046 | - |
| Impostos sobre vendas | (812.799) | (789.915) | (644.009) |
| Devoluções, descontos e abatimentos | (482.441) | (440.755) | (356.689) |
| Total | 8.006.280 | 7.067.827 | 5.723.191 |

Receita de vendas: A receita de vendas de bens (seja oriunda do Brasil ou dos outros mercados de atuação da Companhia) compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos produtos no curso normal das atividades da Companhia. Esses produtos são vendidos a varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como para distribuidores, que revendem esses produtos para os pontos de vendas do varejo não atendidos diretamente pela Companhia. Cabe dizer que a Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto, uma vez que a natureza e os riscos econômicos dos produtos são similares, bem como seus clientes e consumidores.

Imposto sobre vendas: O imposto sobre vendas consiste, principalmente, em ICMS (com alíquotas que variam de 4% a 20%, a depender da região), substituição tributária do ICMS, impostos municipais sobre serviços (com alíquotas que variam de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (com alíquotas que variam de 1,65% a 2,10%) e COFINS (com alíquotas que variam de 7,60% a 9,90%), bem como IPI (com alíquotas que variam de 0% a 22%).

Devoluções, descontos e abatimentos: As devoluções, descontos e abatimentos consistem no valor deduzido da receita em decorrência de devolução de produtos pelos clientes, bem como aplicação de eventuais descontos e abatimentos de acordo com condições comerciais pactuadas entre as partes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2.2 Resultados operacional e financeiro

Como a Companhia integra o setor farmacêutico, os principais fatores que afetam seus resultados operacionais são: (a) concorrência; (b) sazonalidade; (c) níveis de preço; e (d) cenário macroeconômico.

Concorrência

O segmento de medicamentos é altamente competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias, com presença tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que concorre com a maioria dos produtos oferecidos pela Eurofarma. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com vendas, amostras e promoção e/ou reduzir os preços dos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

Sazonalidade

Alguns poucos produtos são afetados por sazonalidade. Todavia, de maneira geral, tais produtos tendem a ter suas vendas compensadas entre si, na medida em que o período sazonal de menores vendas de um produto tem seu resultado neutralizado pela venda de outros produtos, sujeitos as maiores vendas sazonais nestes períodos. No geral, esta compensação resulta em uma relativa estabilidade no faturamento total.

Preços

Os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, ao aumento nos custos de produção. Ganhos consistentes na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável ao setor de medicamentos, o governo brasileiro controla preços de medicamentos no Brasil para a grande maioria das apresentações disponíveis no mercado. Para alguns produtos considerados "menos críticos" pela ANVISA, como fitoterápicos e correlatos, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal.

A administração da Companhia acredita que os preços aos consumidores continuarão a crescer de maneira gradual, mas sempre em proporção menor que a inflação, dadas as regras de controle de preços e que as companhias continuarão no esforço para obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

Cenário macroeconômico

Por fim, as operações e clientes da Companhia estão substancialmente localizados no Brasil e, em menor proporção, em países da América Latina. As condições macroeconômicas do Brasil e dos países onde atua podem afetar as receitas da Companhia. A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o dólar no Brasil nos períodos indicados:

2.2 Resultados operacional e financeiro

| Despesas Comerciais | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---|----------|----------|
| | 2022 | 2021 | 2020 |
| Produto Interno Bruto | 2,90% | 4,60% | -4,10% |
| Inflação (deflação) (IGP-M) | 5,45% | 17,78% | 23,14% |
| Inflação (IPCA) ⁽²⁾ | 5,78% | 10,06% | 4,52% |
| Taxa de câmbio ao final do período U.S.\$1.00 | R\$ 5,22 | R\$ 5,58 | R\$ 5,20 |
| Taxa de câmbio média U.S.\$1.00 | R\$ 5,16 | R\$ 5,40 | R\$ 5,16 |
| Valorização (depreciação) do real perante o dólar americano ⁽³⁾ | -6,45% | 7,31% | 28,9% |

Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV.

⁽¹⁾ Considera projeção do Banco Central do Brasil (média).

⁽²⁾ O IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado durante cada período).

⁽³⁾ Comparando a taxa de câmbio PTAX (a taxa calculada pelo Banco Central) ao término do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período em discussão. PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares americanos na data especificada no mercado interbancário de câmbio.

Além disso, alterações em regulamentos aos quais a Companhia está exposta podem afetar suas receitas.

b. variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nos três últimos exercícios sociais, a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos em seu portfólio.

Anualmente, as receitas provenientes do setor de medicamentos são impactadas por reajustes de preços controlados pelo governo federal, que afetam os preços máximos passíveis de serem praticados no mercado. Tais aumentos são permitidos a partir de 31 de março de cada ano e tomam como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ajustado por um fator de produtividade, por uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrasetor e uma parcela de fator de preços relativos entre setores, conforme definidos anualmente pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Além disso, os reajustes dos preços de medicamentos são escalonados em três níveis, segundo o grau de concentração do mercado em cada classe terapêutica, que é calculado com base no Índice Herfindahl-Hirschmann (IHH). Desde 2015, o nível 1 reúne classes sem evidência de concentração de mercado (com IHH < 1.500); o nível 2, classes em que há concentração moderada (1500 < IHH < 2.500); por fim, o nível 3, classes com forte concentração (IHH > 2.500). Até 2014, os níveis eram definidos conforme a penetração de genéricos nas classes terapêuticas que os integram: maior ou igual a 20% para o nível 1; igual ou superior a 15%, mas menor que 20% para o nível 2; inferior a 15% para o nível 3.

A tabela abaixo indica os patamares máximos de ajustes de preços permitidos nos últimos três anos pela CMED em cada nível de reajuste:

2.2 Resultados operacional e financeiro

| | 2022 | 2021 | 2020 |
|----------------|--------|--------|-------|
| Nível 1 | 10,89% | 10,08% | 5,21% |
| Nível 2 | 10,89% | 8,44% | 4,22% |
| Nível 3 | 10,89% | 6,79% | 3,23% |

A receita da Companhia nos três últimos exercícios sociais também foi impactada pelo crescimento do volume de vendas de seus medicamentos, pelo lançamento de novos produtos, bem como por crescimento inorgânico decorrente de aquisições nos países da América Latina.

A receita líquida da Companhia passou de R\$ 5.723,2 milhões em 2020 para R\$ 7.067,8 milhões em 2021, apresentando crescimento de R\$ 1.344,6 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas e aumento de preços e (b) lançamento de novos produtos e (c) aquisições do portfólio dos produtos farmacêuticos da Takeda para os países da América Latina e da marca Keflex.

A receita líquida da Companhia passou de R\$ 7.067,8 milhões em 2021 para R\$ 8.006,3 milhões em 2022, apresentando crescimento de R\$ 938,5 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas (com destaque para as unidades de prescrição, genéricos e OTC), (b) aumento de preços e (c) lançamento de novos produtos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação e pela variação cambial, já que a maior parte do custo do produto vendido refere-se a produtos importados.

A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. Entretanto, a receita de vendas tem seus reajustes limitados pelas atuais regras de precificação da CMED, limitando a empresa a trabalhar com sua política de descontos para repor em parte essa exposição.

Uma grande parte dos custos provém de insumos importados e/ou de insumos com seus preços fixados em dólar (USD), cujos preços em reais oscilam conforme as alterações das taxas de câmbio. Ao longo dos três últimos exercícios sociais, o resultado operacional da Companhia foi negativamente afetado pelo aumento de tais custos. Tal efeito, no entanto, foi parcialmente compensado no resultado líquido em virtude de maior eficiência em termos de despesas com vendas, gerais e administrativas. Outra ação importante para ajudar a mitigar tais riscos é o processo de desenvolvimento de novos fornecedores para os IFAs, permitindo maior poder de negociação e possibilidades de redução de custos. Cabe ressaltar que tal processo é relativamente longo, pois tem de seguir todos os trâmites de testes, validações e aprovação na Anvisa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Já o desempenho financeiro é impactado pelo câmbio, pelas taxas de juros e pela inflação no Brasil. Tais indicadores têm efeitos sobre a despesa financeira e, por extensão, sobre o lucro líquido.

A margem bruta de 2022 foi de 66,0%, apresentando uma expansão de 1.3 ponto percentual em relação a 2021 devido ao mix favorável dos produtos vendidos, com maior representatividade dos produtos de prescrição e OTC, parcialmente compensados pelos aumentos de nos custos dos insumos e materiais.

A margem bruta de 2021 foi de 64,7% ou 1,8 ponto percentual superior à margem bruta de 2020. Esta expansão é explicada pelo aumento da receita e efeito positivo do mix de produtos vendidos, que compensou a desvalorização do real frente ao dólar no período e os maiores preços dos insumos.

A margem bruta de 2020 foi de 62,9% ou 3,5 ponto percentual inferior à margem bruta de 2019. A redução da margem bruta é explicada principalmente pela desvalorização cambial do real frente ao dólar, apesar do efeito positivo do mix de produtos vendidos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício de 2022 a Companhia informa que não houve alteração de prática contábil relevante.
No exercício de 2021 a Companhia informa que não houve alteração de prática contábil relevante.
No exercício de 2020 a Companhia informa que não houve alteração de prática contábil relevante.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e/ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico serão disponibilizadas no item 6 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

| (Em R\$ milhares, exceto %) | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|------------|------------|------------|
| EBITDA | 1.991.602 | 1.663.054 | 1.280.831 |
| Margem EBITDA | 24,9% | 23,5% | 22,4% |

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado considera o EBITDA divulgado com ajuste das despesas com Pesquisa e Desenvolvimento.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

| (Em milhares de reais, exceto %) | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.001.047 | 999.894 | 848.970 |

2.5 Medições não contábeis

| | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 466.173 | 323.922 | 152.147 |
| (+) Resultado financeiro líquido | 296.640 | 125.986 | 85.511 |
| (+) Depreciações e amortizações | 227.742 | 213.252 | 194.203 |
| EBITDA | 1.991.602 | 1.663.054 | 1.280.831 |
| Receita líquida | 8.006.280 | 7.067.827 | 5.723.191 |
| Margem EBITDA | 24,9% | 23,5% | 22,4% |

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são as medidas mais apropriadas para a correta compreensão das suas atividades, de sua condição financeira, do resultado de suas operações e da sua geração de caixa. Adicionalmente, estas medidas são as métricas normalmente utilizadas no mercado e por investidores para analisar as operações da Companhia e permitir a comparabilidade com as demais empresas que atuam no mercado farmacêutico.

Embora as medidas não contábeis EBITDA e a Margem EBITDA sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise e avaliação de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Ocorreram os seguintes eventos após as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Emissão de Cédula de Crédito Bancário nº 1053476

Em 08 de fevereiro de 2023, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor equivalente em Reais a R\$ 700.000 (USD 134.641), com fluxo de pagamento do valor principal em 14 de fevereiro de 2027, 2028 e 2029 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios, semestralmente, entre 10 de agosto de 2023 a 14 de fevereiro de 2029, com taxa de juros prefixada a 4,8705% a.a. desconsiderando imposto de renda, pelo método simples. A operação foi garantida por Standby Letter of Credit e Cessão Fiduciária. A Companhia deve respeitar o índice financeiro apurado pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em dezembro de cada ano, devendo o índice ser igual ou menor a: (i) 3,0 (três inteiros) até que as demais dívidas com este covenant vençam ou deixem de existir; (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) a partir de quando as dívidas com covenant de 3,0 vençam ou deixem de existir; e (iii) 4,0 (quatro inteiros) a partir da data em que as demais dívidas com covenant de 3,5 vençam ou deixam de existir até a data de vencimento desta Cédula.

(b) Contrato de Aquisição com Sanofi

Em 07 de março de 2023 a Companhia celebrou Contrato de Aquisição com a Sanofi para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Genfar e suas afiliadas, que inclui as empresas Genfar S.A. e Genfar Desarrollo y Manufactura S.A., com sede na Colômbia, Genfar del Ecuador S.A.S., com sede no Equador e Genfar del Peru S.A.C., com sede no Peru, pelo valor de € 299.000 (duzentos e noventa e nove milhões de euros), equivalente a R\$ 1.642.108 (um bilhão, seiscentos e quarenta e dois milhões, cento e oito mil reais). O fechamento da transação está sujeito a aprovações regulatórias, incluindo aprovações antitruste aplicáveis e outras condições habituais de fechamento.

(c) Empréstimo

Em 03 de abril de 2023, a Companhia obteve um empréstimo no valor de R\$ 406.400 (USD 80.000) à taxa de juros de 4,7040% ao ano, o principal será pago em 2 parcelas iguais em 12 de abril de 2027 e 11 de abril de 2028. O empréstimo foi protegido via Swap à taxa de juros de CDI + 1,69%.

(d) Emissão de Debêntures

Em 12 de abril de 2023, a Companhia realizou a 3a. Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária, por meio de Rito de Registro Automático de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme, nos termos da instrução CVM no. 160, no valor de R\$ 1.000.000 ao custo de CDI+2,30% a.a. para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. O prazo de vencimento será de seis anos a partir da data de emissão, com pagamento de remuneração semestral e amortizações no 4o. (quarto), 5o. (quinto) e 6o. (sexto) anos contados da data da emissão.

(e) Contrato de aquisição de ativos e licenças com Sanofi

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 02 de maio de 2023 foi concluída a aquisição, pela Companhia, de ativos e licença da Sanofi, para os mercados do Brasil, Colômbia, México, Argentina e Uruguai, pelo valor de R\$ 374.665 (€ 67.820). A aquisição contempla os produtos Digesan e Coltrax no Brasil, Winadeine na Colômbia, Dactil – OB e Omifin no México, Ladogal no Brasil, México, Argentina e Uruguai, e a licença para comercialização do Madecasol no México.

2.7 Destinação de resultados

| | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|--|--|--|
| (a) Regras sobre retenção de lucros | De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis. | De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis. | De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis. |
| (a.i) Valores das retenções de lucros | Reserva Legal: R\$ 27.550.903,26 Reserva de Lucros: R\$ 298.972.709,24 Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 306.437.437,15 | Reserva Legal: R\$ 47.875.889,37 Reserva de Lucros: R\$ 403.402.809,49 Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 246.514.513,58 | Reserva Legal: R\$ 40.851.510,00 Reserva de Lucros: R\$ 328.060.859,11 Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 198.166.163,79 |
| (a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados | Reserva Legal: 3,518% Reserva de Lucros: 38,179% Reserva com Incentivos Fiscais: 39,172% | Reserva Legal: 5,544% Reserva de Lucros: 46,713% Reserva com Incentivos Fiscais: 28,546% | Reserva Legal: 5,741% Reserva de Lucros: 46,103% Reserva com Incentivos Fiscais: 27,849% |
| (b) Regras sobre distribuição de dividendos | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. | O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. |
| (c) Periodicidade das distribuições de dividendos | A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo | A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição | A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a |

2.7 Destinação de resultados

| | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|---|--|--|
| | também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. | anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. | Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. |
| (d) Restrições à distribuição de dividendos | As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos. | As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos. | As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos. |
| (e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado | Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada. | Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada. | Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada. |

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A jornada da inovação da Companhia tem início nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento em medicamentos similares e genéricos, renovando o portfólio da Companhia e fomentando no médio e longo prazo o desenvolvimento de produtos incrementais, de inovação de parcerias, até o último estágio, que é inovação radical própria.

Em 2022, a Companhia investiu 7,4% da receita líquida em Pesquisa & Desenvolvimento, somando R\$ 590,6 milhões, 63% superior ao ano de 2021. Em 2022, foram 45 lançamentos de produtos no Brasil e 143 colocações nas operações internacionais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia pretende continuar investindo em inovação incremental, inovação radical e renovação de seu portfólio.

A Companhia estima que irá despender em 2023 em Pesquisa e Desenvolvimento o montante total de R\$ 757 milhões.

Em relação aos investimentos em ativos imobilizados (relacionados à expansão e melhoria da capacidade produtiva) em 2022, foram investidos R\$ 649,7 milhões, principalmente concentrados na aquisição de máquinas e equipamentos para o parque industrial de Itapevi e na construção da nova fábrica da Companhia em Montes Claros (Minas Gerais).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com três fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia; (ii) linhas de financiamento de longo prazo; e (iii) captação de recursos, por meio do mercado de capitais (emissão de títulos de dívida).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

2.10 Planos de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas e estudos em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 590,6 milhões, representando 7,4% da Receita Líquida, sendo que R\$ 374,8 milhões foram classificados como despesas de P&D e R\$ 215,8 milhões foram classificados como adição no intangível com desenvolvimento de novos produtos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 590,6 milhões, representando 7,4% da Receita Líquida. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 363,1 milhões, representando 5,1% da Receita Líquida.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 248,0 milhões, representando 4,3% da Receita Líquida.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Conforme exposto no item 1.16 deste Formulário de Referência, a Companhia possui iniciativas ligadas às questões ASG inseridas no âmbito de suas atividades fim.

Constantemente a Companhia busca oportunidades vinculadas às questões sociais, ambientais e de governança que possam agregar seu Plano de Negócios de forma direta e indireta, isso fica evidenciado na chamada Visão 2027, que direciona a Companhia a novos desafios, tais como: fortalecimento das práticas de governança; avanço dos programas de diversidade e inclusão social; foco em crescimento com rentabilidade sustentável; explorar novas regiões geográficas e modelo de negócios (que podem trazer desenvolvimento social/tecnológico a novas localidades); entre outras iniciativas que, quando efetivamente definidas no Plano de Negócios serão devidamente reportadas neste item.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos três exercícios pois nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, reputação, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para nós.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

a. emissor

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;
- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais e identificar com êxito oportunidades em novos mercados;
- desenvolver com êxito novos conceitos de produtos, identificar novas tecnologias e fabricar produtos que respondam às demandas atuais do mercado;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e

4.1 Descrição dos fatores de risco

- continuar a expansão de nossa base de clientes, com foco no aumento da demanda por nossos produtos por meio de relacionamento com consumidores e a comunidade médica brasileira e internacional.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico de nossa estratégia é a nossa habilidade de renovar e desenvolver nosso portfólio de produtos e marcas. Se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade intelectual protegida que nos impeça de desenvolver novos conceitos para produtos, oferecer produtos diversificados ou se as exigências legais impuserem limites nas matérias-primas e tecnologias que podemos utilizar, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos consumidores finais. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, na busca pela renovação e desenvolvimento do nosso portfólio, poderemos perder competitividade, devido à possíveis inadequações de estratégias para enfrentar as mudanças no mercado, como o surgimento de novos modelos de negócio disruptivos que podem transformar a indústria farmacêutica, que mudam a estrutura de distribuição e/ou comercialização de medicamentos permitindo e ampliando o mercado para novos entrantes, como por exemplo a impressão de pílulas em 3D diretamente no ponto-de-venda, a possibilidade de venda de medicamentos com marcas próprias pelas grandes cadeias de farmácias e pontos-de-venda, o fracionamento de medicamentos e venda direta e customizada de acordo as prescrições para os pacientes, semelhante ao pill *pack*¹ da Amazon, dentre outros.

Adicionalmente, caso falhemos na preparação e capacitação do nosso processo produtivo, não seremos capazes de obter as certificações das agências sanitárias dos Estados Unidos da América e da União Europeia (FDA- Food, and Drug Administration e EMA- European Medicines Agency) para atuar em mercados internacionais mais regulados, como os Estados Unidos e Europa, o que pode prejudicar nossa estratégia de expansão da nossa base de cliente.

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como Aché, Hypera, NC Farma, Libbs no mercado Nacional e Pfizer, Sanofi, Novartis, MSD, AstraZeneca no mercado internacional, dentre outras. Ademais, algumas dessas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, competindo assim com a maior parte de nossas linhas de produtos.

Em escala global, alguns de nossos competidores possuem recursos financeiros e de *marketing* substanciais, têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital e a tecnologias, maiores bases

¹ Serviço de entrega ao cliente com base em suas receitas médicas, reunindo em pequenos envelopes as medicações na quantidade correta que foram a ele prescritas, bem como com as instruções com relação aos dias e horários para ingestão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

de consumidores e maior variedade de produtos ofertados. Adicionalmente, em níveis diferenciados, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem-sucedidos em determinadas linhas de produtos e/ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e melhores campanhas de *marketing* de forma que a competição com tais concorrentes no mercado em que atuamos pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Poderemos vir a ter que aumentar nossos gastos com *marketing* e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos. O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas sobre a sua aceitação e efeito nos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.

Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, desastres naturais ou outros acidentes podem afetar nossa produção, instalações, principalmente os parques fabris, e estrutura de custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, danos causados por desastres naturais, danos ambientais ou outros acidentes podem danificar ou destruir nossa produção ou instalações, principalmente nossos parques fabris, matérias primas e estoques, o que acarretaria um impacto adverso relevante na continuidade das nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, interrupções duradouras no fornecimento de água, energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nos nossos parques fabris podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos.

Além disso, a ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós.

Ainda nesse sentido, uma vez que centralizamos os equipamentos únicos para fabricação de medicamentos de alta importância para o mercado, sem flexibilidade e *backups* para continuar sua produção em outros sites, e sem plano de continuidade para eventuais ocorrências de paralisação em alguma linha de produção, as interrupções decorrentes dos casos de acidentes, desastres naturais ou incêndios, podem acarretar um impacto operacional relevante em nossas atividades, bem como em nossa situação financeira.

Por fim, interrupções no fornecimento de matérias primas e insumos causadas por outros fatores os quais não podemos controlar (tais como, por exemplo, guerra, caso fortuito e de força maior, *lockdowns* em países que são importantes para nossa cadeia de fornecimento, principalmente a China e Índia, em consequência de pandemias, novas doenças, bem como a evolução daquelas já existentes), podem vir a causar um efeito material adverso para a nossa produção. Para informações adicionais sobre os riscos de eventuais interrupções na obtenção de matérias-primas, vide fator de risco "*Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.*" deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estamos expostos a riscos que podem comprometer a nossa eficiência operacional, gerando custos superiores aos ideais.

Desde a aquisição de insumos até a comercialização dos produtos fabricados por nós, existem diversos processos operacionais necessários para viabilização do nosso negócio (aquisição de matéria-prima / equipamentos necessários para a produção, obtenção de alvarás exigidos pelos órgãos regulatórios, cumprimento de requisitos da agência de saúde local para registro dos produtos, bom relacionamento comercial com distribuidores, dentre outros).

A não formalização desses processos, sua errônea execução ou então a limitação da tecnologia empregada nos mesmos, podem interferir diretamente na nossa eficiência, levando ao descarte dos produtos e/ou ao retrabalho nas etapas envolvidas para sua produção e comercialização, gerando custos superiores aos ideais.

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações (S&P), o que pode causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e resultados operacionais.

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações, considerando fatores críticos como, informações reais de vendas, previsão de vendas, produção, níveis de estoque, produtos faltantes por excesso de demanda ou outro motivo, planejamento e compra de suprimentos, dentre outros.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluíram várias aquisições e atualmente incluem a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Atualmente, temos 6.329 marcas depositadas ou registradas, sendo 1.332 no Brasil e o restante nos demais países onde a Companhia atua. No entanto, não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas nem que os nossos pedidos de registro de marca em andamento serão deferidos pelo INPI ou pelo respectivo órgão responsável dos países onde a Companhia atua ou, então, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros.

Ainda, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-

4.1 Descrição dos fatores de risco

la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, nossas marcas e identidade corporativa podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à nossa imagem. As decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores como o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, preços e preferências subjetivas de cada consumidor. Se: (i) nossa estratégia de *marketing*, incluindo campanhas publicitárias e promocionais, não tiver êxito; (ii) formos incapazes de entregar novos produtos ou tecnologias que atendam às demandas do mercado; (iii) não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços; ou (iv) por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores sejam mais atrativos, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversa e materialmente afetados.

Nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance podem não ser suficientes para evitar sanções regulatórias, de natureza administrativa cível e/ou criminal, danos à nossa reputação, ou outros efeitos adversos aos nossos negócios, resultados e situação financeira.

Estamos sujeitos a diferentes estruturas regulatórias, tais como: (i) leis e regulamentos do setor farmacêutico brasileiro; (ii) leis e regulamentos que se aplicam a empresas de capital aberto com valores mobiliários negociados no mercado de capitais brasileiro, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada e a regulamentação da CVM; (iii) leis e regulamentos que se aplicam às empresas brasileiras que participam de concorrências públicas para contratação com o Poder Público, e (iv) leis e regulamentos que se aplicam à segurança da informação de pessoas físicas, entre outras. Ainda, a Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antissuborno, antilavagem de dinheiro, antitruste e outras leis e regulamentos internacionais e é obrigada a observar as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil, Estados Unidos e pode vir a estar sujeita a tais leis e regulamentos em outras jurisdições, incluindo a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (em conjunto, "Lei Anticorrupção"), que determina a responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como regulamentação dos diversos países em que operamos. Nossas políticas, procedimentos internos, processos de *compliance* e de controles internos podem vir a não ser suficientes para prevenir ou detectar as práticas inadequadas, fraudes, comportamento desonesto ou violações de leis a que estamos sujeitos por parte de qualquer pessoa agindo em nosso nome, interesse ou benefício, nossos acionistas, afiliadas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, administradores, empregados, agentes e prestadores de serviços ou que tais pessoas não pratiquem ações violando nossas políticas e procedimentos, especialmente perante o Poder Público.

Não podemos evitar que nosso nome venha a ser envolvido em processos judiciais ou administrativos visando a apuração de infrações contra a administração pública que resultem, entre outras sanções, em inabilitação para contratação com o Poder Público ou impedimento para usufruir de benefícios fiscais. Uma decisão administrativa e/ou uma sentença judicial de decretação de sanções por improbidade, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

outros atos contra a administração pública, como definidos pela Lei Anticorrupção e mencionados acima, que sejam decorrentes de eventual descumprimento das leis aplicáveis, dos contratos celebrados e de outras normas por parte dos nossos acionistas, administradores, empregados, fornecedores e demais colaboradores ou por parte de quaisquer pessoas agindo em nosso nome, interesse ou benefício, pode resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal, em indenizações trabalhistas, ambientais e em condições de segurança impróprias, bem como na perda de licenças operacionais, com nossa decorrente responsabilização para indenizar de forma subsidiária ou solidária, proibição de licitar com órgãos públicos/contratar com órgãos públicos, perda ou inelegibilidade ao recebimento de benefícios e incentivos fiscais, afastamento de nossos administradores, pagamento de multas com base em faturamento, dentre outros, o que pode afetar adversamente nossos resultados, bem como afetar a cotação dos nossos valores mobiliários, nossa imagem e reputação.

Foram identificadas deficiências significativas nos nossos controles internos e, se não formos capazes de adotar as medidas corretivas necessárias, podemos não ser capazes de reportar nossos resultados de forma adequada e ser adversamente afetados.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Como parte do nosso processo de preparação e auditoria externa das demonstrações financeiras para exercício social em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas deficiências significativas de controles internos. Não há garantias de que nossos esforços de remediação serão bem-sucedidos. Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas outras deficiências ou deficiências significativas nos nossos controles internos. Se nossos sistemas e controles não estiverem operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de reportar nossos resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficiência nos nossos sistemas, políticas ou controles internos poderá causar um efeito adverso relevante em nossos resultados. Para mais informações sobre as deficiências significativas, ver item 5.2 deste Formulário de Referência.

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

As principais matérias-primas utilizadas na fabricação, embalagem e transporte de nossos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, especialmente os insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros, cujos preços são denominados principalmente em dólar norte-americano, tais como insumos biológicos e biotecnológicos. Tais oscilações, uma vez que acarretam um aumento no valor de tais insumos, poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, sendo que diante de situações de guerra ou *lockdowns*, especialmente em razão de pandemias ou novas doenças, o risco de aumento dos custos das nossas matérias-primas pode ser intensificado. Para informações adicionais sobre os riscos de aumento substancial dos custos

4.1 Descrição dos fatores de risco

das matérias-primas que utilizamos, vide fator de risco “***Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.***” deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos e outros custos operacionais relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Não realizamos a contratação de hedge cambial para nossas compras de matéria-prima realizadas em moedas estrangeiras, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre os resultados das operações e na nossa situação financeira.

Atualmente, não celebramos instrumentos de *hedge* cambial para a principal exposição cambial relativa às variações dos preços das matérias-primas que importamos. As principais matérias-primas utilizadas por nós estão atreladas a preços do mercado internacional, expressos principalmente em dólares norte-americanos.

Em períodos de alta volatilidade das taxas de câmbio, principalmente dólar/real, os preços dos medicamentos podem aumentar abruptamente para nós, sendo que não podemos garantir que seremos capazes de repassar tais custos imediatamente a nossos clientes, o que poderá causar um efeito negativo relevante nos resultados de nossas operações e sobre nossa situação financeira. Para maiores informações, vide fator de risco “*A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nos afetar.*” deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de cumprir os covenants financeiros e as obrigações impostas em nossos contratos de financiamento podendo, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do nosso controle podem impactar adversamente a nossa capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos nossos contratos de financiamento.

Caso (i) não sejamos capazes de obter *waivers* ou aprovações necessárias de nossos credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenhamos recursos suficientes para pagar nossas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente nossa situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos contratos de financiamento da Companhia devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*, conforme descritas no item 2.1 deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente nossa situação financeira e, conseqüentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em nossa insolvência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda nesse sentido, em 31 de janeiro de 2022, nós firmamos o Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Escritura de Emissão"), o qual estabeleceu que o valor da remuneração inicial das debêntures está vinculado ao cumprimento, pela Companhia, de metas associadas a indicadores chave de desempenho sustentável, conhecidos pela sigla em inglês "SKPI" (*sustainable key performance indicator*).

A Escritura de Emissão elencou como fatores que impõem riscos ao atingimento do SKPI (i) a complexidade na identificação de metodologia eficaz que garanta a descontaminação e superação dos desafios para a implementação de embalagens mais sustentáveis garantindo a performance de produtividade, margem e custos de transformação; (ii) a escassez de profissionais qualificados para as posições oferecidas pela Companhia; e (iii) eventuais impactos causados por ações de M&A ou relevante alteração no ambiente de negócios de modo que a força de vendas tenha que ser reduzida. Portanto, caso não seja possível evitarmos tais situações, incorreremos o risco de não alcançar o desempenho ASG esperado.

Caso não seja verificado o atendimento de tais metas de desempenho ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), a cláusula 4.11.1.1 da Escritura de Emissão determina que a remuneração relativa às debêntures a ser paga pela Companhia poderá ser aumentada em 0,05% ao ano, a partir de 18 de agosto de 2024, de 2026 e 2027, a cada verificação de uma meta não cumprida dentre as três estabelecidas, procedimento este que ocorrerá em três momentos diferentes, quais sejam 31 de dezembro de 2023, de 2025 e 2026. Dessa forma, o aumento do valor da remuneração afetará o nosso planejamento financeiro e poderá acarretar impactos financeiros relevantes.

Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, na renovação das nossas linhas de crédito atuais ou na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para mais informações, ver Seção 12.2 deste Formulário de Referência.

Nossos parques fabris podem vir a tornar-se uma desvantagem competitiva no nosso mercado de atuação em razão dos custos aplicados a esses ativos.

As nossas empresas concorrentes têm feito movimentos de terceirização da produção e redução das dimensões de seus parques fabris a fim de otimizar seus custos. Considerando que temos atualmente 11 parques fabris, divididos da seguinte forma, 1 localizado na Argentina, 2 no Chile, 1 no Uruguai, 1 no Peru, 1 na Guatemala, 1 na Colômbia e 4 no Brasil (Itapevi, Ribeirão Preto e Montes Claros, esta última em construção), além de 1 parque fabril em São Paulo, o qual pertence a nossa controlada Momenta e 1 no Rio de Janeiro, o qual pertence a nossa controlada Eurofarma Laboratórios RJ Ltda., a depender do desenvolvimento do nosso modelo de negócios, eles podem tornar-se uma desvantagem competitiva, uma vez que teremos custos maiores que nossos concorrentes.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos desnecessários, acompanhados de baixa eficiência e eficácia dos processos operacionais devido à falta de processos estruturados do parque fabril, o que significa por exemplo, que podemos realizar investimentos altos em equipamentos que podem apresentar

4.1 Descrição dos fatores de risco

baixa adaptação aos nossos processos operacionais, acarretando assim um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Decisões em processos judiciais e administrativos podem nos afetar adversamente e criar obrigações relevantes.

Decisões em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes para nós, principalmente em processos de matérias tributárias. Somos, juntamente com nossas controladas, parte em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, ambiental e trabalhista. Ademais, poderemos ser, no futuro, parte em novos processos judiciais e/ou administrativos (perante autoridades administrativa e/ou judiciais, tais como, a título de exemplo, trabalhistas, tributárias, regulatórias, criminais, ambientais, concorrenciais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos dos quais somos parte envolvem matérias relevantes que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira, além de afetar nossa condição reputacional de forma negativa.

Da mesma forma, um ou mais administradores da nossa Companhia podem vir a ser parte em processos judiciais e administrativos cuja instauração e/ou resultado podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, sua capacidade de contratar com o Poder Público e/ou de fazer jus à benefícios e incentivos fiscais.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos dos quais somos parte, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

Poderemos enfrentar situações de conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Mantemos contratos de prestação de serviços com partes relacionadas identificadas na seção 11 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem ser concretizadas em situações de conflito de interesse entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderemos vir a ser negativamente impactados no âmbito reputacional, bem como termos um impacto negativo adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

Mudanças na nossa alta administração e a eventual impossibilidade de reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Os nossos negócios dependem da capacidade, experiência e qualificação profissional da nossa alta administração para garantir a etapas dos processos devido à ausência de processos estruturados e automatizados que independam da ação dos operadores. Adicionalmente, para execução do nosso

4.1 Descrição dos fatores de risco

plano de expansão, dependemos de pessoas que consigam administrar nossas operações internacionais, sobretudo para gestão e fornecimento de inteligência e suporte operacional e de processo.

Poderemos não ser capazes de manter ou repor esses profissionais experientes e conhecedores dos nossos negócios, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico. Ainda, não possuímos um plano de sucessão formalizado, de modo que podemos não ser capazes de substituir de maneira adequada e no momento apropriado membros que ocupam posições-chave na Companhia, caso esses cargos fiquem vagos por ocasião de renúncia, aposentadoria ou morte de tais pessoas. A perda de membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos resultados operacional e financeiro.

A concorrência entre nossos próprios produtos sob marcas distintas mas com o mesmo princípio ativo pode afetar negativamente nossas margens e, conseqüentemente, nosso resultado operacional.

Possuímos como estratégia de lançamento, a fabricação de medicamentos com o mesmo princípio ativo em diversas unidades de negócio (Farma, Supera, Momenta, Genérico). Em situações de crise econômica ou maior competitividade nos mercados internos e externos, poderemos privilegiar a produção de medicamentos genéricos, os quais podem prejudicar a venda dos produtos da Farma, além de reduzir as nossas margens de lucro.

Cabe salientar que fábricas de primeira linha tornam o custo de produção alto frente aos seus concorrentes para produtos com muita concorrência e briga por preço (similares e genéricos). Ainda, poderemos ter nossas margens e resultado operacional negativamente afetados também em razão da imprecisão nos estudos de viabilidade comercial (precificação, previsibilidade de receita) de medicamentos inovadores ao serem consideradas nas análises projeções com base nos medicamentos genéricos.

Eventuais declarações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto a surtos ou potenciais surtos de doenças, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual impactará nossos negócios e de nossas controladas depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações e das nossas controladas. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo coronavírus (COVID 19), zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Como exemplo, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na prática, a declaração significou o

4.1 Descrição dos fatores de risco

reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimentos globais e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Durante o exercício social de 2021, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos.

Nós e nossas controladas não podemos garantir que eventuais outros surtos regionais ou globais, caso aconteçam, não causarão um impacto negativo em nossos negócios.

Novas cepas de qualquer tipo de doença, podem causar efeitos em nós e em nossas controladas, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que podem impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente. Ainda, eventual contaminação de colaboradores pode acarretar uma redução da atividade operacional, que poderá causar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas controladas.

Destaca-se, que a produção fabril não foi interrompida em nenhum momento ao longo da pandemia da COVID-19 no período entre 2020 e 2022. Caso novas cepas de qualquer tipo de doença, é possível que a Companhia e/ou suas controladas tenham despesas adicionais relacionadas a (i) substituição temporária de colaboradores afastados em razão da doença, (ii) medidas e equipamentos de segurança contra pandemia, (iii) contratação de mão de obra terceirizada para cobrir a produção com o aumento de demanda de produtos relacionados à quaisquer novas cepas, de qualquer doença.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia.

Os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas e resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia e que podem não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais. Além disso, nossos acionistas controladores podem vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o nosso controle societário. Qualquer mudança no nosso controle pode afetar materialmente nossa administração, nossos negócios, resultados operacionais e nossa condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Acreditamos que não estamos expostos, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam nossos acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

c. suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados a nós, conforme descritos no item (a) acima. Não obstante, considerando que, parte das nossas controladas ou coligadas está sediada fora do Brasil, para mais informações sobre os riscos envolvendo essas controladas ou coligadas, vide o item "4.1 (i)" abaixo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

d. seus administradores

Decisões desfavoráveis ou processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo nossos administradores podem causar efeitos adversos em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como em nossa imagem e reputação.

Nossos administradores são e podem vir a ser partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos e/ou de novos processos serão favoráveis aos membros de nossa administração. O envolvimento dos nossos administradores em tais processos, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia.

Eventuais repercussões na mídia de tais processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores, podem causar efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

e. seus fornecedores

Alguns insumos necessários para a produção de alguns dos medicamentos fabricados por nós possuem fornecedores únicos cadastrados na ANVISA e a interrupção do fornecimento de tais insumos pode afetar nosso desempenho operacional e financeiro e, ainda, nossa reputação.

Alguns dos medicamentos comercializados por nós são produzidos a partir de insumos que possuem fornecedores únicos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil, como por exemplo: Etinilestradiol, Enoxaparina Sódica, Fumarato de Quetiapina, Dipropionato Betametasona, Sulfato Polimixina e Cloridrato Sertralina, os quais representam 13% do nosso faturamento do Brasil.

Como tais fornecedores estão cadastrados na ANVISA e sua substituição depende do cadastramento e homologação de novos fornecedores, o que pode demorar mais de um ano, qualquer evento adverso que venha a comprometer operacionalmente as atividades desses fornecedores, de forma conjunta ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

isolada, bem como a dificuldade de desenvolvimento de um fornecedor alternativo em caso de impossibilidade dos fornecedores iniciais, pode nos expor a riscos relacionados à incapacidade de produção de alguns desses medicamentos, o que pode afetar negativamente nosso desempenho operacional e financeiro.

Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.

Dependemos de terceiros para obtenção de matérias-primas, incluindo princípios ativos e medicamentos, as quais estão, no geral, disponíveis junto a um número limitado de fornecedores, especialmente devido à ausência de indústrias de química fina no Brasil, com forte concentração em grandes multinacionais ou da Índia e China. Ainda, não dispomos de contratos formais de fornecimento de longo prazo para as matérias-primas que utilizamos e boa parte dos insumos que adquirimos advêm do mercado internacional.

Assim, estamos expostos ao risco de fornecimento de matérias-primas e medicamentos em termos satisfatórios ou mesmo de interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, seus desdobramentos e eventuais novas cepas ou epidemias de outras doenças, como o retorno dos *lockdowns* na China e as estritas restrições nas fronteiras do país, bem como das limitações no espaço aéreo mundial causadas pela intensificação da guerra entre a Ucrânia e Rússia em 2022, gerando a necessidade de replanejamento de rota para o transporte de insumos. Além disso, a falência ou interdição de nossos fornecedores e mudanças significativas nas características das políticas internacionais de países onde nossas matérias-primas são oriundas podem causar impactos em nossas cadeias de fornecimento. Qualquer restrição na disponibilidade de matérias-primas poderá influenciar no aumento dos custos do insumo e de produção, comprometer a produção ou gerar outros atrasos e, no caso de produtos para os quais haja apenas um fornecedor de matéria-prima ou um fornecedor de medicamento, poderá resultar em um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

Além disso, o preço dos princípios ativos pode oscilar de forma relevante em um curto período, inclusive em decorrência de boa parte de os insumos e medicamentos adquiridos por nós estar referenciada em moeda estrangeira, bem como pelos fatores acima mencionados, sendo que um aumento substancial nos custos de princípios ativos poderá afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados.

Ademais, pelo fato de que as autoridades regulatórias em geral terem que aprovar previamente as origens de princípios ativos para produtos farmacêuticos, caso necessário, as mudanças nos fornecedores de princípios ativos poderão resultar em atrasos e aumento dos custos de produção e, conseqüentemente, perdas nas vendas e de clientes.

Quando importamos princípios ativos ou outras matérias-primas de países onde não operamos, estamos sujeitos à regulamentação aduaneira, barreiras sanitárias e agropecuárias além de outras liberações governamentais, encargos e regulamentação pelos países de origem. As imposições de tais

4.1 Descrição dos fatores de risco

regramentos impactam no tempo de atuação dos órgãos governamentais, de forma que a eventual morosidade pode acarretar, inclusive, na materialização do risco de perecimento das matérias-primas. A ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima poderá afetar de maneira adversa nossos negócios, resultados e nossa situação financeira.

Dependemos de alguns fornecedores exclusivos para fabricação de produtos específicos e qualquer evento adversos envolvendo tais fornecedores poderá nos impactar negativamente.

Alguns de nossos produtos são fabricados a partir de insumos e matérias-primas de fornecedores exclusivos. Caso tais fornecedores não sejam capazes de entregar os insumos por eventos adversos ou pelo aumento do volume da nossa produção, a continuidade da produção de tais medicamentos poderá ser inviabilizada, o que pode nos impactar negativamente.

Ainda, alguns de nossos fornecedores, potencialmente, podem também ser nossos concorrentes. Caso isso aconteça e o fornecimento de insumos seja interrompido, seremos obrigados a buscar fornecedores alternativos, o que nem sempre é factível considerando as condições de mercado. Nesse cenário, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

f. seus clientes

Dependemos de alguns clientes que contribuem com parte significativa de nossa receita operacional líquida, e que são também distribuidores de nossos produtos, o que apresenta riscos comerciais e operacionais, podendo afetar adversamente nossas operações e resultados financeiros.

Considerando que os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda detêm uma parcela significativa de nossas vendas, vide item 1.5 deste Formulário de Referência, caso não sejamos capazes de manter as parcerias ou relações comerciais que temos na data deste Formulários de Referência com esses clientes, visando a venda dos produtos fabricados por nós, poderemos ter um impacto adverso em nossos negócios. Ainda, não há garantias de que as parcerias ou relações comerciais serão mantidas em condições favoráveis, ou, que futuramente continuaremos a obter receitas equivalentes às atuais advindas dessas parcerias ou relações comerciais.

Ainda, utilizamos e dependemos das estruturas de distribuição desses clientes para que os produtos de nosso portfólio cheguem ao mercado, não havendo um mapeamento de outros distribuidores que poderiam ser utilizados caso haja qualquer intercorrência com os nossos clientes atuais.

Nossa dependência de distribuidores limita a nossa capacidade de posicionar nossos produtos nos estabelecimentos de maneira imediata e que consideramos adequada. O uso de distribuidores e de uma estrutura de logística terceirizada nos submete a uma série de riscos, incluindo possíveis atrasos e interrupções na entrega de nossos produtos e a perda da qualidade como resultado de manuseio inadequado destes produtos durante o transporte.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, não temos como assegurar que nossos distribuidores intermediários atuarão em conformidade com a legislação aplicável, como por exemplo, em relação à distribuição de determinados produtos apenas nos pontos de vendas autorizados. Ainda, devido à inexistência de contratos com os nossos distribuidores intermediários, existe a possibilidade de estes optarem por não adquirir nossos produtos em determinado mês, o que nos obrigaria a encontrar outros distribuidores intermediários para comercializar nossos produtos.

Por fim, a perda total ou parcial da capacidade operacional e/ou financeira de um ou mais de nossos distribuidores, nos obrigará a redobrar esforços comerciais visando a substituição total ou parcial de tais distribuidores, o que poderá causar um efeito material adverso nas atividades e resultados da Companhia.

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

O uso de nossos produtos eventualmente pode ocasionar alguns tipos reações adversas nos nossos consumidores, podendo causar efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. A propositura de ações com a finalidade de reparação dos danos ocasionados pelos nossos produtos e medicamentos poderá ocorrer sob diversas alegações, as quais podem incluir produtos adulterados, contaminados, que não possuíam as propriedades anunciadas, que não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras.

Tais processos poderão resultar em custos não calculados previamente em decorrência de eventuais *recalls* de produtos, além do custo com a promoção das defesas necessárias em diferentes esferas regulatórias.

Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode causar a perda de confiança de nossos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de nossos produtos. Qualquer alegação dessa natureza contra os nossos produtos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos sofrer impactos indiretos relacionados à epidemia de opioides em curso no Estados Unidos da América.

Os EUA enfrentam atualmente a crise de medicamentos denominada "epidemia de opioides" em que um número considerável de americanos estaria dependente de medicamentos derivados dessa substância. De acordo com os dados do Centro de Controle de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention - CDC), os medicamentos utilizados para diminuição da dor - sob prescrição médica - causaram a morte de 48 mil americanos, apenas em 2017. Com base no novo levantamento, autoridades do país se mostram preocupadas com a atual epidemia causada pelo uso descontrolado dos analgésicos.

Segundo o jornal estadunidense Washington Post, mais de 100 bilhões de doses de oxicodona e hidrocodona foram distribuídas nos EUA, entre 2006 e 2014. Em julho de 2019, o jornal já havia

4.1 Descrição dos fatores de risco

informado que empresas farmacêuticas do país tinham fabricado e disponibilizado mais de 76 bilhões de analgésicos. Tais dados foram obtidos no âmbito de uma ação judicial ajuizada contra indústrias de opioides, em sua maior parte, companhias farmacêuticas.

Em razão da epidemia dos opioides, muitas companhias que mantêm atividades farmacêuticas e distribuição de medicamentos com substâncias analgésicas nos EUA têm se tornado réis em ações judiciais e responsabilizadas pelo pagamento de reparações bilionárias.

Essa movimentação em torno da indústria farmacêutica nos EUA pode reverberar no Brasil.

A Eurofarma possui apenas 3 medicamentos classificados como opioides e comercializados no Brasil (Paco – paracetamol com codeína, Gésico - cloridrato de tramadol e outra forma do Gésico que é combinado com o paracetamol), de modo que substâncias opioides têm participação em menos de 0,5% da receita líquida auferida pela Companhia.

Até o momento, a Companhia não enfrentou qualquer questão relativa a este assunto, porém, o uso de alguns dos produtos que fornecemos ao mercado eventualmente pode ocasionar algum tipo de dependência em nossos consumidores, podendo causar efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Não obstante, é possível que a epidemia nos EUA resulte em maior fiscalização das companhias farmacêuticas nacionais, incluindo a propositura de ações com a finalidade de reparação dos danos ocasionados pelo uso indiscriminado de nossos produtos e medicamentos que, na visão do consumidor, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de dependência de substâncias químicas.

De todo modo, entendemos que o risco é baixo, uma vez que, ao contrário do que ocorre nos EUA, nossos órgãos reguladores nacionais exercem um rígido controle na prescrição desses medicamentos - receitas controladas e carbonadas. Além do controle na prescrição, não é autorizada a distribuição de amostra grátis desses produtos.

g. setores da economia nos quais atue

A variação do preço dos produtos que importamos e/ou exportamos, sobretudo, devido às variações de câmbio, podem impactar negativamente nossas margens e, conseqüentemente, nossos resultados.

O aumento do custo dos medicamentos exportados e/ou importados por nós, devido a fatores tais como frete, custos alfandegários, atendimento às legislações locais, podem impactar na diluição da rentabilidade de produtos, sejam eles produzidos localmente, ou exportados para atendimento de demanda.

Nesse cenário, não podemos garantir que seremos capazes de repassar esse aumento de custos para os nossos clientes, o que poderá causar um impacto negativo nas nossas margens, crescimento, e, conseqüentemente, no cumprimento de nossas obrigações financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Cabe salientar que ausência de estudos robustos sobre o cenário concorrencial nos países em que nossas subsidiárias atuam, podem fazer com que sejamos menos competitivos em termos de custo nas regiões em que operamos, especialmente considerando a variação dos preços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Somos sujeitos à extensa regulamentação da indústria farmacêutica, interação com autoridades governamentais, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, no Brasil e no exterior, relativos às permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA bem como das secretarias estaduais e municipais de saúde. Também estamos sujeitos à certificação de boas práticas de fabricação pela ANVISA. A regulamentação do setor farmacêutico brasileiro inclui as regras para aprovação de produtos e unidades industriais, promoção e visitação médica e propaganda direta ao consumidor final.

Contamos com uma área específica e dedicada a monitorar, avaliar e determinar ações necessárias para qualquer tipo de alteração na regulamentação a que estamos expostos. Esta área, denominada de "Assuntos Regulatórios", acompanha todas as regulamentações de impacto no setor farmacêutico, através de publicações oficiais, como exemplo Diário Oficial da União (DOU) e associação em entidades. Adicionalmente, também contamos com uma diretoria denominada "Relações Institucionais" que acompanha temas de impacto junto às entidades de classe. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com as obrigações e observando a regulamentação aplicável a nossas atividades, incluindo aquelas relativas às atividades no exterior.

Não obstante, caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante a ANVISA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação aplicável, estaremos sujeitos não apenas à sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, caso se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde.

Não podemos assegurar que as autoridades públicas não alterarão as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabricamos, ou atrasar a emissão de licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação. Qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a complexidade e amplitude da regulamentação aplicável da ANVISA poderá, também, dificultar a entrada de produtos durante cenários emergenciais, como a pandemia atual de COVID-19.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante à promoção e propaganda desses produtos, poderão nos afetar adversamente.

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações, bem como dificuldades em agendar reuniões para discussões técnicas ou outras interações com membros técnicos de tais órgãos, poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de *marketing* dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais.

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, incluindo, especialmente, a norma referente a eventual proibição de comercialização de medicamentos de marca própria pelas farmácias e a revisão da norma de inovação incremental versus os requerimentos regulatórios para registro de um novo produto, poderão impactar de maneira relevante nossas atividades e resultados.

Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os nossos, está sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que produzimos. Tal controle de preços limita o reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade, um fator de ajuste de preços relativos entre setores e um fator de preços intrasetor, todos calculados em percentuais ao ano. Esses controles de preços acarretam a redução das margens de lucro, no caso de não acompanharem os custos incorridos pela Companhia na produção de seus medicamentos.

Não podemos assegurar que conseguiremos manter nossa margem no futuro, bem como que o governo não alterará ou expandirá tal política de controle de preços, ou ainda criará novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto máximo de preços, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Caso órgãos fiscalizadores competentes tenham interpretações/entendimentos divergentes dos nossos sobre a legislação tributária que nos é aplicável, e/ou caso os incentivos ou benefícios fiscais dos quais somos beneficiários venham a ser alterados, revogados ou não renovados, nossos resultados e nossa situação financeira poderão ser negativamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos e somos direta e indiretamente impactados por várias legislações fiscais, tributárias e previdenciárias, em diversas esferas (nacional, estadual e municipal) aplicáveis nos diversos países em que operamos.

Não podemos garantir que, em caso de eventual fiscalização, os órgãos fiscalizadores/competentes não terão interpretações/entendimentos divergentes dos nossos, mediante aplicação de autos de infração. Qualquer uma dessas ocorrências poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados, em decorrência da aplicação das medidas necessárias a defesa dos nossos interesses em âmbito administrativo e/ou judicial.

Além disso, podemos estar sujeitos a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos de nossos procedimentos e processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) podem nos afetar negativamente.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, nós e nossas controladas usufruímos de benefícios e incentivos fiscais, que poderão ser revogados, contestados ou não renovados. Caso deixemos de cumprir as obrigações necessárias para usufruirmos de tais benefícios, eles poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em nossa lucratividade e liquidez.

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante. Além disso, não podemos assegurar que eventuais alterações tributárias a serem aprovadas no âmbito desta reforma não sejam desfavoráveis aos nossos negócios, que as propostas para a manutenção dos incentivos fiscais já concedidos até o final do prazo de concessão sejam incorporadas à legislação. As propostas e projetos em discussão podem ser alterados antes de serem transformadas em Lei podendo tornar-se desfavoráveis aos nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Somos sujeitos à extensa regulamentação da indústria farmacêutica, interação com autoridades governamentais, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, no Brasil e no exterior, relativos às permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA bem como das secretarias estaduais e municipais de saúde. Também estamos sujeitos à certificação de boas práticas de fabricação pela ANVISA. A regulamentação do setor farmacêutico brasileiro inclui as regras para aprovação de produtos e unidades industriais, promoção e visitação médica e propaganda direta ao consumidor final.

Contamos com uma área específica e dedicada a monitorar, avaliar e determinar ações necessárias para qualquer tipo de alteração na regulamentação a que estamos expostos. Esta área, denominada de "Assuntos Regulatórios", acompanha todas as regulamentações de impacto no setor farmacêutico, através de publicações oficiais, como exemplo Diário Oficial da União (DOU) e associação em entidades. Adicionalmente, também contamos com uma diretoria denominada "Relações Institucionais" que acompanha temas de impacto junto às entidades de classe. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com as obrigações e observando a regulamentação aplicável a nossas atividades, incluindo aquelas relativas às atividades no exterior.

Não obstante, caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante a ANVISA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação aplicável, estaremos sujeitos não apenas à sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, caso se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde.

Não podemos assegurar que as autoridades públicas não alterarão as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabricamos, ou atrasar a emissão de licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação. Qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a complexidade e amplitude da regulamentação aplicável da ANVISA poderá, também, dificultar a entrada de produtos durante cenários emergenciais, como a pandemia atual de COVID-19.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante à promoção e propaganda desses produtos, poderão nos afetar adversamente.

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações, bem como dificuldades em agendar reuniões para discussões técnicas ou outras interações com membros técnicos de tais órgãos, poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de *marketing* dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais.

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, incluindo, especialmente, a norma referente a eventual proibição de comercialização de medicamentos de marca própria pelas farmácias e a revisão da norma de inovação incremental versus os requerimentos regulatórios para registro de um novo produto, poderão impactar de maneira relevante nossas atividades e resultados.

Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os nossos, está sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que produzimos. Tal controle de preços limita o reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade, um fator de ajuste de preços relativos entre setores e um fator de preços intrasetor, todos calculados em percentuais ao ano. Esses controles de preços acarretam a redução das margens de lucro, no caso de não acompanharem os custos incorridos pela Companhia na produção de seus medicamentos.

Não podemos assegurar que conseguiremos manter nossa margem no futuro, bem como que o governo não alterará ou expandirá tal política de controle de preços, ou ainda criará novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto máximo de preços, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Caso órgãos fiscalizadores competentes tenham interpretações/entendimentos divergentes dos nossos sobre a legislação tributária que nos é aplicável, e/ou caso os incentivos ou benefícios fiscais dos quais somos beneficiários venham a ser alterados, revogados ou não renovados, nossos resultados e nossa situação financeira poderão ser negativamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos e somos direta e indiretamente impactados por várias legislações fiscais, tributárias e previdenciárias, em diversas esferas (nacional, estadual e municipal) aplicáveis nos diversos países em que operamos.

Não podemos garantir que, em caso de eventual fiscalização, os órgãos fiscalizadores/competentes não terão interpretações/entendimentos divergentes dos nossos, mediante aplicação de autos de infração. Qualquer uma dessas ocorrências poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados, em decorrência da aplicação das medidas necessárias a defesa dos nossos interesses em âmbito administrativo e/ou judicial.

Além disso, podemos estar sujeitos a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos de nossos procedimentos e processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) podem nos afetar negativamente.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, nós e nossas controladas usufruímos de benefícios e incentivos fiscais que poderão ser revogados, contestados ou não renovados. Caso deixemos de cumprir as obrigações necessárias para usufruirmos de tais benefícios, eles poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em nossa lucratividade e liquidez.

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante. Além disso, não podemos assegurar que eventuais alterações tributárias a serem aprovadas no âmbito desta reforma não sejam desfavoráveis aos nossos negócios, que as propostas para a manutenção dos incentivos fiscais já concedidos até o final do prazo de concessão sejam incorporadas à legislação. As propostas e projetos em discussão podem ser alterados antes de serem transformadas em Lei podendo tornar-se desfavoráveis aos nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Operamos em mercados emergentes e qualquer piora na situação econômica desses países poderá prejudicar os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2022, 16% da nossa venda líquida total decorreu das operações e atividades realizadas fora do Brasil, na sua maioria, América Latina, incluindo em países como Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Estados Unidos e Moçambique.

Nos últimos anos, o Brasil, bem como os demais países da América Latina, tem vivenciado períodos de instabilidade econômica e política. Caso entidades particulares e governamentais busquem maneiras de reduzir ou controlar custos com a saúde, os níveis de estoque dos nossos clientes e compras por consumidores e preços podem ser afetados, o que pode causar um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados.

Adicionalmente, operamos atualmente e pretendemos operar no futuro em regiões e países onde possuímos pouca experiência e podemos não ser capazes de comercializar nossos produtos ou desenvolver novos produtos com sucesso em tais mercados.

À medida que expandirmos nossos negócios para outros mercados, podemos ter dificuldade em nos adaptar a circunstâncias e condições desconhecidas. Também podemos enfrentar outros riscos de realizar negócios internacionalmente, incluindo: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados complexos, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação e exportação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual.

Ainda, os governos, em muitos dos mercados onde operamos, muitas vezes interferem em suas economias e ocasionalmente fazem alterações significativas nas políticas monetárias, de crédito, do setor e outros regulamentos. As ações governamentais para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital e limites nas importações. Não podemos prever quais medidas ou políticas governamentais teremos de cumprir no futuro. Os nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e/ou regulamentos governamentais nas jurisdições em que operamos, tais como:

- leis e políticas de saúde;
- leis trabalhistas;
- crescimento econômico;
- oscilações de câmbio;
- inflação;
- políticas de câmbio e controle de capital;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e empréstimos internos;
- política monetária;
- liquidez e solvência do sistema financeiro;
- alterações nas negociações comerciais por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou outras organizações internacionais;
- leis e regulamentações ambientais;
- leis tributárias, incluindo royalties, incentivos fiscais e o efeito das leis tributárias na distribuição de lucros pelas nossas controladas;
- restrições na repatriação de investimentos e na transferência de recursos do exterior;
- expropriação ou nacionalização;
- restrições de importação/exportação ou outras leis e políticas que afetam o comércio exterior e investimentos;
- controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e/ou
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica no país ou que afetem o país onde cada um dos negócios da Companhia está sediado.

Não podemos assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou pretendemos operar não gerarão aumentos nos custos de conformidade ou redução na demanda pelos nossos produtos, o que pode prejudicar nossos resultados e situação financeira.

A obtenção de aprovações governamentais necessárias consome tempo e não é garantida.

As aprovações regulatórias pleiteadas por nós, diretamente ou por meio de nossas controladas, em outros países estão sujeitas a diversos requisitos de segurança, qualidade e eficácia, em conformidade com as exigências técnicas, regulatórias e legais adaptadas à realidade de cada país, não sendo possível assegurar o êxito na obtenção dos registros sanitários e nas licenças de comercialização ou uma eventual aplicação de restrições a algumas indicações terapêuticas. Quaisquer destes fatores pode resultar em atrasos no processo de obtenção das licenças com consequente aumento de custos e/ou inviabilização da comercialização de um determinado produto, o que pode afetar adversamente o nosso resultado.

Não podemos garantir que as restrições à movimentação de capital, distribuições de dividendos e alterações nas leis tributárias nas jurisdições onde as nossas controladas estão constituídas ou operam não afetarão sua capacidade de remeterem dividendos para nós e, por fim, a nossos acionistas.

Operamos em outros países da América Latina que não o Brasil, o que nos obriga a adequar nossos negócios à legislação e à regulação desses países. Eventual concorrência e medidas protecionistas

4.1 Descrição dos fatores de risco

adotadas por qualquer um desses países poderão gerar riscos de decréscimo no nosso faturamento direto ou por meio de nossas controladas. Os governos dessas jurisdições podem impor restrições sobre (i) conversões de moedas locais em moeda estrangeira; (ii) remessas a investidores estrangeiros de resultados de seus investimentos; e (iii) a distribuição de dividendos e outras distribuições a acionistas nessas jurisdições.

A imposição de quaisquer das restrições acima poderá prejudicar ou impedir retorno do investimento nas controladas por nós, o recebimento de dividendos e outras distribuições advindas de controladas, o que poderá afetar a nossa capacidade de distribuir quaisquer dividendos a nossos acionistas, impactando adversamente nossos negócios e nosso resultado.

Podemos enfrentar dificuldades na obtenção dos registros de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades nos países estrangeiros em que atuamos.

Pela natureza do nosso negócio, dependemos de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades. Nesse cenário, podemos vir a ter dificuldades na exportação, registro e obtenção das aprovações de dossiês nos países em que atuamos, devido a fatores como: (i) regulamentação internacional menos complexa que a brasileira, sobretudo na América Latina, o que faz com que as autoridades locais imponham maiores exigências e restrições para registro de marcas, patentes e concessões por empresas estrangeiras; (ii) não adaptação dos processos produtivos para atender o ambiente regulatório (Argentina, Chile, Uruguai, Peru Colômbia e Guatemala); e (iii) baixa previsibilidade sobre os prazos de aprovação dos dossiês submetidos às autoridades locais para desenvolvimento de um produto.

Adicionalmente, podemos vir a enfrentar dificuldades na expansão de nossos negócios para outros mercados estrangeiros como, por exemplo, Estados Unidos e Europa, devido à diferença da regulação aplicável e dos requisitos impostos para registro de dossiês. Nesse cenário, nosso projeto de negócios poderá ser negativamente impactado.

j. questões sociais

A diversidade, equidade e inclusão de empregados tornaram-se fatores críticos para as companhias. O mercado está exigindo indicadores de diversidade das companhias, sendo que os relacionamentos com clientes e operações com outras empresas estão sendo impactadas por tais fatores. Não podemos garantir que seremos capazes de corresponder às expectativas crescentes referentes aos indicadores de diversidade. Caso não consigamos satisfazer tais requisitos, a demanda pelos nossos serviços e a nossa reputação podem ser impactados negativamente.

k. questões ambientais

4.1 Descrição dos fatores de risco

Atuamos em segmentos de produtos cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente tóxicas e resulta na geração de resíduos sólidos e efluentes com potencial contaminante. Acidentes ou a manipulação equivocada de insumos químicos ou sua disposição incorreta no ambiente podem gerar danos ambientais consideráveis nas proximidades de nossas instalações operacionais e afetar negativamente nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados operacionais e financeiros.

Atuamos nos setores de medicamentos, cuja produção exige manipulação de substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes caso não sigamos procedimentos operacionais reconhecidos como seguros, ou ainda caso haja falhas no controle desses processos de forma a permitir a liberação dessas substâncias químicas em níveis acima dos recomendados pela regulação em ambientes externos às áreas produtivas.

Ademais, nossos processos produtivos geram resíduos sólidos ou efluentes com potencial de contaminação considerável, caso dispostos no ambiente sem o devido tratamento ou incineração por entidades devidamente credenciadas para esse fim. Acidentes ou falhas operacionais podem acarretar a liberação de insumos químicos, produtos farmacêuticos, resíduos ou efluentes contaminados, com danos ao ambiente e às comunidades vizinhas a nossas instalações, com efeitos significativamente adversos sobre a nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados operacionais e financeiros.

A não observância das leis e regulamentos ambientais por nós ou por terceiros por nós contratados pode resultar em uma obrigação de reparar danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que resultará em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à nossa reputação.

Por fim, as nossas atividades podem causar impactos e danos ao meio ambiente, podendo haver responsabilização em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e/ou (iii) criminal. Na esfera da responsabilidade civil àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental, deve reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independente de dolo ou culpa. Além da condenação na esfera civil, podemos ser responsabilizados na esfera criminal, a qual pode implicar em penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, com a imposição de multas e outras penalidades, como suspensão total ou parcial de atividades, advertência, cancelamento da licença ambiental e outros. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa, nossa imagem e nossos investimentos.

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Nossas atividades podem estar sujeitas a determinadas regulamentações relativas à proteção do meio ambiente. Eventual descumprimento desses regulamentos, bem como a ausência de licenças e

4.1 Descrição dos fatores de risco

autorizações, quando obrigatórias, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos termos do Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade civil pela reparação de eventuais danos ambientais.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, podemos incorrer em despesas adicionais relevantes de *compliance* ambiental. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças poderão afetar nossos resultados operacionais de forma negativa.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Para o cumprimento de novas regras ambientais, poderá ser necessário dispêndio não programado em investimentos para adequação a tais regras, o que, conseqüentemente, pode impactar negativamente os nossos resultados.

Podemos figurar como responsáveis solidários pelos danos ambientais causados por nossos fornecedores.

Na esfera civil e criminal, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e atividades.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a nossa responsabilidade pela reparação de eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que poderemos ser incluídos no polo passivo de ações judiciais visando à reparação dos danos ambientais causado pelos terceiros por nós contratados e, eventualmente, ser condenada a adotar as medidas reparatórias definidas.

Caso sejamos responsabilizados por eventuais danos ambientais causados pelos nossos fornecedores ou prestadores de serviços, nossos resultados operacionais, financeiros e a nossa imagem poderão ser adversamente afetados.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Os riscos físicos resultantes das mudanças climáticas podem ser causados por eventos (agudos) ou mudanças de longo prazo (crônicas) no clima: (i) Os riscos físicos agudos incluem o aumento da gravidade de eventos climáticos extremos, como secas, furacões ou inundações. (ii) Os riscos físicos crônicos incluem mudanças nos padrões de precipitação e extrema variabilidade nos padrões climáticos, aumento das temperaturas médias, ondas de calor crônicas ou aumento do nível do mar.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos de transição referem-se a ações realizadas para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados a mudanças climáticas, e podem se enquadrar em várias categorias, como mercado, tecnologia e mudanças de mercado: (i) O risco de mercado pode se manifestar por meio de mudanças na oferta e demanda de certas commodities, produtos e serviços, uma vez que os riscos e oportunidades relacionados ao clima são cada vez mais levados em consideração. (ii) O risco tecnológico surge de melhorias ou inovações para apoiar a transição para um ambiente de baixo carbono, sistema econômico energeticamente eficiente que pode ter um impacto significativo nas empresas na medida em que novos a tecnologia desloca sistemas antigos e perturba algumas partes do sistema econômico existente. (iii) As ações de política geralmente se enquadram em duas categorias – aquelas que tentam restringir ações que contribuem para os efeitos adversos das mudanças climáticas e aqueles que buscam promover a adaptação às mudanças climáticas. O risco associado e o impacto financeiro das mudanças na política dependem da natureza e do momento da política mudança.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso as operações. Eventuais novas cepas e/ou doenças que possam vir a surgir e as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas em escala mundial. Em resposta a tal disseminação, a partir de março de 2020, autoridades em muitos países em todo o mundo implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como fechamentos temporários de um grande número de escritórios corporativos, lojas de varejo e instalações e fábricas, a restrição à circulação de bens e pessoas, assim como o isolamento social, e essas medidas estão atualmente em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

Futuras cepas e/ou novas doenças que podem afetar os países, assim como a COVID19, podem afetar a liquidez dos nossos clientes e fornecedores da Companhia no âmbito público e privado, impactando o nosso fluxo de caixa e, conseqüentemente, a nossa situação financeira.

Ainda, não podemos garantir ou ter instrumentos eficazes para impedir que o aumento dos custos e/ou escassez de produtos acabados, insumos farmacêuticos ativos, produtos semi-acabados, demais bens e serviços que subsidiam a cadeia produtiva e/ou de consumo não afetem o nosso resultado financeiro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventual aplicação da medida de *lockdown* pode, ainda, impactar diretamente na interrupção das nossas atividades industriais e comerciais impactando nos nossos resultados financeiros. Essa restrição de deslocamento pode afetar também o recebimento de insumos e matérias-primas advindos de outros países, como por exemplo a China, que em 2022 readotou sua política de controle rigoroso, estabelecendo *lockdown* obrigatório para a população e mantendo o fechamento de suas fronteiras.

Embora a Organização Mundial de Saúde - OMS tenha decretado o fim da pandemia da COVID-19, os efeitos negativos continuarão a afetar, por um período indeterminado, as atividades e resultados financeiros da Companhia. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os resultados financeiros da Companhia, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

Podemos vir a ser material e adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de

4.1 Descrição dos fatores de risco

COVID-19; e

- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os nossos negócios, operações e condição financeira.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O resultado destas e outras investigações já impactaram negativamente a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as

4.1 Descrição dos fatores de risco

providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de *impeachment*, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios no Brasil e as nossas atividades, em razão de poderem causar uma recessão econômica no país e, como resultado, reduzir a demanda por nossos produtos e serviços.

Ademais, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em outubro de 2022, para o mandato de quatro anos, iniciado em 2023. As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição do presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica do país. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar os negócios da Companhia.

Ademais, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente.

O Brasil registra historicamente altas taxas de inflação, que têm o potencial de gerar efeitos negativos sobre a economia brasileira em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram, além do aumento da taxa SELIC estabelecida pelo

4.1 Descrição dos fatores de risco

Banco Central, a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que aumentará os nossos custos de operação no Brasil e poderá reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Com o aumento o Comitê de Política Monetária do Brasil (Comitê de Política Monetária) aumentou as taxas de juros oficiais para 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) em dezembro de 2022, tendo atingido altas históricas. Quaisquer medidas futuras adotadas pelo governo brasileiro, incluindo reduções adicionais nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real brasileiro podem desencadear inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

O aumento nas taxas de juros afetará não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo da nossa dívida atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão nos afetar adversamente.

A deterioração das condições econômicas e políticas gerais pode impactar negativamente nossos negócios.

Os nossos negócios podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade dos mercados nos quais operamos e contribuir para perdas líquidas.

Desacelerações econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. Nesse sentido, considerando que o Brasil exporta uma gama diversificada de produtos a diversos países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de quaisquer dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a União Europeia, a China e os Estados Unidos, pode ter um impacto adverso e relevante sobre as exportações e a balança comercial do Brasil, prejudicando o crescimento econômico brasileiro.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente algumas vezes produz um efeito de "contágio", onde toda uma região ou classe de

4.1 Descrição dos fatores de risco

investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais. Por exemplo, o mundo foi afetado pela pandemia da COVID-19, o que desencadeou desenvolvimentos econômicos globais negativos, cuja gravidade não conseguimos quantificar. Conseqüentemente, espera-se que o poder de compra da população brasileira diminua, assim como em diversos países afetados pela pandemia, o que pode reduzir o consumo e os investimentos e afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Incertezas quanto à implantação, pelo governo brasileiro, de mudanças significativas nas políticas públicas podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Conseqüentemente, o mercado financeiro brasileiro pode apresentar alta volatilidade no curto prazo, prejudicando a recuperação econômica no longo prazo. Assim, melhorias no mercado de trabalho e no aumento da renda podem sofrer limitações, o que pode prejudicar os nossos negócios e o nosso resultado financeiro.

Por exemplo, em 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido anunciou finalmente sua saída oficial da União Europeia e sua entrada em um período de transição. O *Brexit* causou, e pode continuar causando, incerteza política e econômica, incluindo volatilidade significativa nos mercados de ações internacionais e nas taxas de câmbio.

Os efeitos do *Brexit* dependerão de diversos fatores, inclusive *hard Brexit* de quaisquer acordos comerciais que o Reino Unido faça para manter o acesso aos mercados da União Europeia. O *Brexit* pode causar incerteza jurídica e originar possíveis conflitos em leis e regulamentos nacionais até que o Reino Unido defina quais leis da União Europeia serão substituídas ou replicadas. Poderá haver aumento de custos resultantes da imposição de tarifas sobre o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia, atrasos no envio de produtos pela necessidade de inspeção, procedimentos alfandegários e escassez temporária de alguns produtos. Além disso, o comércio e investimentos entre o Reino Unido, a União Europeia, o Brasil e outros países serão afetados pelo fato de que Reino Unido operava com base nos acordos fiscais da União Europeia e tal situação tende a se modificar: o Reino Unido terá que negociar seus próprios tratados fiscais e comerciais com os outros países, o que pode levar anos. O potencial impacto na nossa participação de mercado, vendas, rentabilidade e resultados operacionais não está claro. As condições econômicas no Reino Unido, na União Europeia e nos mercados globais podem ser negativamente afetadas pela redução do crescimento e volatilidade. A deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo e da estabilidade política no Brasil, em virtude dos impactos sofridos em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19 pode impactar negativamente os nossos negócios. Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu as eleições presidenciais nos Estados Unidos e assumiu como Presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. O presidente dos Estados Unidos possui considerável influência sobre o cenário internacional, o que pode afetar material e adversamente a economia global e a estabilidade política. A Companhia não pode garantir que o governo de Biden adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal, bem como o investimento interno e externo. Ainda, a crescente incerteza econômica e

4.1 Descrição dos fatores de risco

as notícias de uma economia potencialmente recessiva nos Estados Unidos também podem criar incerteza na economia brasileira. Esses desenvolvimentos, bem como crises potenciais e instabilidade política naquele país, decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento ainda imprevisível, podem afetar adversamente os nossos negócios e os resultados de nossas operações.

Em março de 2021, a fim de permitir o pagamento do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal à população de baixa renda, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que alterou as regras orçamentárias do governo. A partir de 2022, os estados, cidades e municípios brasileiros que atingirem o limite de endividamento de 95% de sua renda terão que reduzir em 10% os incentivos fiscais e financeiros concedidos. Além disso, em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional para mudar as regras de pagamento de crédito entre estados, cidades e municípios brasileiros. O prazo de pagamento foi adiado para até quinze anos. Considerando o cenário econômico e fiscal no Brasil e a iminência das eleições presidenciais de 2022, ainda que não ocorra um aumento imediato dos impostos federais, a pressão no governo local permanecerá, podendo levar a um aumento dos impostos federais e estaduais num futuro próximo.

Como em qualquer ano eleitoral, o cenário político no Brasil para 2022 pode trazer incertezas que poderão impactar negativamente os nossos negócios. A Companhia não pode garantir que o cenário eleitoral não causará dificuldades na recuperação econômica do país, acarretando volatilidade do mercado, redução no montante de investimentos, bem como incerteza sobre as políticas econômicas a serem implementadas por uma nova administração federal.

Por fim, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de *commodities* agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Os efeitos do conflito militar em curso resultaram em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e *commodities* globalmente. Caso as tensões geopolíticas não diminuam ou se deterioreem ainda mais, sanções governamentais adicionais podem ser decretadas, impactando negativamente a economia global, seus sistemas bancários e monetários, mercados ou clientes dos produtos da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política e econômica ao redor do mundo, daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente o valor de mercado da companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. O Brasil perdeu a classificação de Grau de Investimento da sua dívida soberana de longo prazo nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB, mas alterou a perspectiva de positiva para estável, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022.

Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país, reafirmando o posicionamento em abril de 2022.

Em 2020 e 2021, a agência de classificação de riscos Fitch Ratings manteve o rating de crédito soberano do Brasil em "BB-", na avaliação, a Fitch destacou o peso das incertezas fiscais, além da alta da inflação e da volatilidade do real, em julho de 2022, retornou para BB- com perspectiva estável. Segundo a agência, esses riscos podem ser potencializados por conta da polaridade e insegurança política.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente seus resultados e operações.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A seguir apresentamos informações sobre os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas:

- i. Risco de crédito;
- ii. Risco de liquidez;
- iii. Risco de mercado:
 - a. risco cambial;
 - b. risco de taxa de juros
- iv. Risco cambial; e
- v. Risco de preço das matérias-primas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de crédito

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa e equivalente de caixa | 152.850 | 420.449 | 542.437 | 717.372 |
| Contas a receber de clientes | 1.073.899 | 995.893 | 1.449.517 | 1.324.944 |
| Outras contas a receber | 15.397 | 1.516 | 43.263 | 13.103 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 29.572 | 15.271 |
| Total | 1.242.146 | 1.417.858 | 2.064.789 | 2.070.690 |

(a) Contas a receber de clientes

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Mercado interno | 997.396 | 930.713 | 1.423.756 | 1.305.644 |
| Mercado externo | 1.885 | 4.843 | 37.849 | 28.802 |
| Partes relacionadas mercado interno | 22 36.725 | 14.923 | 399 | 2.745 |
| Partes relacionadas mercado externo | 22 42.194 | 48.989 | - | - |
| Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber | (4.301) | (3.575) | (12.487) | (12.247) |
| Total | 1.073.899 | 995.893 | 1.449.517 | 1.324.944 |
| Ativo circulante | 1.073.899 | 991.812 | 1.448.136 | 1.324.613 |
| Ativo não circulante | - | 4.081 | 1.381 | 331 |

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, líquida das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber, conforme demonstrado no quadro de composição por vencimento dos valores vencidos e a vencer do contas a receber:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| A vencer | 1.064.149 | 977.346 | 1.399.950 | 1.258.420 |
| Vencidos até 30 dias | 6.983 | 8.680 | 33.358 | 43.987 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 2.188 | 1.628 | 10.097 | 8.108 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 1.847 | 2.362 | 4.982 | 5.013 |
| Vencidos de 91 a 180 dias (i) | 1.290 | 2.205 | 4.183 | 7.810 |
| Vencidos de 181 a 360 dias (i) | 414 | 1.066 | 2.550 | 5.961 |
| Vencidos há mais de 361 dias (i) | 1.329 | 6.181 | 6.884 | 7.892 |
| Total | 1.078.200 | 999.468 | 1.462.004 | 1.337.191 |

- (i) Também inclui na controladora títulos vencidos com partes relacionadas os títulos vencidos acima de 90 dias com partes relacionadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022, compreendem o montante de R\$ 45 (R\$ 6.178 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

Movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do período | (3.575) | (1.313) | (12.247) | (8.989) |
| Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber | (5.229) | (5.389) | (25.153) | (9.336) |
| Valores baixados no exercício de incobráveis | - | - | 1.004 | 1.623 |
| Reversão das perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (ii) | 4.503 | 3.127 | 23.909 | 4.455 |
| Saldo no final do período | (4.301) | (3.575) | (12.487) | (12.247) |

- (ii) Provisão constituída de acordo com a política, que no decorrer do período foram revertidas à medida em que os títulos foram regularizados pelos clientes.

Composição por vencimento dos valores vencidos incluídos nas perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| A vencer | (1.313) | (299) | (1.313) | (299) |
| Vencidos de 91 a 180 dias | (1.290) | (394) | (4.183) | (3.024) |
| Vencidos de 181 a 360 dias | (369) | (782) | (1.489) | (1.363) |
| Acima de 361 dias | (1.329) | (2.100) | (5.502) | (7.561) |
| Total | (4.301) | (3.575) | (12.487) | (12.247) |

Risco de liquidez

Risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, de forma a garantir a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

| | Controladora 2022 | | | | | |
|--|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Saldo contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Acima de 5 anos |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Fornecedores | 530.694 | 530.694 | 530.694 | - | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 3.697.841 | 5.382.042 | 914.284 | 1.327.229 | 2.821.532 | 318.997 |
| Arrendamentos a pagar | 6.792 | 7.288 | 6.002 | 1.286 | - | - |
| Arrendamentos por direito de uso | 437.500 | 558.378 | 101.653 | 78.353 | 164.307 | 214.065 |
| Outras contas a pagar | 57.559 | 57.559 | 57.559 | - | - | - |
| Total | 4.730.386 | 6.535.961 | 1.610.192 | 1.406.868 | 2.985.839 | 533.062 |

| | Consolidado 2022 | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Saldo contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Acima de 5 anos |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Fornecedores | 765.379 | 765.379 | 765.379 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 3.697.841 | 5.382.042 | 914.284 | 1.327.229 | 2.821.532 | 318.997 |
| Arrendamentos a pagar | 12.743 | 13.255 | 11.927 | 1.328 | - | - |
| Arrendamento por direito de uso | 612.479 | 746.233 | 146.892 | 114.566 | 202.764 | 282.011 |
| Outras contas a pagar | 184.119 | 184.119 | 184.119 | - | - | - |
| Total | 5.272.561 | 7.091.028 | 2.022.601 | 1.443.123 | 3.024.296 | 601.008 |

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| Passivos financeiros | Controladora 2021 | | | | | |
|--|-------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------|
| | Saldo contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Acima de 5 anos |
| Fornecedores | 432.492 | 432.492 | 432.492 | - | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e Debêntures | 2.347.919 | 2.930.311 | 718.543 | 600.693 | 1.528.956 | 82.119 |
| Arrendamentos a pagar | 18.267 | 20.069 | 12.782 | 6.002 | 1.285 | - |
| Arrendamentos por direito de uso | 398.405 | 511.714 | 85.315 | 65.782 | 128.179 | 232.438 |
| Outras contas a pagar | 44.243 | 44.243 | 44.243 | - | - | - |
| Total | 3.241.326 | 3.938.829 | 1.293.375 | 672.477 | 1.658.420 | 314.557 |

| Passivos financeiros | Consolidado 2021 | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------|
| | Saldo contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano | 1 - 2 anos | 2 - 5 anos | Acima de 5 anos |
| Fornecedores | 577.257 | 577.257 | 577.257 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 2.347.919 | 2.930.311 | 718.543 | 600.693 | 1.528.956 | 82.119 |
| Arrendamentos a pagar | 28.681 | 30.520 | 17.562 | 11.672 | 1.286 | - |
| Arrendamento por direito de uso | 541.296 | 651.643 | 105.463 | 82.184 | 154.233 | 309.763 |
| Outras contas a pagar | 99.903 | 99.903 | 99.903 | - | - | - |
| Total | 3.595.056 | 4.289.634 | 1.518.728 | 694.549 | 1.684.475 | 391.882 |

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros não derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

O Grupo tem empréstimos bancários e debêntures com cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado.

Os valores em exposição de taxas de juros do Grupo são indexados a taxas pré e/ou pós fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP, CDI, LIBOR e IPCA, que compreendem os saldos de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento a pagar.

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Instrumento com taxa de juros pré-fixada | | | | |
| <u>Ativos financeiros:</u> | | | | |
| Caixa e bancos | 737 | 2.035 | 107.954 | 122.970 |
| <u>Passivos financeiros:</u> | | | | |
| Arrendamento mercantil financeiro | (6.792) | (18.267) | (12.742) | (28.681) |
| Arrendamento por direito de uso | (437.500) | (398.405) | (612.479) | (541.296) |
| Instrumento com taxa de juros pós-fixada | | | | |
| <u>Ativos financeiros:</u> | | | | |
| Aplicações financeiras - CDI | 152.113 | 418.414 | 434.483 | 594.402 |
| <u>Passivos financeiros:</u> | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - CDI | (3.493.916) | (2.086.030) | (3.493.916) | (2.086.030) |
| Empréstimos e financiamentos - TJLP | (52.833) | (81.743) | (52.833) | (81.743) |
| Empréstimos e financiamentos - Libor | (7.335) | (30.949) | (7.335) | (30.949) |
| Empréstimos e financiamentos - IPCA | (143.757) | (149.197) | (143.757) | (149.197) |
| Exposição líquida | (3.989.283) | (2.344.142) | (3.780.625) | (2.200.524) |

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa de juros pré-fixada

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final da data base não impactaria o resultado do Grupo.

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa de juros pós-fixada.

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros pós-fixadas, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) do resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| Consolidado | Resultado do exercício | |
|---|------------------------|-------------------|
| | 100 pb aumento | 100 pb diminuição |
| 31 de dezembro de 2022 | | |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do CDI) | (12.778) | 12.814 |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do IPCA) | (2.345) | 7.217 |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do Libor) | (8) | 12 |
| Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido) | (15.131) | 20.043 |

| Consolidado | Resultado do exercício | |
|---|------------------------|-------------------|
| | 100 pb aumento | 100 pb diminuição |
| 31 de dezembro de 2021 | | |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do CDI) | (6.427) | 6.437 |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do IPCA) | (2.260) | 3.724 |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do TJLP) | (20) | 30 |
| Instrumentos com taxa de juros pós- fixada (sujeitas à variação do Libor) | (36) | 36 |
| Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido) | (8.743) | 10.227 |

Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia.

O resultado da Companhia é suscetível a sofrer variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os saldos a pagar: (i) fornecedores estrangeiros de insumos (denominados principalmente em dólares americanos) e (ii) de empréstimos e financiamentos bancários denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| | Controladora | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------|----------------|--------------|------------------|-----------------|----------------|--------------|------------------|
| | 2022 | | | | 2021 | | | |
| | USD | Euro | Franco Suíço | Valor em Reais | USD | Euro | Franco Suíço | Valor em Reais |
| Contas a receber de clientes | 361 | - | - | 1.885 | 855 | - | - | 4.843 |
| Fornecedores | (38.690) | (3.781) | - | (223.572) | (29.379) | (1.161) | (536) | (173.779) |
| Empréstimos e financiamentos | (1.406) | - | - | (7.335) | (5.546) | - | - | (30.949) |
| Exposição líquida | <u>(39.735)</u> | <u>(3.781)</u> | <u>-</u> | <u>(229.022)</u> | <u>(34.070)</u> | <u>(1.161)</u> | <u>(536)</u> | <u>(199.885)</u> |

| Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|------------------|-------------------|----------------|---------------|------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|--------------|------------------|
| 2022 | USD | Euro | Franco Suíço | Peso Argentino | Peso Chileno | Peso Colombiano | Peso Uruguaio | Quetzal | Colón Costa Rica | Nova Sol | Peso Boliviano | Guarani | Peso Mexicano | Metical | Reais |
| Contas a receber de clientes | 10.477 | - | - | 739.563 | 9.210.559 | 30.509.619 | 177.841 | 27.460 | 666.669 | 25.697 | 7.876 | 3.362.410 | 224.173 | - | 1.885 |
| Fornecedores | (59.269) | (3.875) | - | (74.341) | (6.269.340) | (12.148.206) | (27.465) | (13.485) | (509.936) | (2.320) | (329) | (394.712) | (47.541) | (575) | (256.487) |
| Empréstimos e financiamentos | (1.406) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.335) |
| Exposição líquida | <u>(50.198)</u> | <u>(3.875)</u> | <u>-</u> | <u>665.222</u> | <u>2.941.219</u> | <u>18.361.413</u> | <u>150.376</u> | <u>13.977</u> | <u>156.733</u> | <u>23.377</u> | <u>7.547</u> | <u>2.967.698</u> | <u>176.632</u> | <u>(575)</u> | <u>(261.937)</u> |

| Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|------------------|------------------|----------------|--------------|------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|--------------|------------------|
| 2021 | USD | Euro | Franco Suíço | Peso Argentino | Peso Chileno | Peso Colombiano | Peso Uruguaio | Quetzal | Colón Costa Rica | Nova Sol | Peso Boliviano | Guarani | Peso Mexicano | Metical | Reais |
| Contas a receber de clientes | 10.363 | - | - | 379.039 | 9.695.767 | 14.911.473 | 127.373 | 15.519 | 1.051.985 | 22.967 | 8.198 | 1.574.474 | 252.013 | - | 4.843 |
| Fornecedores | (42.019) | (1.192) | (536) | (73.547) | (4.707.288) | (7.036.080) | (17.566) | (7.466) | (809.305) | (1.613) | (73) | (1.16.913) | (16.143) | (472) | (198.633) |
| Empréstimos e financiamentos | (5.546) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (30.949) |
| Exposição líquida | <u>(37.202)</u> | <u>(1.192)</u> | <u>(536)</u> | <u>305.492</u> | <u>4.988.479</u> | <u>7.875.393</u> | <u>109.807</u> | <u>8.053</u> | <u>242.680</u> | <u>21.354</u> | <u>8.123</u> | <u>1.457.561</u> | <u>235.868</u> | <u>(472)</u> | <u>(224.759)</u> |

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de preço das matérias-primas

Este risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia comercializa ou no preço das matérias-primas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Não há como assegurar que alterações nos preços nacionais ou internacionais de suas principais matérias-primas e insumos não terão impacto no custo dos produtos vendidos.

Análise de sensibilidade

Taxas de Câmbio

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários apresentados (desvalorização de 8,53% e de 12,12%).

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos Cenário.

| Cotação em 31/12/2022 | Câmbio de conversão para Reais | Variação do câmbio +8,53% | Variação do câmbio - 8,53% | Variação do câmbio +12,12% | Variação do câmbio - 12,12% |
|-----------------------|--------------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Dólar | 5,2177 | 5,6628 | 3,9289 | 5,8501 | 4,5853 |
| Euro | 5,5694 | 6,0445 | 4,1938 | 6,2444 | 4,8944 |
| Peso Argentino | 0,0296 | 0,0321 | 0,0223 | 0,0331 | 0,0260 |
| Peso Chileno | 0,0061 | 0,0066 | 0,0046 | 0,0069 | 0,0054 |
| Peso Colombiano | 0,0011 | 0,0012 | 0,0008 | 0,0012 | 0,0009 |
| Peso Uruguaio | 0,1306 | 0,1417 | 0,0983 | 0,1464 | 0,1148 |
| Quetzal | 0,6655 | 0,7223 | 0,5011 | 0,7462 | 0,5848 |
| Colón Costa Rica | 0,0088 | 0,0096 | 0,0066 | 0,0099 | 0,0078 |
| Novo Sol | 1,3781 | 1,4957 | 1,0377 | 1,5451 | 1,2111 |
| Boliviano | 0,7606 | 0,8255 | 0,5727 | 0,8528 | 0,6684 |
| Guarani | 0,0007 | 0,0008 | 0,0005 | 0,0008 | 0,0006 |
| Peso Mexicano | 0,2667 | 0,2894 | 0,2008 | 0,2990 | 0,2344 |
| Metical | 0,0825 | 0,0895 | 0,0621 | 0,0925 | 0,0725 |

| | Controladora 2022 | |
|--------------------------|------------------------|-------------------------|
| | Resultado do exercício | |
| | Desvalorização (8,53%) | Desvalorização (12,12%) |
| Dólar | 17.685 | 25.128 |
| Euro | 1.796 | 2.552 |
| Exposição líquida | 19.481 | 27.680 |

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

| | Consolidado 2022 | |
|--------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| | Resultado do exercício | |
| | Desvalorização (8,53%) | Desvalorização (12,12%) |
| Dólar | 22.341 | 31.744 |
| Euro | 1.841 | 2.616 |
| Peso Argentino | (1.677) | (2.382) |
| Peso Chileno | (1.536) | (2.182) |
| Peso Colombiano | (1.688) | (2.399) |
| Peso Uruguaio | (1.675) | (2.380) |
| Quetzal | (793) | (1.127) |
| Colón Costa Rica | (118) | (168) |
| Novo Sol | (2.725) | (3.872) |
| Peso Boliviano | (490) | (696) |
| Guarani | (180) | (256) |
| Peso Mexicano | (4.018) | (5.709) |
| Metical | 4 | 6 |
| Exposição líquida | 9.286 | 13.195 |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal-tributária, trabalhista e regulatória, com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Em linha com o informado acima, a composição das provisões por natureza que a Administração mantém para contingências em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas é demonstrada a seguir para a data-base 31 de dezembro de 2022:

| Controladora | | | |
|---------------------------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| (em R\$ mil) | 2022 | | |
| | Montante Provisionado | Depósitos Judiciais | Provisão Líquida |
| Tributárias | 9.552 | (7.883) | 1.669 |
| Trabalhistas | 50.609 | - | 50.609 |
| Cíveis e administrativas | 12.150 | - | 12.150 |
| TOTAL | 72.311 | (7.883) | 64.428 |
| Consolidado | | | |
| (em R\$ mil) | 2022 | | |
| | Montante Provisionado | Depósitos Judiciais | Provisão Líquida |
| Tributárias | 12.824 | (7.883) | 4.941 |
| Trabalhistas | 82.767 | - | 82.767 |
| Cíveis e administrativas | 21.878 | - | 21.878 |
| TOTAL | 117.469 | -7.883 | 109.586 |

Ainda, o Grupo está sendo reclamado em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------|---------------------|--------------------|
| (em R\$ mil) | 2022 | 2022 |
| Trabalhistas | 202.666 | 264.881 |
| Cíveis | 17.213 | 17.213 |
| Tributárias | 239.198 | 256.418 |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| | | |
|--------------|---------|---------|
| TOTAL | 459.077 | 538.512 |
|--------------|---------|---------|

Para os fins deste item, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que **(i)** possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou **(ii)** individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2022 segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos de natureza cível, os quais versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) indenizações em razão de utilização de produtos; (ii) sustação de protestos e nulidade de títulos, cobrança; (iii) execução de títulos; (iv) ações ligadas à propriedade intelectual (uso de marcas e de domínios na internet), sendo que algumas delas versam sobre campanhas de *recall*, objetivando a imediata e eficaz retirada do mercado de determinados lotes de um produto da Companhia que apresente comprovação ou indícios suficientes de risco à saúde e segurança da população por meio da efetiva comunicação aos seus consumidores; (v) desacordos comerciais com fornecedores e (vi) ações envolvendo empregados da Companhia em acidentes de trânsito.

A seguir, apresentamos o processo de natureza cível considerado relevante para a Companhia:

| Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001 | |
|--|---|
| a. Juízo | 18ª Vara Cível de Aracaju – Sergipe |
| b. Instância | Justiça Estadual de Teresina - Sergipe |
| c. Data de instauração | 24/07/2019 |
| d. Partes no processo | Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Sergipe Polo Passivo: Companhia e Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Aché”) |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 7.506.554,51 (sete milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) |
| f. Principais fatos | Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Estado de Sergipe e Ministério Público Estadual, com o objetivo de regularizar o fornecimento dos medicamentos Glicolive, produzido pela Aché e o medicamento Ártico, produzido pela Eurofarma, sob a alegação de que referidos laboratórios deixaram de ingressar em certame licitatório da Secretaria de Estado da Saúde, bem como não teriam atendido à tentativa de aquisição por dispensa de licitação, prejudicando a disponibilidade dos medicamentos, gerando desassistência dos usuários do SUS. Em 25 de julho de 2019 foi proferida decisão em sede de pedido de liminar feito pelo Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Sergipe determinando ambos os laboratórios no prazo de 5 dias a: (i) fornecer os medicamentos de sua produção em quantitativo suficiente a atender as necessidades do Estado de Sergipe por 6 (seis) meses observando-se o preço máximo de venda ao governo - PMVG, sem prejuízo de unidades adicionais no futuro; (ii) indicar à Secretaria Estadual de Saúde contatos institucionais atualizados para recebimento de certames para atendimento com maior rapidez. Fixada multa pecuniária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais diários, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de descumprimento dos itens da decisão. A sentença de mérito proferida em 01/03/2021 confirmou a decisão proferida em pedido de liminar, sendo a Companhia e a Aché condenadas a ingressarem, diretamente ou através de distribuidores, em processos licitatórios para fornecer medicamentos para todo o |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001 | |
|--|---|
| | Estado do Sergipe no prazo estabelecido. Em 23 de agosto de 2021, a Companhia apresentou recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento. |
| g. Chance de perda | Remota |
| h. Impacto em caso de perda do processo | Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado no valor de R\$ 7.506.554,51 em 31/12/2022, conforme descrito acima. Ainda, se mantida a obrigação da Companhia de participar de todos os certames licitatórios do Estado, a ausência de participação poderá gerar multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por descumprimento de participação, acrescida de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) enquanto perdurar a ausência de participação. |

Administrativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos administrativos em trâmite perante a ANVISA, os quais versam, em geral, sobre: (i) importação de produtos; (ii) qualidade do produto com eventual recolhimento voluntário; (iii) questões regulatórias; e (iv) ações de publicidade dos medicamentos. Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos administrativos relevantes.

Contingências Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas eram parte em alguns processos judiciais e processos administrativos de natureza fiscal-tributária, os quais versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) glosa de créditos de PIS, COFINS e ICMS, (ii) recolhimento a menor de IRPJ, CSLL, ICMS, PIS e COFINS. A seguir, apresentamos o processo de natureza fiscal-tributária considerado relevante para a Companhia:

| Processo nº 16327.720170/2021-02 | |
|--|--|
| a. Juízo | 6ª Turma da DRJ07 |
| b. Instância | Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil |
| c. Data de instauração | 10/03/2021 |
| d. Partes no processo | Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Eurofarma Laboratórios S.A. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | O valor total atualizado corresponde a R\$ 98.881.232,66 (noventa e oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos). |
| f. Principais fatos | Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 10/03/2021, no qual o Fisco Federal entendeu que a Companhia deduziu da base de IRPJ e da CSLL no período de 2016, as despesas a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) calculados com base em períodos anteriores ao respectivo ano (Período de 2013 a 2015) - comumente conhecido como "JCP retroativo". O entendimento do Fisco é que deveria ser observado o período de competência para as respectivas deduções de JCP. Foi apresentada impugnação pela Companhia ressaltando, entre outros fundamentos, que não existe limite temporal para pagamento de JCP, e que a lei vinculou a dedutibilidade ao momento em que são pagos ou creditados, não ocorrendo ofensa ao regime de competência. Entretanto, a impugnação foi julgada improcedente em 25/08/2021. Em 20/09/2021, a Companhia apresentou Recurso Voluntário o qual aguarda decisão. |
| g. Chance de perda | Possível |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

| Processo nº 16327.720170/2021-02 | |
|--|---|
| h. Impacto em caso de perda do processo | Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R\$ 98.881.232,66 (noventa e oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos). |

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversas reclamações trabalhistas que versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) horas extras; (ii) aplicação de direitos trabalhistas previstos em instrumentos coletivos dos locais de trabalho dos empregados da força de vendas; (iii) diferenças de pagamento de remuneração variável (premiações) e reflexos nas demais verbas trabalhistas; (iv) adicional de insalubridade; (v) indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho; e (vi) ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos trabalhistas relevantes.

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

| Processos Trabalhistas Rio Grande do Sul (Reclamações Trabalhistas) | |
|---|--|
| Valores envolvidos | Em 31 de dezembro de 2022, o valor envolvido nestas reclamações totalizava R\$ 86.982.301,51 (oitenta e seis milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e um reais e cinquenta e um centavos), dos quais R\$ 22.280.614,03 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e três centavos) correspondia ao valor total provisionado. A Companhia entende que eventuais perdas em tais processos causariam apenas impactos financeiros nos montantes descritos acima, não causando qualquer impacto relevante ao desenvolvimento das atividades e/ou resultados operacionais da Companhia. |
| Prática que causou tal contingência | A Companhia é parte passiva em 109 ações propostas no estado do Rio Grande do Sul, em sua maioria, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes. Estes processos judiciais foram, em sua maioria, ajuizados por colaboradores que integraram a área comercial da Companhia e possuem como objeto comum o pagamento de (i) horas extras e reflexos; (ii) diferenças de premiações e outras verbas; e (iii) aplicação de direitos trabalhistas previstos no instrumento coletivo do estado. |

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, em relação aos processos cíveis relevantes indicados no item 4.4, a Companhia não tem valores provisionados.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, em relação aos processos tributários relevantes indicados no item 4.4, a Companhia não tem valores provisionados.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, em relação aos processos trabalhistas relevantes indicados no item 4.4, a Companhia mantinha uma provisão de aproximadamente R\$ 22.280.614,03 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e três centavos)

Outros Processos

O valor total provisionado para os processos descritos acima, relacionado às demandas trabalhistas conexas do Rio Grande do Sul, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 22.280.614,03 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e três centavos).

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4 acima, relacionado às demandas trabalhistas conexas do Rio Grande do Sul, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 22.280.614,03 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e três centavos).

4.6 Processos sigilosos relevantes

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4 acima, relacionado às demandas trabalhistas conexas do Rio Grande do Sul, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 22.280.614,03 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e quatorze reais e três centavos).

4.7 Outras contingências relevantes

Todas as contingências julgadas relevantes foram apresentadas e descritas nos itens acima, conforme aplicável.

Adicionalmente, encontram-se abaixo informações sobre um Termo de Ajustamento de Conduta ativo e duas Ações Cíveis Públicas relevantes dos quais a Companhia, ou suas controladas, são partes:

- Em maio de 2016 foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0001559-84.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 673.2015.5.22.000/3, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de submeter seus trabalhadores à teste de alguns produtos de formas líquidas em todo o território nacional requerendo a condenação da empresa ao pagamento de dano moral coletivo. A alegação recebida é de que em algumas reuniões de ciclo havia uma sugestão de que fossem ingeridas pequenas doses de medicamentos em forma líquida (como alguns antibióticos ou xaropes) para que o time conhecesse o sabor e pudesse conversar sobre isso com os médicos. Em março de 2018 foi proferida sentença de mérito que julgou os pedidos improcedentes. Em setembro de 2018, foi proferido acórdão que reformou a sentença e condenou a empresa ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), bem como ao cumprimento de obrigação de abster-se de submeter os trabalhadores a degustação de qualquer espécie de medicamento. Em 09.11.2021, a Eurofarma comprovou o pagamento integral da execução no valor de R\$ 1.256.932,94. Em 11.11.2021, foi proferido despacho dando ciência ao MPT do pagamento realizado pela Eurofarma. Foi expedido alvará de R\$ 540.000,00 a favor Ação Social Arquidiocesana – ASA. O MPT peticionou em julho/2022 informando que está buscando propostas que tenham vinculação direta com a matéria do trabalho e possam atuar de forma efetiva no processo de melhoria social e profissional dos trabalhadores para destinar o restante do valor pago da execução, R\$ 366.954,24. Aguarda-se manifestação do MPT indicando o direcionamento do valor remanescente.
- Em junho de 2016 foi ajuizada Ação Civil Pública nº 0001364-02.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 000669.2015.22.000/4, pela a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativa requerendo a sua condenação ao pagamento de dano moral coletivo. Em maio de 2019 foi proferida sentença de mérito que determinou que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativas e detentores da garantia provisória de emprego e condenou a Companhia ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dispensa irregular, sendo a sentença mantida pelo acórdão proferido em agosto de 2020. A Companhia interpôs em 15 de setembro de 2020, recurso de revista contra o acórdão proferido o qual está pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. Desde 20 de fevereiro de 2022, o recurso encontra-se concluso para julgamento pela 4ª turma do TST.
- Em 09 de março de 2021 foi firmado termo de ajustamento de conduta (“TAC” ou “Termo de Ajustamento de Conduta”), a partir do Inquérito Civil nº 004746.2020.02.000/9) entre a Companhia e a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, visando estabelecer as diretrizes para cumprimento da cota legal de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS. Por meio do TAC firmado, a Companhia deverá:
 - (i) Comprovar 12 contratações de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS trimestrais, no mínimo, até fevereiro de 2023, sendo prazo prorrogado para setembro de 2024;
 - (ii) Realizar a dispensa de empregados nessas condições somente após a contratação de substituto;

4.7 Outras contingências relevantes

- (iii) Manter comissão integrada por membros das áreas médica e de recursos humanos, a qual ficará responsável pela administração dos empregados nessas condições;
- (iv) Comprovar, a cada seis meses a contar da assinatura do TAC, (a) relação dos empregados com deficiência/reabilitados, outrora contabilizados, que foram desligados no período; (b) relação dos empregados com deficiência/reabilitados pelo INSS, relativamente à matriz e a todas as filiais, com vínculo ativo, com destaque para os contratados no período; (c) atas de reunião da comissão multidisciplinar ou documentos equivalentes que demonstrem o desenvolvimento contínuo dos trabalhos por todas as especialidades que a compõe, durante o semestre em análise; e
- (v) Apresentar laudo técnico de conformidade das instalações de todos os estabelecimentos (matriz e filiais), com detalhamento dos serviços executados; atestando o atendimento integral da legislação a respeito.

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do TAC ensejará a aplicação de multa, nos seguintes moldes: (i) multa de R\$3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS não contratada; (ii) multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitado prejudicado; (iii) multa de R\$3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS demitida sem a respectiva substituição prévia; (iv) multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de manutenção de comissão multidisciplinar; (v) multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por ausência da comprovação semestral do cumprimento do termo; (vi) multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de cumprimento de disponibilização do laudo técnico de conformidade das instalações.

A Companhia vem cumprindo com a obrigação da contratação de, no mínimo, 12 pessoas de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS ("PCD") trimestrais, que é o objeto principal do TAC firmado. Nesse sentido, a Companhia já demonstrou ao Ministério Público do Trabalho ("MPT") cumprimento da cota superior ao previsto para cumprimento dos prazos trimestrais estipulada no TAC, sendo que até 01.02.2023, comprovou a contratação de 247 PCDs, restando 52 contratações pendentes em razão de aumento de quadro, contratações estas que poderão ser realizadas até setembro de 2024, prazo concedido pelo MPT após requisição da Companhia. Não obstante, há algumas obrigações administrativas contidas no TAC cujo cumprimento pela Companhia ainda não se deu de forma integral em razão de óbices internas ou externas, sendo elas: (i) demissão após contratação de substituto – em razão de questões sistêmicas do cronograma de admissões/demissões da Companhia, não é possível realizar admissões em vagas que estão preenchidas; (ii) término de realização das obras de acessibilidade nas Unidades de Varginha, Itapevi e Ribeirão Preto, cujo estudo já foi iniciado por arquiteta especializada em acessibilidade para todas as unidades para que a Companhia consiga (a) cumprir com as regras de acessibilidade e (b) viabilizar a elaboração do laudo contemplando o cumprimento das regras até o prazo concedido pelo MPT, que se findará em 10 de setembro de 2024.

A Companhia mantém canal de comunicação direto e aberto com MPT para evidenciar o cumprimento e tratar sobre as dificuldades encontradas, sendo que a última petição sobre o tema foi protocolada no último 28 de fevereiro de 2023.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;**

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar e mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de novembro de 2021, e sua aplicação é monitorada pelo Comitê de Ética e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia.

b. **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. **os riscos para os quais se busca proteção**

Os riscos da Companhia são classificados em grupos e subgrupos, de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

- **Estratégico:** Riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.
- **Operacional:** Riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Financeiro:** Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, comprometa o cumprimento de seus compromissos financeiros, dificultem ou impossibilitem a obtenção de crédito, ultrapassem os níveis de endividamento e de exposição definidos pela Eurofarma.
- **Regulamentar:** Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ANVISA, ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal, anticorrupção, saúde e segurança do trabalho, contábil, LGPD).
- **Cibernético:** Riscos relacionados a aspectos tecnológicos que suportam os processos da Eurofarma e que tem como características as categorias de riscos de infraestrutura de tecnologia, integridade da informação, segurança da informação, suporte sistêmico e tecnologias e disponibilidade das informações e sistemas.

ii. **os instrumentos utilizados para proteção**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo de assegurar que os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, avaliando incertezas futuras a tempo de tomar decisões adequadas e obter melhores benefícios.

A Política de Gerenciamento de Riscos é baseada nas melhores práticas e metodologias de governança corporativa e governança de riscos no Brasil e internacionalmente, sendo essas práticas contidas nas seguintes instituições e documentos:

- ISO 31.000 - Gestão de riscos — Princípios e diretrizes;
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO;
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC;
- The Institute of Internal Auditors – IIA; e
- Código de Ética e Conduta Eurofarma.

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de riscos, de forma a preservar e desenvolver seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Alinhado à realização dos objetivos da Companhia, o gerenciamento de riscos tem o objetivo de contribuir, além da prevenção à materialização de riscos, na sua detecção, tratamento e monitoramento. A abordagem da Companhia é integrar o gerenciamento de riscos no dia a dia na conduta dos seus negócios por meio de um processo estruturado e de acultramento.

O processo de gerenciamento de riscos é observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Para tanto, o processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia está dividido nas seguintes etapas:

a) Identificação dos riscos

Esta etapa se consiste em elaborar uma lista abrangente de riscos, considerando os eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos estratégicos do Grupo Eurofarma.

A Companhia contratou em 2020 a consultoria da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“Deloitte”) para realizar seu projeto de mapeamento de riscos, criação da política de gestão de riscos e manual de riscos. O resultado deste trabalho e os principais riscos foram validados com o Comitê de Ética e Conselho Consultivo da Companhia, atual Conselho de Administração da Companhia, e compreenderam a entrega do mapa de riscos, modelo de classificação de processos, mapa de valor dos acionistas e proposta de estrutura de governança de risco. Os riscos mapeados foram todos detalhados em um relatório. Como trabalho de processo contínuo para Gestão de Riscos, durante todo o ano de 2023 a mesma consultoria da Deloitte realizará cálculo de risco residual para os principais riscos.

b) Análise dos riscos

Esta etapa envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, sendo elas positivas ou negativas, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c) Avaliação dos riscos

O objetivo da avaliação de riscos é apoiar na tomada de decisão considerando os resultados da etapa de análise de riscos, levando em conta quais riscos serão tratados com prioridade pelo Comitê de Ética e Comitê de Auditoria e Compliance.

A metodologia para avaliar o nível de exposição de riscos da Eurofarma inclui uma combinação de medições qualitativas e quantitativas, por meio da avaliação do impacto e da vulnerabilidade ao evento, identificando também se existem controles vinculados, assim definindo a estratégia para gerenciamento.

d) Tratamento dos riscos

O tratamento de riscos relaciona as formas para gerenciar os riscos e em consequente a implementação das opções selecionadas em linha com as aspirações e objetivos do Grupo Eurofarma, refletidas nas decisões do Comitê de Auditoria e Compliance.

A decisão do Comitê de Auditoria e Compliance deve ser baseada em como responder aos riscos, avaliar os efeitos da ação de resposta em relação ao impacto e vulnerabilidade, custos e benefícios, e selecionar a melhor alternativa para reduzir o risco inerente conforme a tolerância desejada.

e) Comunicação dos Riscos

A comunicação é uma atividade que deve permear todas as áreas do Grupo responsáveis por desempenhar as atividades do dia a dia necessárias para o funcionamento da organização ("Unidades de Negócio"), nos quais os riscos devem ser divulgados e conhecidos por todos os envolvidos em seu gerenciamento e monitoramento, e deve acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

Os aspectos de informação e comunicação dentro da estrutura de controle do Grupo Eurofarma são essenciais para que os colaboradores entendam seu papel dentro dessa estrutura e tenham disponíveis as informações necessárias e assertivas para a execução de suas atividades.

f) Monitoramento e Análise Crítica

O processo de monitoramento e análise crítica deve garantir as melhorias contínuas dos ambientes de controles internos evitando que a exposição dos riscos aumente e ultrapasse os níveis aceitáveis.

As responsabilidades relativas ao monitoramento e à análise crítica serão de responsabilidade da Área de Auditoria Interna, conforme definido no item 5.4 deste Formulário de Referência, com o apoio das áreas de negócio e suporte.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e suas respectivas responsabilidades está assim segmentada:

- **Comitê Fiscal**, é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Conhecer os processos, o mapa de riscos, indicadores-chave de riscos e os responsáveis pelo processo de riscos e seu alinhamento com os objetivos do negócio;
 - ii. Dialogar com os agentes com papel na definição, supervisão e monitoramento da gestão de riscos, buscando reunir informações sobre a gestão de riscos para subsidiar a formação de sua opinião sobre os atos de gestão; e
 - iii. Definir, junto com a alta Administração, tipos, formatos e periodicidade da informação sobre riscos que o Comitê Fiscal necessita para seu dever de fiscalização.
- **Conselho de Administração**, é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Acompanhar e cobrar a atuação dos executivos quanto a gestão dos riscos;
 - ii. Questionar, discutir e acompanhar os resultados da Companhia e da diretoria;
 - iii. Avaliar se a governança de riscos da Companhia é adequada e possui recursos suficientes;
 - iv. Discutir com a diretoria executiva e com o alta Administração o nível de efetividade do sistema de controles internos da organização; e
 - v. Aconselhar e propor estratégias para a alta Administração sobre a implementação de controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios.
 - vi. Discutir e aconselhar a alta Administração na definição e revisão periódica do apetite de riscos do Grupo, bem como dos níveis e limites de autoridade sobre os riscos.
- **Comitê de Auditoria e Compliance** é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Aprovar metodologias de gestão de riscos e controles internos;
 - ii. Participar da avaliação e definir a priorização dos riscos de negócio;
 - iii. Aprovar limites de exposição aos riscos em linha com a estratégia de negócios;
 - iv. Aprovar plano de Auditoria Interna, proposto pelo Comitê de Ética;
 - v. Aprovar ações mitigantes elaboradas pelas Unidades de Negócio;
 - vi. Aprovar e acompanhar a implementação das ações mitigantes e monitorar os riscos;
 - vii. Garantir o fortalecimento das áreas de Auditoria Interna e Compliance, definindo os recursos necessários com o Conselho de Administração e Alta Administração;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- viii. Divulgar resultados dos trabalhos das áreas de Compliance e Auditoria Interna para a Alta Administração e Conselho de Administração;
 - ix. Definir e revisar periodicamente o apetite de riscos do Grupo Eurofarma, bem como definir quais riscos serão conhecidos e assumidos de forma a monitorá-los;
 - x. Aprovar as diretrizes estratégicas e políticas de gestão de riscos;
 - xi. Estabelecer a existência de recursos físicos e financeiros para a atividade de gestão de riscos e controles internos;
 - xii. Definir seu papel e o dos comitês de assessoramento na supervisão dos riscos;
 - xiii. Avaliar se a governança de riscos da empresa é adequado e tem recursos suficientes;
 - xiv. Assegurar que a administração implemente controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios e controles para mitigar riscos de perdas das informações ou de acessos não autorizados; e
 - xv. Orientar e monitorar estrategicamente as atividades de gestão de riscos e do sistema de controles internos.
- **Diretor Presidente**, é o responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Fornecer liderança e direcionamento aos altos executivos, estabelecendo os valores, os princípios e as principais políticas (aprovadas pelo Comitê de Auditoria e Compliance que constituem o alicerce do modelo de Riscos e do sistema de controles internos);
 - ii. Reunir periodicamente para revisar suas responsabilidades quanto à forma como administram riscos;
 - iii. Conhecer os riscos inerentes às operações, às respostas a risco e às melhorias de controles necessárias, bem como à condição das iniciativas em andamento; e
 - iv. Colocar em prática o tom e o nível de maturidade esperados pelo Conselho de Administração em relação ao modelo de gestão de riscos.
 - **Gestão de riscos e Unidades de Negócio.**

O principal papel da Auditoria Interna e das Unidades de Negócio, são de condução do processo de monitoramento dos riscos e avaliação dos controles, a aplicação dos componentes da governança de riscos e o reporte de exceções.

- **Auditoria Interna**
 - i. Priorizar riscos no plano de auditoria com base no *Risk Assessment* aprovado pelo Comitê de Auditoria e Compliance;
 - ii. Avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- iii. Examinar de forma independente o sistema de controles internos, bem como aspectos regulatórios, operacionais e financeiros, provendo à alta direção uma avaliação sobre a sua efetividade;
 - iv. Comunicar novos riscos à equipe de Controles Internos; e
 - v. Assessorar o Presidente e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Compliance, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno e efetividade no processo de governança de riscos
 - vi. Elaborar o plano e escopo dos trabalhos da área de Auditoria Interna;
 - vii. Garantir a manutenção e cumprimento da Política de Gestão de Riscos, por meio de trabalhos específicos e reportes tempestivos ao Comitê Auditoria Interna e Compliance;
 - viii. Coordenar e acompanhar os trabalhos executados pelas áreas de Controles Internos e Auditoria;
 - ix. Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos
 - x. Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanha os planos de ação.
- **Comitê de Ética, é o órgão de assessoramento à Alta Administração e responsável por, dentre outras atribuições:**
 - i. Participar da avaliação e propor a priorização dos riscos de negócio para validação Comitê de Auditoria e Compliance;
 - ii. Aprovar plano de Auditoria Interna;
 - iii. Aprovar ações mitigantes elaboradas pelas Unidades de Negócio;
 - iv. Aprovar e acompanhar a implementação das ações mitigantes dos riscos validados, propor reclassificação e incluir novos riscos, se aplicável;
 - v. Divulgar resultados dos trabalhos das áreas de Compliance e Auditoria Interna para a Alta Administração e Comitê de Auditoria e Compliance;
 - vi. Assegurar que a administração implemente controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios e controles para mitigar riscos de perdas das informações ou de acessos não autorizados;
 - vii. Orientar e monitorar as atividades de gestão de riscos e do sistema de controles internos; e
 - viii. Assegurar a manutenção das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos do Grupo Eurofarma, assim como a aplicabilidade da legislação vigente e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos.
 - **Área de Compliance**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

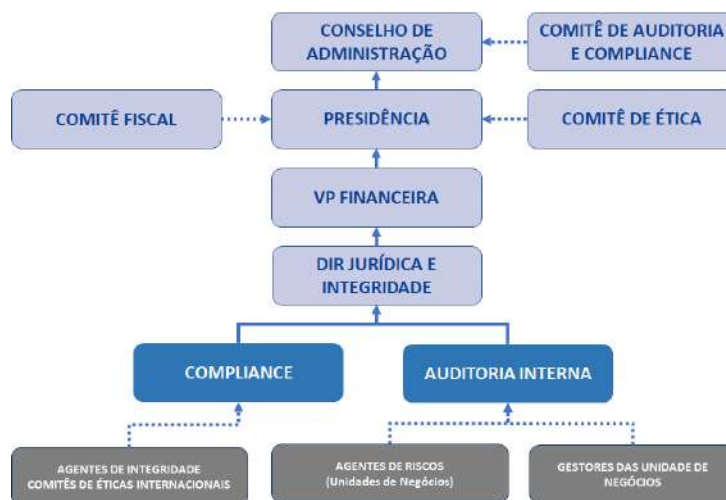
- i. Definir e propor metodologias para avaliação e acompanhamento dos riscos de Compliance;
 - ii. Consolidar os riscos de Compliance e ações mitigantes;
 - iii. Conduzir o processo de monitoramento dos riscos de Compliance junto as áreas de negócios, promovendo a cultura interna de Compliance;
 - iv. Coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de Compliance;
 - v. Acompanhar os riscos de Compliance;
 - vi. Divulgar as definições às áreas responsáveis e a governança;
 - vii. Consolidar os reportes de Riscos de Compliance a serem feitos para o Comitê de Ética.
 - viii. Auxiliar as áreas de negócio e suporte de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos;
 - ix. Apoiar cada Unidade de Negócio nas diretrizes da gestão de riscos e demais necessidades;
 - x. Monitorar e controlar periodicamente os riscos do Grupo Eurofarma;
 - xi. Prover treinamentos relacionados a gestão de riscos de Compliance;
 - xii. Desenvolver, propor ao Comitê de Ética as métricas de mensuração do apetite aos riscos de Compliance; e
 - xiii. Fazer a gestão adequada do Programa de Compliance Eurofarma com fins a manter sua efetividade e melhoria contínua, atendendo os objetivos macros de prevenção, detecção e resposta aos riscos de Compliance.
- **Unidades de Negócio do Grupo Eurofarma (operacionais e apoio)**
 - i. Comunicar a área de Auditoria Interna qualquer alteração em seu processo de negócio para que possa ser objeto de análise e identificação de novos riscos e seus respectivos controles;
 - ii. Auxiliar a área de Auditoria Interna na definição dos controles adequados para mitigação dos riscos identificados;
 - iii. Implementar os planos de ação elaborados em conjunto com a área de Auditoria Interna segundo a prioridade associada aos riscos identificados;
 - iv. Assegurar que as recomendações implantadas sejam efetivamente seguidas e que eventuais recomendações não aplicáveis sejam comunicadas; e
 - v. Contribuir para que o processo de implementação dos planos de ação seja executado no prazo acordado e com as ferramentas adequadas, garantindo que o grau de exposição aos riscos esteja dentro dos limites estabelecidos.
 - **Agente de Riscos (das Unidades de Negócio)**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- i. Assegurar a aplicação dos componentes da governança de riscos e das atividades de controles, certificando-se de que a sua aplicação esteja consistente com o perfil e o apetite a riscos dentro de sua área;
- ii. Reportar à Auditoria Interna o status de implementação dos controles e melhorias;
- iii. Reportar exceções de exposição média e alta para Auditoria Interna;
- iv. Comunicar a identificação de novos riscos na sua Unidade de Negócio;
- v. Auxiliar as áreas de negócio (donos do risco) no desenho de controles internos para gerenciamento de riscos; e
- vi. Propor à área de Auditoria Interna possíveis métricas de mensuração dos riscos da Unidade de Negócio.

A atuação em conjunto das áreas permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e das atividades de aprimoramento da governança e controles, evitando redundâncias, atividades concorrentes e custos adicionais.

A participação dos órgãos, conselhos, comitês e demais áreas mencionadas acima na estrutura de gerenciamento de riscos é realizada conforme o fluxograma abaixo:



c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos, uma

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo, interdisciplinar e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas por auditor independente de primeira linha (para o exercício social encerrado em 31/12/2022, a KPMG Auditores Independentes) e são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adota práticas de controles internos para assegurar a confiabilidade da elaboração e divulgação das informações financeiras, de forma que suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia.

O registro das operações é realizado através do sistema SAP, o qual é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis, garantindo assim, segurança para a área contábil em relação aos lançamentos efetuados. Adicionalmente as áreas de Controladoria e Centro de Serviços Compartilhados realizam a análise das variações das contas patrimoniais e de resultados e a análise da razoabilidade dos saldos das movimentações financeiras. As variações significativas são analisadas para checagem e validação dos saldos apresentados. O monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de Tesouraria, que é responsável por controlar todas as movimentações financeiras e reportá-las à alta administração.

A Controladoria também é responsável pela (i) elaboração mensal de relatórios gerenciais e financeiros que são submetidos à diretoria e ao conselho de administração, que os revisam, analisam e os discutem em suas reuniões e (ii) coordenação do processo de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui uma Vice-Presidência Financeira, a qual responde hierarquicamente a Diretoria da Controladoria, principal responsável pela elaboração e revisão das demonstrações financeiras, as quais são analisadas, auditadas e validadas por auditoria externa independente (KPMG). Assim que aprovadas pela Controladoria e assinadas pelo contador, as demonstrações financeiras são submetidas ao Vice-Presidente Financeiro, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia adota diretrizes a serem seguidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e assegurar o cumprimento das regulamentações existentes, tais como:

- atuação dos Agentes de Risco, pessoas chave de cada área da Companhia que detém o conhecimento dos seus processos, sistemas e pessoas e sugerem melhorias para otimizar os controles, sendo que realizam uma divulgação periódica dos riscos globais para os acionistas;

5.2 Descrição dos controles internos

- processos da área de Gestão de Riscos, que monitoram a adequação e eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanha os planos de ação, alertando a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos;
- testes de Auditoria Interna, área que desenvolve seus trabalhos de forma independente, sendo responsável pela avaliação dos controles internos e pela implementação de melhorias de processos, com foco em redução de riscos e segregação de funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação, acessos e travas sistêmicas. Os resultados dos trabalhos de auditoria interna e os planos de ação são reportados periodicamente a diversas instâncias independentes, como o Comitê de Auditoria e Compliance e o Conselho de Administração; e
- emissão de relatório de recomendações sobre os controles internos e procedimentos contábeis e fiscais pelo auditor independente da Companhia, bem como sua avaliação pela Administração.

Além das práticas descritas neste item, a Companhia conta também as demais práticas de controles internos descritas nas seções 5.1 e 5.4 deste Formulário de Referência.

Desta forma a administração da Companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado e eficiente.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De modo a garantir maior efetividade e precisão dos processos internos, a Companhia adota uma gestão colaborativa de seus controles internos e de preparação de suas demonstrações financeiras.

As seguintes áreas da Companhia estão envolvidas no processo de elaboração das suas Demonstrações Financeiras e na aplicação e monitoramento de controles, sempre em busca da integridade das informações contábeis e financeiras:

- Contabilidade

Responsável pelos registros contábeis, pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados, pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estando sujeita a uma série de normas e procedimentos para assegurar os controles necessários e garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da companhia.

Além disso, conforme mencionado no item 5.3 (a) acima, a Companhia utiliza o sistema SAP, que é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis.

- Centro de Serviços Compartilhados

Responsável pelo gerenciamento e contabilizações do contas a pagar, contas a receber, faturamento, lançamentos de notas fiscais, folha de pagamento, ativo imobilizado e análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

5.2 Descrição dos controles internos

- Tesouraria

Responsável pelo gerenciamento do endividamento e fluxo de caixa da Companhia e pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

- Jurídico

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais da Companhia.

- Fiscal

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais tributários e gestão tributária da Companhia

- Controladoria

Responsável pela integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pela conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios e pela independência e qualificações do auditor independente externo ("Auditor Independente").

- Vice-presidência Financeira e Presidência

Responsável pela análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia

As demonstrações financeiras são devidamente analisadas e aprovadas pelo contador responsável, Diretoria de Controladoria, Vice-Presidência Financeira e Presidência e validadas e auditadas por empresa de auditoria externa (atualmente KPMG Auditores Independentes).

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é monitorada pela Auditoria Interna e Gestão de Riscos e reportada periodicamente ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria e Compliance e este, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia. Para as deficiências apresentadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de "*follow-up*" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia dos controles internos da Companhia relacionados à divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foi revisada pela KPMG Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

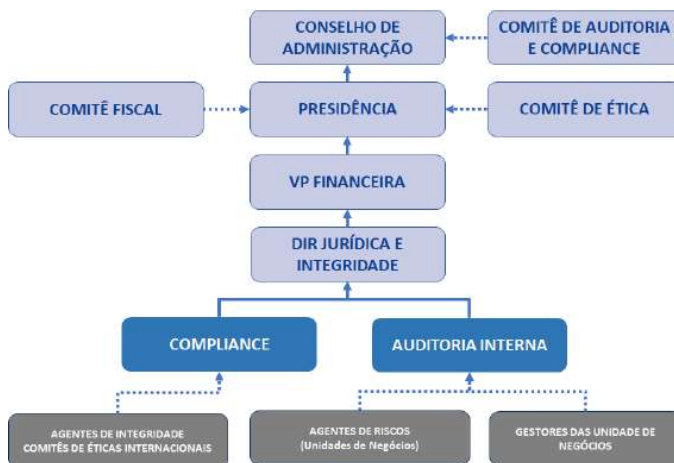
Nossos auditores independentes não identificaram deficiências significativas para a data base 31 de dezembro de 2022.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma área de *Compliance* e Auditoria Interna, sendo vinculada à Diretoria Jurídica e Integridade, a qual está ligada a Vice-presidência Financeira e indiretamente ao Diretor Presidente do Grupo Eurofarma e ao Conselho de Administração da Companhia, em linha com o fluxograma abaixo:



As áreas de Compliance e Auditoria Interna orientam e monitoram as boas práticas de governança e auxiliam na elaboração de diretrizes e políticas e aderência da cultura de conformidade às regras estabelecidas pelo Código de Ética. São responsáveis também pelas auditorias internas e investigações relacionadas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias, conforme será explicado ao longo deste item.

A seguir apresentamos um pouco das atribuições das respectivas áreas:

Compliance: é responsável pelo reforço do ambiente ético e conformidade com normas internas e regulamentações, incluindo a gestão do Código de Ética e da Política Anticorrupção, ferramentas de prevenção e investigação, além do tratamento de casos e gestão da ética, gerenciamento dos principais riscos de Compliance da Companhia. Isso inclui a definição da matriz de riscos (identificação, categorização e priorização), definição, suporte à implantação e monitoramento de ações mitigatórias. O objetivo é preservar a imagem da instituição e assegurar a conformidade de sua atuação dentro das normas, assim como, fazer a Gestão do Programa de Compliance com foco em sua eficácia e melhoria contínua

5.3 Programa de integridade

Auditoria Interna: é responsável pela prevenção e detecção de riscos e avaliação da conformidade dos processos, incluindo os ciclos de auditoria interna, *follow-up* dos planos de ação e a realização de trabalhos especiais.

A área de Auditoria Interna utiliza-se de um mecanismo de incentivo ao cumprimento das leis, normas internas e externas, de proteção contra desvios de conduta e de preservação e geração de valor econômico, em consonância com os valores éticos e com as boas práticas de governança corporativa, a fim de orientar o comportamento dos colaboradores e fornecedores da Companhia ("Programa de Integridade").

Os principais objetivos do Programa de Integridade são:

- Ajudar os colaboradores a cumprir a legislação, o Código de Ética e as políticas internas, através de regras claras e definidas.
- Esclarecer responsabilidades em todas as áreas do Grupo Eurofarma para fortalecer o sistema de integridade.
- Garantir orientação aos envolvidos para que as atividades e os negócios sejam conduzidos com legalidade, ética, integridade e transparência.
- Identificar os riscos de Compliance e de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas relacionados às atividades do Grupo Eurofarma.
- Proteger a Companhia de possíveis danos a sua imagem e prejuízos de ordem financeira.
- Fortalecer a cultura de conduta ética, de integridade e de aderência ao compliance.
- Prevenir, detectar e corrigir condutas irregulares, ilícitas e antiéticas.

Os dez pilares que estruturam o Programa de Integridade são:

1. Comprometimento da Alta Administração com a Ética e Integridade
2. Avaliação de Riscos
3. Políticas e Procedimentos
4. Treinamento e Comunicação
5. Canal de Denúncia e Investigação
6. Due Diligence Terceiros
7. Due Diligence de Compliance em M&A
8. Autonomia e Recursos da Função de Compliance
9. Medidas Disciplinares e Remediação
10. Monitoramento e Melhoria Contínua do Programa

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- Código de Ética e Conduta: O código de ética e conduta da Companhia ("Código de Ética" ou "Código") foi aprovado pelo presidente do Grupo Eurofarma, Sr. Maurizio Billi e define um conjunto de princípios, valores e regras para assegurar a ética, o interesse público, a transparência, a eficiência e a proteção de direitos nas atividades da Companhia. O Código está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol) e é divulgado no site do Grupo, na intranet da Companhia (CONNECTA), em todos os materiais de treinamentos e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias. Além disso, os colaboradores podem retirar a via impressa na área de Recursos Humanos de cada unidade ou solicitar à área de *Compliance*. Todos os colaboradores assinam termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização. Por fim, cabe ao Comitê de Ética a revisão anual do Código e atualização sempre que necessário.

5.3 Programa de integridade

- a. Código de Ética do Fornecedor: o Grupo Eurofarma possui o Código de Ética do Fornecedor, com as orientações que pautarão todas as suas relações comerciais da Companhia com os seus fornecedores. A aplicação dos princípios do Código de Ética do Fornecedor permite ao fornecedor e prestador de serviços da Companhia, melhorar continuamente o cumprimento dos direitos e normas trabalhistas e demais questões relativas aos direitos humanos e padrões éticos que integram o processo de produção.
- b. Canal de Ouvidoria/Denúncias: O canal de denúncias da Companhia foi criado em 2012, como instrumento de auxílio do Comitê de Ética, sendo um canal, aberto para todos (funcionários e terceiros), disponibilizado para relato de situações de violações ou descumprimentos ao Código e suas políticas. Esse canal auxilia o Comitê de Ética a apurar a ocorrência de violações ao Código e a tomar as medidas disciplinares apropriadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente e a gravidade da violação "Canal de Ouvidoria/Denúncias"). O Canal de Ouvidoria/Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio do seu website <https://www.contatoseguro.com.br/pt/grupoeurofarma> ou do endereço de *e-mail* compliance@eurofarma.com.
As denúncias feitas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias são confidenciais e podem ser feitas de forma anônima, se o denunciante assim o desejar. A Companhia não tolera retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Ouvidoria/Denúncias.
- c. Políticas Corporativas: são as políticas que complementam o Código de Ética ("Políticas Corporativas"). As Políticas Corporativas trazem maior detalhamento de regras para situações específicas. Elas são analisadas criticamente e atualizadas de acordo com mudanças regulatórias e / ou em função dos riscos. As Políticas Corporativas que a Companhia possui na data desta Formulário de Referência são as que seguem abaixo:
- Política de Doações e Patrocínios
 - Política de Registro Contábeis
 - Política de *Due Diligence* (Fornecedores e M&A)
 - Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos
 - Política de Medidas Disciplinares
 - Política de Auditoria Interna
 - Política do Canal de Ouvidoria
 - Regimento Comitê de Ética
 - Política de Relacionamento com Profissionais de Saúde
 - Política de Elaboração de Materiais Promocionais – RDC/96
 - Política de Distribuição de Amostras Grátis
- d. Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos: a Companhia adota uma Política Anticorrupção, conforme aprovada em 24 de abril de 2017 e revisada em 05

5.3 Programa de integridade

de outubro de 2021 (“Política Anticorrupção”), a qual tem como objetivo estabelecer as diretrizes, padrões e procedimentos do programa de prevenção e combate à corrupção e de relacionamento com setor público, para todas as empresas do Grupo Eurofarma, em consonância à legislação vigente, o Código de Ética, políticas, manuais, e procedimentos estabelecidos pelo Programa de Integridade.

O compromisso com a ética e a integridade determina e guia todas as ações dos colaboradores, terceiros e relacionamentos do Grupo Eurofarma, na condução de seus negócios e atividades, sempre em conformidade com os mais elevados padrões morais e legais, não tolerando qualquer forma de corrupção e suborno. O Grupo Eurofarma e todos aqueles que com ele se relacionem, interna ou externamente, devem entender e agir em conformidade com as leis de combate à corrupção aplicáveis, em todas as relações com a Administração Pública ou Agentes Públicos.

Adicionalmente, a Companhia oferece treinamento sobre a Política Anticorrupção a cada dois anos.

- e. Política de Due Diligence (M&A, Fornecedores e Colaboradores): a referida política visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades para a realização do processo de *Due Diligence* em operações de M&A, terceiros e executivos contratados ou que venham a ser contratados pelo Grupo Eurofarma, objetivando a mitigação dos riscos de *compliance*. A Companhia respeita os limites estabelecidos pelas leis vigentes para a obtenção de informações para conduzir seus processos de diligência, adotando boas práticas e garantindo a confidencialidade dos dados.

Due Diligence em operações de M&A

A *Due Diligence* de *compliance* em operações de M&A, consiste em uma análise metódica de como a empresa se comporta diante do mercado em relação as leis anticorrupção, improbidade administrativa e leis que regulamentam a concorrência.

É de responsabilidade da área de M&A informar a área de *Compliance* a intenção de adquirir uma nova empresa ou somente ativos de uma determinada empresa.

A área de *Compliance* e o Departamento jurídico irão avaliar a forma de *Due Diligence* a ser realizada que pode ser internamente pela área de *Compliance* ou através de contratação de consultoria especializada.

Due Diligence de terceiros

A *Due Diligence* de terceiros envolve a coleta de informações relevantes do terceiro em fontes públicas de consulta, a fim de verificar sua reputação no mercado em que atua, para garantir que o Grupo Eurofarma faça negócios apenas com empresas íntegras, que partilham dos mesmos valores e princípios da Companhia.

Antes de celebrar um contrato, a área de Suprimentos ou o colaborador da área responsável pela contratação deverá verificar se o fornecedor a ser contratado enquadra-se dentre um dos quesitos relacionados abaixo:

- Terceiros com interação com órgão público;
- Escritório ou profissionais de advocacia;

5.3 Programa de integridade

- Despachantes / Aduaneiro;
- Contadores;
- Prestação de serviços de Consultorias ou Assessorias (para obtenção de licenças e alvarás);
- Prestadores de serviços responsáveis pelo transporte e descarte de resíduos;
- Prestadores de serviços com mão de obra (incluindo engenharia/ Empreiteiras);
- Instituições contempladas no Programa de Doações de Medicamentos;
- Instituições filantrópicas e Organizações Não Governamentais - ONG's; e
- *Distribuidores; (clientes) – Principalmente Licitações.

Cada caso é analisado individualmente, considerando as especificidades da atividade do Terceiro (porte, área de atuação etc.) ou do serviço a ser prestado, bem como a importância nos processos de negócio do Grupo Eurofarma.

Para efeito de classificação final deve-se considerar o maior risco identificado nas informações coletadas.

- Risco Alto: A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Vice-Presidente da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance*. Neste caso, a presidência deverá ser informada do risco apontado na DD.
- Risco Médio: A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Diretor da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance*.
- Risco Baixo: Não há necessidade de aprovação para contratação.

***Due Diligence* de Colaboradores (Membros do Conselho de Administração, Vice-presidentes e Diretores)**

A *Due Diligence* de candidatos a membros do Conselho de Administração, Vice-Presidente e Diretores deve compreender três etapas, conforme descritas abaixo, sendo que a contratação dos referidos administradores somente deverá ocorrer após a conclusão satisfatória deste processo.

As três etapas da diligência dos administradores colaboradores são:

- 1ª Análise do colaborador (candidato);
- 2ª Verificação de antecedentes; e
- 3ª Parecer da área de *Compliance*.

- f. Gestão de Conflitos de Interesses: O Grupo Eurofarma possui diretrizes para identificação, declaração e resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesse de seus colaboradores. O Código de Ética conta com um capítulo específico dedicado ao tema, e os colaboradores preenchem o Termo de Declaração de Conflitos de Interesses na data de admissão. O termo eletrônico está disponível na *intranet* da empresa e pode ser atualizado pelo colaborador sempre que houver necessidade. A gestão dos termos e análise dos possíveis conflitos é realizada pela Área de *Compliance* e Comitê de Ética.
- g. Política de Doações e Patrocínios:

Doações a causas beneficentes

5.3 Programa de integridade

A Companhia realiza doações financeiras com objetivo de ajudar no desenvolvimento de organizações sociais que atuam em diversos setores. Equipamentos e ativos da empresa que serão substituídos também são destinados à doação para instituições que atendem população de baixa renda, localizadas próximas das unidades ou para cooperativas de reciclagem. Entre os materiais doados regularmente estão itens como mesas, cadeiras e outros mobiliários.

A Companhia veda quaisquer doações em troca de favores com qualquer pessoa física ou jurídica, agente público ou não, mesmo que o favorecido seja uma instituição beneficente genuína.

As regras e procedimentos abaixo devem ser observados quando se realizar doação a causas beneficentes:

- Os pedidos devem ser cuidadosamente analisados, para que se verifique se a doação não irá fornecer benefício pessoal a algum agente público ou a qualquer pessoa que tenha relação direta ou indireta com o agente Público e se a instituição está registrada nos termos da legislação aplicável;
- A doação deve ser feita à instituição de caridade e não a pessoa física e, em nenhuma circunstância, o pagamento pode ser feito em dinheiro ou através de depósito em conta corrente pessoal.

Patrocínios com Leis de Incentivo

A área de Responsabilidade Corporativa & Eventos faz a gestão através dos comitês de Responsabilidade Social e Patrocínios Culturais e Esportivos e utiliza seis leis de incentivo por meio de renúncia fiscal.

Em Responsabilidade Social a premissa é apoiar os projetos sociais com as leis: Fumcad/FIA, Pronon, Pronas e Fundo do Idoso. Para a Cultura e Esporte utilizamos as leis: LIC (Lei Federal de Incentivo à Cultura), LIE (Lei Federal de Incentivo ao Esporte).

Todas as solicitações de patrocínios são submetidas a área de Responsabilidade Corporativa & Eventos, que verifica a idoneidade e as referências dos produtores, captadores e instituições que serão beneficiadas com o aporte de recurso e segue acompanhando até a conclusão dos projetos.

A área seleciona os principais projetos a serem apresentados aos comitês, composto por equipes multidisciplinares representando as áreas que espelham os interesses dos principais stakeholders, como comunidades, clientes e médicos por meio de voto aos projetos apresentados.

Os patrocínios são contabilizados de forma transparente e de acordo com os princípios contábeis aceitos, legislação pertinente e sempre suportados com as evidências da aplicação do patrocínio para o qual foi destinado.

Doações de Medicamentos

Iniciativa estruturada para promover a ampliação do acesso aos medicamentos e evitar desperdícios, envolvendo o engajamento de diferentes áreas da Companhia no processo. Os impostos dos produtos destinados à doação são pagos integralmente e toda a logística

5.3 Programa de integridade

envolvida para a distribuição dos produtos, e eventual recolhimento caso não sejam utilizados, é responsabilidade da Companhia.

Para viabilizar o programa, os medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 8 meses são destinados as organizações não governamentais e entidades de saúde que atuam com populações de baixa renda, evitando que produtos necessários a esses pacientes e em perfeitas condições de uso sejam destruídos.

A destinação segue critérios rigorosos e as entidades beneficiadas precisam comprovar que têm espaço adequado para armazenamento e autorização sanitária da Anvisa ou outro órgão responsável, bem como a presença no local de um profissional habilitado para fazer a prescrição, como médicos e cirurgiões-dentistas. Qualquer medicamento fabricado pela Companhia nas condições descritas anteriormente pode ser doado.

Doações a campanhas eleitorais

A Companhia não realiza doações e contribuições para campanhas eleitorais, conforme estabelecido em seu Código de Ética.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no Código de Ética da Companhia, o Comitê de Ética da Companhia é responsável pela implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética é órgão permanente e com membros com conhecimento do negócio, mercado e com autonomia para tomar as decisões de acordo com suas responsabilidades, eleitos nos termos do seu regimento interno. As principais diretrizes são pautadas pelo Código de Ética e demais documentos que suportam o Programa de Integridade Corporativa.

A sua premissa é promover ações claras de prevenção, detecção, resposta e remediação de eventuais condutas de não conformidade com as normas instituídas pelo Grupo Eurofarma, atuando sempre com alta confidencialidade e imparcialidade na aplicação de regras, leis e normas em vigor, respeitando o anonimato quando desejado, bem como recomendando medidas corretivas, preventivas e educativas sempre que necessário.

Objetivos do Comitê de Ética

Os objetivos principais do Comitê de Ética são auxiliar na minimização dos riscos éticos e legais do Grupo Eurofarma, proteger a imagem e a reputação deste, auxiliar na promoção de uma cultura de alto desempenho com integridade, avaliar e estabelecer medidas para fortalecimento do Programa de Integridade, recomendar frentes de trabalho e auditorias quando necessário, bem como reportar ao Conselho de Administração para o adequado tratamento quando necessário.

5.3 Programa de integridade

São responsabilidades do Comitê de Ética:

- Analisar as situações não previstas no Código de Conduta Ética e definir como proceder;
- Esclarecer as dúvidas e orientar como agir frente a possíveis dilemas éticos;
- Analisar as situações de descumprimento do Código de Ética para recomendar ações a serem tomadas;
- Gerir os canais de comunicação da estrutura de gestão da ética;
- Direcionar para apuração e investigação as ocorrências e denúncias recebidas; e
- Revisar o Código de Ética e atualizá-lo sempre que necessário.
- Monitorar o Programa de Integridade via indicadores reportados pela área de Compliance
- Aprovar as ações de Compliance a serem executadas pela Área de Compliance

Conselho de Ética

O Conselho de Ética conta com a participação do Diretor Presidente da Companhia, sendo uma instância superior que é acionada em situações de impasse, de maior gravidade e/ou que envolvem maior risco à operação. São estes os seus integrantes:

- Diretor Presidente
- Vice-presidente de Recursos Humanos;
- Vice-presidente de Sustentabilidade e Novos Negócios;
- Diretoria Jurídica e Integridade Corporativa;
- Acionista; e
- Gerente de Compliance.

Comitês de Ética Internacionais/Locais

É um grupo colaboradores das operações internacionais, gerente geral, ponto focal de RH, ponto focal financeiro e Diretor Corporativo Internacional, juntamente com a área de compliance corporativa, que atuam no suporte, acompanhamento e discussão das ocorrências recebidas no Canal de Ouvidoria, assim como, nos demais temas de Compliance atinentes à operação local da subsidiária internacional. Seus membros possuem conhecimento do negócio, do mercado e da legislação do país estrangeiro. Em síntese, o Comitê de ética é composto conforme abaixo:

- Gerente Geral;
- Área de Compliance Corporativa;
- Recursos Humanos local;
- Diretoria Corporativa Internacional; e
- Responsável por finanças locais.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- i. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia, conforme descrito acima, é aplicável a todos os seus acionistas, colaboradores, estagiários e menores aprendizes, bem como aos fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia e seus representantes..

Todos os novos colaboradores no momento de sua admissão precisam, obrigatoriamente, realizar treinamento do Código de Ética, sendo que a cada dois anos, é aplicado treinamento de atualização para todos os colaboradores da Companhia ("Reciclagem"). O objetivo do treinamento é disseminar a cultura de *compliance*. Este pilar garante que o conhecimento das políticas e procedimentos cheguem aos colaboradores.

Para o exercício social corrente, as ações de treinamento estão previstas no Plano Anual de treinamento de Compliance, cujo monitoramento da execução faz parte dos itens monitorados do Programa de Compliance e reportados em sede de Comitê de Ética.

Além disso, a Companhia proporciona treinamentos customizados para cada público-alvo de acordo com tema a ser tratado e de forma periódica. O Grupo Eurofarma estabelece um plano anual de comunicação e treinamento, prevendo os meios que serão utilizados a cada público.

Os fornecedores, prestadores de serviços e seus prepostos, aqueles que celebrarem qualquer tipo de acordo com o Grupo Eurofarma recebem um *link* de acesso ao Código de Ética do Fornecedor no momento da assinatura do contrato, incumbindo-se a difundi-lo junto aos seus colaboradores. Os contratos celebrados pelo Grupo Eurofarma, na qualidade de tomador de serviços/ordenador de despesas, também trazem uma cláusula com normas anticorrupção.

Principais Treinamentos realizados pela Companhia:

Público interno:

- i. Integração de Novos Colaboradores;
- ii. Reuniões frequentes com a Força de Vendas;
- iii. Código de Ética e Conduta;
- iv. Due Diligence (Fornecedores e M&A);
- v. Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos;
- vi. Canal de Denúncias; e
- vii. Relacionamento com Profissionais de Saúde.

Público Externo:

- i. Distribuidores que representam o Grupo Eurofarma em Licitações (anual).

5.3 Programa de integridade

Comunicação:

- i. Material para divulgação imediata no Programa de Integração de novo colaborador;
- ii. Mensagens periódicas nos canais de comunicação internos para reforçar os conceitos do Programa de Integridade;
- iii. Reuniões de Diretoria;
- iv. Reunião do Conselho de Administração; e
- v. Comitês Executivos.

ii. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

As medidas disciplinares e de remediação alcançam todos os colaboradores do Grupo Eurofarma. Elas são justificadas nas seguintes situações, podendo gerar advertências verbais, escritas e suspensões, assim como afastamentos e desligamentos:

- Erro ou desvio cometido de modo reiterado;
- Ações indevidas que causam prejuízos/ impactos aos clientes, colaboradores, parceiros ou à empresa;
- Ações faltosas ou comportamentos que revelam falhas funcionais; e
- Transgressões às diretrizes do Código de Ética.

Sociedades contratadas pelo Grupo Eurofarma, em caso de não cumprimento de diretrizes de Segurança de Trabalho, também se sujeitam a estas medidas, assim como cancelamento de contrato.

Atualmente a Companhia realiza por meio da área de Compliance o monitoramento da aplicação das medidas disciplinares por infrações ao Código de Ética. Todas as medidas disciplinares são enviadas ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC)/Recursos Humanos (RH) para que o documento seja anexado ao prontuário SAP do colaborador.

iii. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da Companhia, aprovado pelo Diretor do Grupo Eurofarma, Sr. Maurizio Billi, está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol), sendo divulgado no site do Grupo <https://eurofarma.com.br/governanca-corporativa>, na intranet (CONNECTA) e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias. Além disso, os colaboradores podem retirar a via impressa na área de Recursos Humanos de cada unidade ou solicitar à Área de Integridade. Todos os colaboradores assinam um termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização. Todos os materiais de treinamento

5.3 Programa de integridade

incluem informação sobre o Código de Conduta com link ou QR Code para sua localização e acesso.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Ouvidoria/Denúncias é um canal externo, independente e confidencial de comunicação, em que colaboradores, clientes e fornecedores podem relatar episódios suspeitos, fatos e comportamentos que estejam em desacordo com o Código de Ética. O canal via internet preserva, sempre que solicitado, o anonimato dos denunciantes (colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio etc).

A proposta do Canal de Ouvidoria/Denúncias visa manter um ambiente de trabalho saudável, em que os colaboradores pratiquem os preceitos éticos e os valores da Companhia. Também busca promover a cultura da transparência, alinhando comportamentos e desestimulando condutas contrárias aos princípios da organização.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia é administrado por uma empresa independente (Contato Seguro) e pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com atendimento em português e espanhol. Ele permite que denúncias sejam realizadas por telefone, internet, presencialmente e via *e-mail*, conforme informações abaixo:

Internet

O site na Internet www.contatoseguro.com.br/grupoeurofarma registra eletronicamente as denúncias. O registro é feito a partir de um formulário desenvolvido para extrair um conjunto mínimo de informações que possam dar suporte a uma análise e investigação. O IP do computador do usuário do sistema não é registrado.

E-mail, telefone e pessoalmente

A Eurofarma disponibiliza um número de telefone gratuito em todos os países em que atua. As ligações são sempre atendidas por ouvidores especialmente treinados para obter o máximo de informações a respeito da denúncia, sem comprometer o anonimato e a segurança da fonte. O número do telefone a partir do qual se origina a ligação do denunciante não é identificado.

| País | Número do Telefone |
|-------------|--------------------|
| Argentina | 0800-345-3145 |
| Bolívia | 800-104 612 |
| Brasil | 0800 602 18 34 |
| Chile | 800 914 489 |
| Colômbia | 01-800-5189605 |
| Costa Rica | 8000320029 |
| El salvador | 8006414 |

5.3 Programa de integridade

| | |
|-----------------|------------------|
| Equador | 1800 001 131 |
| Guatemala | 1800 300 0189 |
| Honduras | 80027916003 |
| México | 800 681 8206 |
| Nicarágua | 18002202475 |
| Panamá | 8002030093 |
| Paraguai | 9800120003 |
| Peru | (0800) 78148 |
| Rep. Dominicana | 1 (809) 200-1590 |
| Uruguai | 000 416 205 2735 |

A área de *Compliance* recebe também denúncias pelo *e-mail* compliance@eurofarma.com, pelo telefone da Área de Integridade Corporativa, +55 (11) 5090-8617 ou pessoalmente na unidade do Grupo Eurofarma na Rua Pascoal Pais, 525 - Vila Cordeiro - São Paulo – SP. Todas as denúncias são registradas no Canal de Denúncias e geridas conforme procedimentos internos de investigação.

Para as unidades internacionais, as denúncias presenciais devem ser realizadas para os membros do Comitê de Ética Internacional local.

Cada denúncia recebida gera um número de protocolo alfanumérico, que permite ao denunciante acompanhar o andamento do processo.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia está disponível para todos os seus colaboradores, fornecedores, intermediários e demais terceiros que queiram reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Em nenhuma hipótese o número do telefone ou do IP do computador utilizado para o relato de denúncia no Canal de Ouvidoria/Denúncias é identificado. A Companhia garante a confidencialidade dos dados do denunciante sempre que este assim o desejar. O anonimato e o sigilo são garantidos sempre que há o uso correto do canal, confirmando-se ou não os desvios reportados.

Em conformidade com a Política do Canal de Ouvidoria/Denúncias, e os princípios que norteiam a gestão do Canal, todos os colaboradores do Grupo Eurofarma são proibidos de praticar ou

5.3 Programa de integridade

envolver-se em atos de represália contra quem denuncie, de boa-fé, suspeitas de atos ilícitos ou que coopere em uma investigação ou auditoria.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O relato é apresentado e discutido no Comitê de Ética., que tem 30 dias para avaliação, investigação e retorno, podendo este prazo ser postergado por igual período caso necessário.

É importante ressaltar ainda que (a) há uma metodologia para classificação do risco das ocorrências; (b) possibilidade de acompanhamento da apuração da denúncia; (c) disponibilização de relatório/indicadores das denúncias recebidas e suas respectivas apurações; (d) disponibilização do relatório de ocorrências por VP e Diretoria; e por fim (e) um fluxo específico para denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não tem conhecimento de casos relativos à desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública cometidos pela Eurofarma.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável, uma vez que a Companhia possui um programa de compliance devidamente implementado e eficaz, contanto com regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.

5.4 Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta.

5.5 Outras informações relevantes

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que os principais fatores de risco a que o Grupo Eurofarma está exposto refletem aspectos estratégicos-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo e os riscos econômico-financeiros, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para o qual a Companhia busca proteção constam no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, a Companhia pode fazer uso de diversos instrumentos de derivativos como swaps, NDF (*non-deliverable forward*) e opções. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A Companhia administra tais instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em suas operações e não utiliza tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia realizou, entre 2020 e 2022, operações de NDF (*non-deliverable forward*), com o objetivo de gerenciar riscos de mercado sobre investimentos atrelados ao dólar americano, bem como importações de insumos denominados em dólar americano ou euro. Tais operações foram liquidadas antecipadamente em maio de 2022, de modo que, em 31 de dezembro de 2022, não havia NDF em aberto.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gestão de risco de crédito

Para fins de gerenciamento do risco de crédito que advém das aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração de investimentos em um único grupo econômico. De acordo com a política de aplicações financeiras, o Grupo não poderá alocar recursos em investimentos financeiros em instituições financeiras sem nota de crédito e/ou que não tenham ao mínimo rating A-, em escala local, emitida por uma das principais agências de classificação de risco de crédito. Como o objetivo do Grupo é manter a liquidez de seus recursos, deverão ser priorizadas aplicações financeiras com liquidez imediata. No entanto, quando o fluxo de caixa permitir e com disciplina financeira, estão

5.5 Outras informações relevantes

autorizadas operações com carência (período em que o Investimento Financeiro não pode ser resgatado) de até 90 dias, a ser aprovado pela área financeira corporativa. Ademais, o Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas aplicações financeiras, caso necessárias. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações à termo para proteções cambiais via NDF (*non deliverable forward*). As operações são contratadas com bancos e/ou instituições financeiras que possuem rating mínimo A-, em escala local, baseado na análise de risco de crédito de uma das três principais agências de classificação de risco. O Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas operações, caso necessário.

Adicionalmente, a política de vendas do Grupo está subordinada às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas vendas (pulverização do risco). As perdas estimadas são integralmente provisionadas. A Companhia tem contas a receber com dois clientes representando em média 36,6% do total do contas a receber.

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Diante disso, foi estabelecida uma política de crédito na qual os novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

Gestão de risco de liquidez

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, de forma a garantir a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com um risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Gestão do risco da taxa de juros

Os riscos relacionados a perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem a despesa financeira relativa a empréstimos e financiamentos captados no mercado são mitigados com a diversificação na captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas e/ou pós-fixadas lastreadas em CDI, LIBOR, TJLP e IPCA, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

Gestão do risco com taxa de câmbio

Ao longo do exercício social de 2022, a Companhia utilizou o mecanismo de proteção cambial via *Non Deliverable Forward* (NDF) para gerenciar o risco de variação cambial, principalmente às

5.5 Outras informações relevantes

exposições de compras de insumos importados e investimentos denominados em dólar e euro. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo e mensalmente são apurados os valores justos e as variações são registradas a resultado.

Em 31 de março de 2022 dois contratos estavam encerrados, refletindo negativamente o resultado financeiro por variação cambial em R\$ 2.664.

Em abril e maio de 2022 dois contratos remanescentes foram liquidados, gerando resultado financeiro negativo, em ambos os casos, com variação cambial, de R\$ 3.030 e R\$ 2.634.

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora não possuía contratos futuros de NDF em aberto.

Gestão do risco de preço das matérias-primas

Para mitigar esse risco, tanto no mercado nacional quanto no internacional, o Grupo monitora permanentemente as oscilações dos preços das matérias-primas e dos insumos utilizados e que impactam os seus custos de produção.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em linha com o informado em suas demonstrações financeiras, os riscos de mercado são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, bem como garantir que o risco esteja alinhado com os parâmetros definidos pela Administração.

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | | | | | | |
| 10.225.683/0001-39 | Brasil | Não | Sim | 28/12/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 15.405.639 | 1,560 | 0 | 0,000 | 15.405.639 | 1,560 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Maurizio Billi | | | | | | |
| 943.308.168-49 | Brasil | Não | Sim | 31/12/2020 | | |
| Não | | | | | | |
| 1 | 0,000 | 0 | 0,000 | 1 | 0,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | | | | | | |
| 15.831.754/0001-60 | Brasil | Não | Sim | 21/12/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 972.162.433 | 98,440 | 0 | 0,000 | 972.162.433 | 98,440 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 987.568.073 | 100,000 | 0 | 0,000 | 987.568.073 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | | | | 10.225.683/0001-39 | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | | |
| 40.479.429/0001-28 | Brasil | Não | Sim | 18/02/2022 | |
| Não | | | | | |
| 11.969 | 0,481 | 0 | 0,000 | 11.969 | 0,481 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Maira Billi | | | | | |
| 395.714.238-58 | Brasil | Não | Sim | 20/12/2019 | |
| Não | | | | | |
| 1.007.521 | 40,472 | 0 | 0,000 | 1.007.521 | 40,472 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Marco Billi | | | | | |
| 395.608.208-77 | Brasil | Não | Sim | 20/12/2019 | |
| Não | | | | | |
| 1.007.521 | 40,472 | 0 | 0,000 | 1.007.521 | 40,472 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | | | | 10.225.683/0001-39 | | |
| Maurizio Billi | | | | | | |
| 943.308.168-49 | Brasil | Não | Sim | 26/12/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 462.391 | 18,574 | 0 | 0,000 | 462.391 | 18,574 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 2.489.402 | 100,000 | 0 | 0,000 | 2.489.402 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | | | | 15.831.754/0001-60 | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | | |
| 40.479.429/0001-28 | Brasil | Não | Sim | 28/12/2023 | |
| Não | | | | | |
| 2.016.569 | 0,591 | 0 | 0,000 | 2.016.569 | 0,591 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Maira Billi | | | | | |
| 395.714.238-58 | Brasil | Não | Sim | 28/12/2023 | |
| Não | | | | | |
| 169.736.034 | 49,705 | 0 | 0,000 | 169.736.034 | 49,705 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| Marco Billi | | | | | |
| 395.608.208-77 | Brasil | Não | Sim | 28/12/2023 | |
| Não | | | | | |
| 169.736.034 | 49,705 | 0 | 0,000 | 169.736.034 | 49,705 |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---------------------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | | | | 15.831.754/0001-60 | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 341.488.637 | 100,000 | 0 | 0,000 | 341.488.637 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | 40.479.429/0001-28 | | |
| Maira Billi | | | | | | |
| 395.714.238-58 | Brasil | Não | Sim | 16/05/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 403.998.467 | 50,000 | 0 | 0,000 | 403.998.467 | 50,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Marco Billi | | | | | | |
| 395.608.208-77 | Brasil | Não | Sim | 16/05/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 403.998.467 | 50,000 | 0 | 0,000 | 403.998.467 | 50,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | Tipo de pessoa | | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | 40.479.429/0001-28 | | |
| 807.996.934 | 100,000 | 0 | 0,000 | 807.996.934 | 100,000 | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | 40.479.429/0001-28 | | |
| Maira Billi | | | | | | |
| 395.714.238-58 | Brasil | Não | Sim | 16/05/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 403.998.467 | 50,000 | 0 | 0,000 | 403.998.467 | 50,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| Marco Billi | | | | | | |
| 395.608.208-77 | Brasil | Não | Sim | 16/05/2023 | | |
| Não | | | | | | |
| 403.998.467 | 50,000 | 0 | 0,000 | 403.998.467 | 50,000 | |
| Classe Ação | Qtde. de ações Unidade | Ações % | Ações (%) da espécie | Ações (%) do capital social | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| TOTAL | | | | | | |

6.1/2 Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo de pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações Unidade | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias Unidade | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais Unidade | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações Unidade | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| CONTE GRANDE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | | | | 40.479.429/0001-28 | | |
| 807.996.934 | 100,000 | 0 | 0,000 | 807.996.934 | 100,000 | |

6.3 Distribuição de capital

| | |
|---|------------|
| Data da última assembleia / Data da última alteração | 28/12/2023 |
| Quantidade acionistas pessoa física | 1 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica | 2 |
| Quantidade investidores institucionais | 0 |

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

| | | |
|---------------------------------|---|--------|
| Quantidade ordinárias | 0 | 0,000% |
| Quantidade preferenciais | 0 | 0,000% |
| Total | 0 | 0,000% |

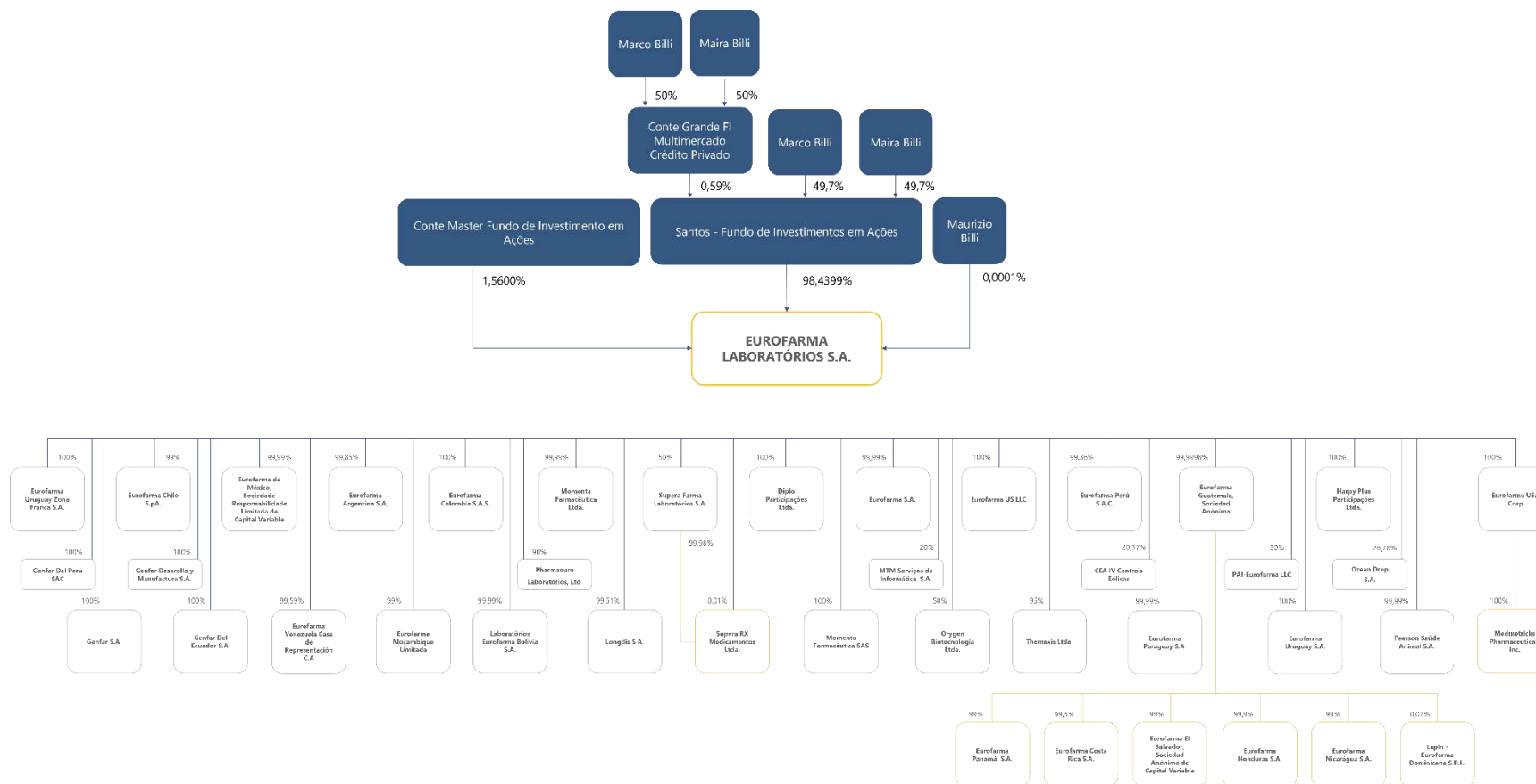
6.4 Participação em sociedades

| Razão social | CNPJ | Participação do emisor (%) |
|--|--------------------|----------------------------|
| CEA IV – CENTRAIS EÓLICAS ASSURUA IV SPE S.A. | 38.249.067/0001-37 | 20,37 |
| DIPLO PARTICIPAÇÕES LTDA. | 37.001.900/0001-63 | 100 |
| Eurofarma Chile S.A. | 00.000.000/0000-00 | 99,96 |
| Eurofarma Colombia S.A.S | 00.000.000/0000-00 | 100 |
| EUROFARMA GUATEMALA, SOCIEDAD ANÓNIMA | 00.000.000/0000-00 | 99,999 |
| Eurofarma Perú S.A.C | 00.000.000/0000-00 | 99,363 |
| GENFAR DEL ECUADOR S.A.S. | 00.000.000/0000-00 | 100 |
| GENFAR DEL PERU S.A.C. | 00.000.000/0000-00 | 100 |
| GENFAR DESAROLLO Y MANUFACTURA S.A. | 00.000.000/0000-00 | 100 |
| GENFAR S.A. | 00.000.000/0000-00 | 100 |
| HARPY PLUS PARTICIPAÇÕES LTDA. | 42.496.503/0001-40 | 100 |
| LABORATÓRIOS EUROFARMA DE MÉXICO, SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA DE CAPITAL VARIABLE | 00.000.000/0000-00 | 99,999 |
| Longdis S.A. | 02.338.534/0001-58 | 99,51 |
| Momenta Farmacêutica Ltda. | 14.806.008/0001-54 | 99,999 |
| MTM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A. | 07.622.836/0001-77 | 20 |
| OCEAN DROP S.A. | 29.201.041/0001-28 | 26,78 |
| ORYGEN BIOTECNOLOGIA LTDA. | 16.530.067/0001-78 | 50 |

6.4 Participação em sociedades

| Razão social | CNPJ | Participação do emisor (%) |
|--------------------------------|--------------------|----------------------------|
| PEARSON SAÚDE ANIMAL S.A. | 07.746.586/0001-87 | 99,999 |
| Supera Farma Laboratórios S.A. | 43.312.503/0001-05 | 50 |
| SUPERA RX MEDICAMENTOS LTDA. | 15.759.157/0001-72 | 0,0001 |

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Usufruto das quotas de emissão do Santos FIA

Em 04 de dezembro de 2019, cotistas do Santos – Fundo de Investimento em Ações (“Santos FIA”), quais sejam, o Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi, constituíram usufruto de 37,5% de sua respectiva participação no Santos FIA para o Sr. Maurizio Billi. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, o Sr. Maurizio Billi possui usufruto de 75% das cotas de emissão do Santos FIA.

Usufruto das quotas de emissão do Conte Grande

Em 08 de janeiro de 2021, foi constituído o Conte Grande Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Conte Grande”), em decorrência de cisão parcial do Santos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Santos FIP”), então acionista da Companhia. Como resultado, os cotistas do Conte Grande, quais sejam, o Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi, mantiveram em usufruto 37,5% de sua respectiva participação no Conte Grande para o Sr. Maurizio Billi, na forma do usufruto originalmente constituído no âmbito do Santos FIP. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, o Sr. Maurizio Billi possui usufruto de 75% das cotas de emissão do Conte Grande.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que os conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual nomeará também o presidente do órgão, sendo que ocorrendo vacância definitiva do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá o mandato do Conselheiro substituído até a primeira Assembleia Geral da Companhia, que poderá ratificar a nomeação ou eleger outro Conselheiro. Caso os Conselheiros remanescentes não logrem, por maioria, escolher o substituto, será convocada Assembleia Geral para proceder a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia não possui mecanismos de avaliação formal de desempenho de cada órgão da administração e seus membros.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Item não aplicável.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Item não aplicável.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item não aplicável.

c. data regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda ao membro do Conselho de Administração de intervir nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que a Companhia considera suficiente para sua atual situação.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

| Órgão da administração | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Prefere não responder | Não se aplica |
|--|-----------------|------------------|--------------------|---------------|------------------------------|----------------------|
| Diretoria | 1 | 3 | | | | |
| Conselho de Administração - Efetivos | 3 | 6 | | | | |
| Conselho de Administração - Suplentes | | | | | | |
| Conselho Fiscal - Efetivos | | | | | | |
| Conselho Fiscal - Suplentes | | | | | | |
| TOTAL DE MEMBROS | 4 | 9 | | | | |

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

| Órgão da administração | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Prefere não responder | Não se aplica |
|--|----------------|---------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|------------------------------|----------------------|
| Diretoria | | 4 | | | | | | |
| Conselho de Administração - Efetivos | | 9 | | | | | | |
| Conselho de Administração - Suplentes | | | | | | | | |
| Conselho Fiscal - Efetivos | | | | | | | | |
| Conselho Fiscal - Suplentes | | | | | | | | |
| TOTAL DE MEMBROS | | 13 | | | | | | |

iii. como número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Em 28/06/2022 a Companhia, mediante deliberação da Reunião do Conselho de Administração, criou o Comitê ASG (Ambiental, Social e de Governança), órgão de assessoramento estratégico e de recomendação do Conselho de Administração, que tem por objetivo assegurar ao Conselho o desenvolvimento de um modelo de governança e gestão de forma a proporcionar maior agilidade decisória, sem perda de controle, com atenção especial ao aperfeiçoamento das práticas acerca dos temas ASG, além de estimular e criar mecanismos para integrar a sustentabilidade no processo de gestão da Companhia.

Uma vez que as reuniões do Comitê são realizadas no mínimo 4 vezes por ano, é assegurado ao Conselho de Administração o conhecimento e debate de temas ASG de forma contínua, estruturada e eficaz. Para fins de aplicar de forma eficaz as boas práticas ASG, o Comitê ainda recomenda ao Conselho de Administração a adesão ou a continuidade em "Protocolos", "Princípios", "Acordos", "Pactos", "Iniciativas" e "Tratados" nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados com ASG.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| Diretoria | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Conselho de Administração - Efetivos | 3 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Conselho de Administração - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Efetivos | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| TOTAL = 12 | 4 | 8 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| Diretoria | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conselho de Administração - Efetivos | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conselho de Administração - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Efetivos | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Conselho Fiscal - Suplentes | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| TOTAL = 12 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 06 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica (em conjunto, os "Diretores").

Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou em seu Estatuto Social, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes atos a seguir descritos:

- (i) Zelar pela observância deste Estatuto Social;
- (ii) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- (iii) Assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto;
- (iv) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (v) Decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais;
- (vi) Autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja inferior a R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais);
- (vii) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, aprovação de qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor abaixo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), bem como aprovar qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia e qualquer de suas subsidiárias integrais; e
- (viii) Praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitês – Não estatutários

Comitê de Auditoria e Compliance:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Compliance, órgão não estatutário, que tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) Aprovar, previamente à deliberação do Conselho, eventuais serviços de auditoria ou extra-auditoria prestados pelo auditor independente;
- (iii) Supervisionar as atividades da auditoria independente;
- (iv) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (v) Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (vi) Examinar, previamente, as propostas e o escopo do plano anual de auditoria interna, elaborado pela área de auditoria interna, formulando ao Conselho recomendações quanto à aceitação ou rejeição das mesmas;
- (vii) Avaliar qualquer alteração significativa na seleção ou aplicação de princípios de contabilidade pela Companhia;
- (viii) Monitorar as exposições de risco da Companhia, de acordo com as políticas de gerenciamento de riscos vigentes, bem como avaliar a adequação dos métodos de avaliação de riscos utilizados pela Companhia e os resultados das avaliações efetuadas;
- (ix) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (x) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração, com o Comitê de Transações com Partes Relacionadas, quando instalado, com a área jurídica e de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas vigente, se houver, ou do Estatuto Social;
- (xi) Receber do Comitê de Ética da Companhia informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) Propor e aprovar, junto ao Conselho, um cronograma de atividades do CAC para o exercício social correspondente;
- (xiii) Propor ao Conselho a contratação, quando necessário, de assessores independentes (advogados, contadores, consultores e outros) com o objetivo de auxiliá-lo na consecução de seus objetivos, em observância ao seu próprio orçamento;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xiv) Elaborar seu orçamento anual, considerando os recursos necessários para pagamento das despesas administrativas normais, que se mostrem necessárias ou apropriadas para o exercício de suas atividades, bem como as despesas com consultorias externas contratadas diretamente pelo próprio CAC;

(xv) Examinar, com o principal assessor jurídico da Companhia, ao menos anualmente:

- a. todos os assuntos jurídicos importantes que podem ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia; e,
- b. as políticas de conformidade da Companhia.

(xvi) Acompanhar a atuação das áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; e

(xvii) Elaborar relatório anual do CAC, com um resumo das atividades realizadas ao longo do ano.

O Comitê de Auditoria e Compliance possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2022 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

Comitê de Transações com Partes Relacionadas:

O Comitê de Transações com Partes Relacionadas tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

(i) Analisar e emitir opinião ao Conselho sobre Transações com Partes Relacionadas, em especial as que precisem ser aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do art. 16, xv do estatuto social da Companhia;

(ii) Avaliar periodicamente as transações entre partes relacionadas;

(iii) Atuar como mediador e propor solução sempre que houver divergência entre a Companhia e qualquer das partes relacionadas em qualquer discussão sobre negócios, contratos, operações ou serviços; e

(iv) Propor ao Conselho a renegociação ou descontinuidade de um serviço, negócio, contrato ou qualquer operação com partes relacionadas, sempre que julgar que as condições do referido negócio estejam beneficiando uma das partes de forma indevida ou fora das condições de mercado.

O Comitê de Transações com Partes Relacionadas possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2022 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

Comitê de Pessoas, Organização & ESG:

O Comitê de Pessoas, Organização & ESG tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (i) Criar, discutir, formular e acompanhar as diretrizes, as políticas e os normativos internos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, as estruturas e as práticas de desenvolvimento, de recursos humanos e de sistema de gestão, relativos à cultura, clima e estrutura da Companhia, bem aqueles relacionados ao desenvolvimento sustentável da Companhia, sempre em conformidade com a legislação aplicável e considerando as melhores práticas de mercado;
- (ii) Identificar, examinar e discutir oportunidades de melhoria nas práticas da Companhia, relacionadas aos assuntos atinentes ao escopo do Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho;
- (iii) Recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da Companhia, focada na construção de resultados sustentáveis;
- (iv) Identificar, discutir e tratar de assuntos relacionados ao escopo do Comitê, com potencial impacto de materialização de riscos à Companhia, informando o tema ao Conselho e ao Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, conforme necessidade, de modo a emitir suas recomendações e providências para eliminação ou mitigação dos referidos riscos;
- (v) Apresentar ao Conselho informações gerenciais sobre a atuação do Comitê para reforçar a agenda corporativa de Pessoas, Organização e ESG na Companhia;
- (vi) Discutir, recomendar e contribuir, de forma contínua, com (i) as diretrizes e as políticas de recursos humanos da Companhia e suas controladas, inclusive aquelas relacionadas à atração, engajamento e retenção de talentos, salarial, remuneração e benefícios; (ii) definição de metas; (iii) programa de participação nos resultados (PPR); (iv) planos de incentivo de longo prazo ("ILP"), previdência e outorga de opção de compra e/ou subscrição de ações; (v) processos de acompanhamento de clima organizacional e engajamento e respectivos planos de ação advindos do tema; dentre outros;
- (vii) Apresentar ao Conselho proposta de remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia (Diretores e Conselheiros), com base nas melhores práticas de mercado;
- (viii) Participar de processos seletivos de candidatos aos cargos da Diretoria, do Conselho, das Vice-Presidências e de Comitês de assessoramento, conforme indicação do Diretor Presidente e/ou Presidente do Conselho, submetendo sua recomendação à aprovação do Conselho;
- (ix) Acompanhar e monitorar a execução do plano de sucessão dos executivos da Companhia, bem como mantê-lo atualizado para report, periódico, ao Presidente do Conselho;
- (x) Acompanhar o processo de avaliação anual dos Executivos da Companhia e/ou controladas, para confirmação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia;
- (xi) Acompanhar os compromissos de natureza ambiental, social e de governança corporativa assumidos pela Companhia por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xii) Acompanhar as tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a inclusão da Companhia em políticas globais ou regionais referentes à sustentabilidade empresarial;

(xiii) Analisar, acompanhar, recomendar e reportar, regularmente, ao Conselho (i) diretrizes, estratégias e plano de trabalho de temas ESG (ii) metas, indicadores, relatórios, comunicações institucionais e iniciativas de ESG, com repercussão pública relativas às questões ambientais, sociais e de governança; (iii) práticas que fortaleçam a disseminação da cultura ESG na Companhia, bem como multiplicá-las em sua atuação; e (vi) "Protocolos", "Princípios", "Acordos", "Pactos", "Iniciativas" e "Tratados" nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados ao tema ESG;

(xiv) Analisar e apresentar, quando necessário, pontos de melhoria na estrutura operacional de ESG da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, procedimentos, mecanismos de reporte, dentre outros) e recomendá-los ao Conselho; e

(xv) Solicitar eventuais análises de riscos e/ou oportunidades, referentes aos temas ESG, para a Administração da Companhia, sempre que julgar necessário, para atuação preventiva.

O Comitê de Pessoas, Organização & ESG possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2024 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eurofarma.com.br/>).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa contratada reportar-se-á ao Conselho de Administração, podendo ser convocada para prestar os esclarecimentos que o Conselho de Administração entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que o balanço e as demonstrações financeiras da Companhia sejam auditadas por auditores externos independentes, devidamente registrados na CVM, visando garantir assim a confiabilidade dos dados auditados para o investidor.

Além disso, é responsabilidade do Comitê de Auditoria e Compliance aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra-auditoria prestados pelo auditor independente. Ainda, o Comitê de Auditoria e Compliance deve opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como supervisionar tal atividade.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia conta com um canal de denúncia de compliance acessível a qualquer colaborador e terceiro que deseje endereçar denúncias, críticas ou comentários gerais relacionados a temas e práticas ASG. Questões ASG podem ser encaminhadas através do Canal de Compliance pelo telefone "0800-6021834", ou por e-mail "COMPLIANCE@EUROFARMA.COM", ou pelo site "<https://www.contatoseguro.com.br/pt/grupoeurofarma>", ou ainda pelo "Fale Conosco" no site "<https://eurofarma.com/fale-conosco>". Recebida alguma denúncia relacionada a ASG, o assunto é levado para discussão no Comitê de Ética e, se necessário, endereçado ao Conselho e Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: Cláudio Roberto Ely **CPF:** 137.688.320-15 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 04/01/1949

Experiência Profissional: O Sr. Ely é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mais de 40 anos de experiência na liderança de grandes organizações, como Camargo Correa Metais S.A., Banco Geral do Comércio S.A. e Drogasil S.A., empresas nos ramos de construção civil, setor financeiro e setor varejista farmacêutica. Nessas empresas, o Sr. Ely foi Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A., Diretor Executivo, Diretor de Operações e CEO do Banco Geral do Comércio S.A. e presidente da Drogasil S.A. Desde 2013 ele é presidente do conselho da Pet Center Comércio e Participação S.A., presidente do conselho da Althaia S.A., membro do conselho da Warburg Pincus do Brasil, membro do conselho de administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., membro do conselho da BR Petrobrás Distribuidora S.A., membro do conselho da Allied Tecnologia S.A. e membro do conselho da Eurofarma Laboratórios S.A. O Sr. Ely não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Ely é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 23/11/2021 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: Cristina Presz Palmaka de Luca **CPF:** 100.484.148-59 **Profissão:** Administradora de Empresas e contabilidade **Data de Nascimento:** 06/09/1968

Experiência Profissional: A Sra. Palmaka é presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, após presidir a subsidiária brasileira desde 2013. Atua no setor de TI há mais de 30 anos e é reconhecida por sua abordagem estratégica para liderar equipes e empresas na busca de resultados por meio da inovação e do foco em negócios. Com um estilo de gestão que prioriza a formação de equipes sólidas, Cristina também se destaca por valorizar iniciativas de governança corporativa, diversidade, inclusão e saúde mental. Sob a liderança dela, a SAP Brasil recebeu o certificado Economic Dividends for Gender Equality (EDGE) por conta do compromisso da empresa com a igualdade de gêneros no local de trabalho, e o Top Employers Brasil, no qual a SAP foi reconhecida pela qualidade de suas políticas de recursos humanos. Também sob o comando de Cristina, a SAP foi reconhecida pelo Guia Exame de Diversidade em 2019 e 2020 pelas iniciativas que contemplam as melhores práticas de diversidade e inclusão. A companhia ganhou o prêmio de Empresa do Ano no setor de tecnologia e destaque em ações para o público LGBTI+, por oferecer iniciativas consistentes e com forte engajamento interno. A executiva é membro do Conselho da Junior Achievement, ONG mundial com foco na educação de jovens, além de integrar o Conselho de Administração da Camp;A e Arcos Dorados, a maior franqueadora McDonald's no mundo.. Em 2019, ganhou o prêmio de Executiva de TI do Ano, da IT Mídia, e foi considerada uma das melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes. A Sra. Palmaka não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 23/11/2021 | 2 anos | Conselho de Administração (Efetivo) | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: Juliana Rozenbaum Munemori **CPF:** 081.606.157-28 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/07/1976

Experiência Profissional: A Sra. Munemori é formada em Economia pela PUC-RJ e com a designação CFA, conta com ampla experiência no setor de consumo e varejo. Integra o Conselho de Administração das Lojas Renner, desde abril de 2017, Dexco e Cogna Educação, além de ser membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano. A Sra. Munemori é membro independente do Conselho de Administração da Duratex, desde junho de 2016, e da EDP Energias do Brasil. Foi durante 8 anos Conselheira da Arezzo&Co e é Conselheira Consultiva da Dengo Chocolates e Nk Store. Faz parte, ainda, de diversos Comitês dentro dessas companhias, é mentora ativa e Conselheira de empreendedores da Endeavor. A Sra. Munemori passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment. Além do Conselho de Administração da Eurofarma, integra ainda o conselho consultivo da GoCase e Uatt, empresas de empreendedores Endeavor. A Sra. Munemori não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Munemori é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 23/11/2021 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: JULIO CESAR GAGLIARDI **CPF:** 638.813.658-34 **Profissão:** N/D **Data de Nascimento:** 22/04/1954

Experiência Profissional: Julio Cesar Gagliardi ingressou na Eurofarma em 2001, assumindo as áreas Comerciais. Desde 2008, à frente da Vice-Presidência Comercial, comandou as unidades de negócio de Prescrição Médica, Genéricos, Oncologia, Hospitalar e Licitações. Em julho de 2023, o Sr. Julio deixou de ser colaborador da Eurofarma. Atualmente é consultor e passou a ser membro do Conselho de Administração da Companhia.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 25/07/2023 | Próxima AGO | Conselho de Administração (Efetivo) | | 25/07/2023 | Sim | 25/07/2023 |

Nome: Maira Billi **CPF:** 395.714.238-58 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 21/10/1990

Experiência Profissional: A Sra. Billi é graduada em Administração de Empresas na Anhembi Morumbi, iniciou sua carreira na Eurofarma em 2011. Ingressou na área de Responsabilidade Social, seguida pelas áreas de Prescrição Médica, Oncologia, Recursos Humanos, Administração Financeira, Suprimentos, Planejamento de Produção, Controle de Qualidade, Industrial e Planejamento Estratégico. Em 2013, passou a ocupar o cargo de Diretora Sem Designação Específica, o qual ocupa até hoje. Em 2019 idealizou o Projeto Lactare, o primeiro Banco de Leite de uma empresa privada da América Latina. Em 2021 assumiu a Diretoria da Pearson Saúde Animal. A Sra. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretora Sem Designação Específica, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Ética, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de Diretora Sem Designação Específica. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de Diretora Sem Designação Específica, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos. A Sra. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|---------------------------------|--|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria e Conselho de Administração | 23/11/2021 | 3 anos | Outros Conselheiros / Diretores | Diretora sem designação específica e Membro Efetivo do Conselho de Administração | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: Marcelo Martins **CPF:** 084.530.118-77 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 21/10/1966

Experiência Profissional: O Sr. Martins é CFO e sócio do grupo Cosan desde abril de 2015. É também vice-presidente do Conselho das empresas: Cosan S.A., Compass, Comgás e Moove, além de membro do Conselho da Rumo Logística. O Sr. Martins é Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especializado em finanças. Faz parte ainda dos Conselhos da Fundação Bial, do Masp e do Museu Reina Sofia em Madrid. Ingressou na Cosan em julho de 2007 como executivo da Aguassanta Participações S.A. e, entre 2009 e 2015, foi vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Cosan. Antes de ingressar na Cosan, o executivo foi diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos entre 2003 e 2007, após 4 anos nos Estados Unidos como Diretor do BankBoston e Citibank (Salomon Smith Barney) entre 1999 e 2003. Também comandou a área de Renda Fixa Latino-americana do Salomon Smith Barney, em Nova Iorque. O Sr. Martins não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Martins é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 23/11/2021 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: Marco Billi **CPF:** 395.608.208-77 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 06/01/1990

Experiência Profissional: O Sr. Billi é graduado em Economia e Relações Internacionais pela Facamp (Faculdades de Campinas), iniciou sua carreira no mercado financeiro em empresas como BTG Pactual e Saint Paul Advisors, empresa de assessoria financeira, atuando em projetos relacionados a fusões e aquisições. Em 2017 ingressou na Eurofarma para conduzir a área de M&A. Após concluir a aquisição de diversos projetos e de estruturar a área de Corporate Venture, Marco assumiu na Companhia a Gerência Geral da Colômbia e, posteriormente, a Diretoria Internacional Latam Norte (México, Colômbia e Centro América). Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Sr. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretor Presidente, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de Diretor Presidente. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos. O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria e Conselho de Administração | 23/11/2021 | 3 ANOS | Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |
| Diretoria | 24/04/2024 | 3 anos | Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores | | | Sim | |

Nome: Maurizio Billi **CPF:** 943.308.168-49 **Profissão:** Industrial **Data de Nascimento:** 22/11/1957

Experiência Profissional: O Sr. Billi é industrial e desenvolveu toda a sua carreira dentro do Grupo Eurofarma desde 1977. Com 40 anos de experiência no ramo farmacêutico, iniciou suas atividades profissionais na área de Operações e, nas décadas de 80 e 90, passou por diferentes áreas da empresa. Maurizio assumiu em 1998 a Presidência do Grupo que foi fundado em 1972 por Galliano Billi, seu pai. Atualmente ocupa o cargo de Diretor sem Designação Específica e é o Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretor sem Designação Específica, bem como de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de diretor. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos. O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|---------------------------------|---|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria e Conselho de Administração | 23/11/2021 | 3 ANOS | Outros Conselheiros / Diretores | Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

Nome: Nelson Augusto Mussolini **CPF:** 007.986.128-86 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 02/03/1958

Experiência Profissional: O Sr. Mussolini é advogado, com mais de 30 anos de experiência na indústria farmacêutica. Sua experiência vai além da área jurídica, incluindo Finanças e Recursos Humanos. Já participou de processos de fusão e sempre manteve a atividade junto às associações de classe. Desde setembro de 2009 é presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) e sócio da empresa Mussolini Assessoria e Negócios Ltda. O Sr. Mussolini não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Mussolini é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 23/11/2021 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 23/11/2021 | Sim | 23/11/2021 |

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carmelita Bittencourt da Silva Esteves **CPF:** 135.708.958-90 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 05/07/1973

Experiência Profissional:

A Sra. Esteves é formada em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, pós-graduada em Administração de Empresas pela FGV e possui MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo. Foi Head de Operações Técnicas Financeiras na Novartis, empresa da indústria farmacêutica, de 2004 a 2008. Posteriormente, ainda na mesma empresa, foi Head de Planejamento e Controle de Negócios Regional entre 2009 e 2011. A Sra. Esteves trabalhou como Diretora Financeira da América do Sul na Autoneum, empresa da indústria automotiva, de 2011 a 2013. A Sra. Esteves atua na Companhia desde janeiro de 2014 na área de Controladoria e desde abril de 2021 exerce o cargo de Diretoria de Controladoria. A Sra. Esteves ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|---|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/06/2022 | 2 anos | Comitê de Transações com Partes Relacionadas e Comitê de Auditoria e Compliance | | 28/06/2022 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Cristina Presz Palmaka de Luca **CPF:** 100.484.148-59 **Profissão:** Administradora de Empresas e contabilidade **Data de Nascimento:** 06/09/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Palmaka é presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, após presidir a subsidiária brasileira desde 2013. Atua no setor de TI há mais de 30 anos e é reconhecida por sua abordagem estratégica para liderar equipes e empresas na busca de resultados por meio da inovação e do foco em negócios. Com um estilo de gestão que prioriza a formação de equipes sólidas, Cristina também se destaca por valorizar iniciativas de governança corporativa, diversidade, inclusão e saúde mental. Sob a liderança dela, a SAP Brasil recebeu o certificado Economic Dividends for Gender Equality (EDGE) por conta do compromisso da empresa com a igualdade de gêneros no local de trabalho, e o Top Employers Brasil, no qual a SAP foi reconhecida pela qualidade de suas políticas de recursos humanos. Também sob o comando de Cristina, a SAP foi reconhecida pelo Guia Exame de Diversidade em 2019 e 2020 pelas iniciativas que contemplam as melhores práticas de diversidade e inclusão. A companhia ganhou o prêmio de Empresa do Ano no setor de tecnologia e destaque em ações para o público LGBTI+, por oferecer iniciativas consistentes e com forte engajamento interno. A executiva é membro do Conselho da Junior Achievement, ONG mundial com foco na educação de jovens, além de integrar o Conselho de Administração da Camp;A e Arcos Dorados, a maior franqueadora McDonald's no mundo.. Em 2019, ganhou o prêmio de Executiva de TI do Ano, da IT Mídia, e foi considerada uma das melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes. A Sra. Palmaka não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/02/2024 | 2 anos | Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG | | 28/02/2024 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Daniela Panagassi Cuqui **CPF:** 168.768.798-60 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 23/11/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Cuqui é psicóloga, com MBA em Gestão de RH - FEI/ESAN. Passou por empresas como Braskem e na Odebrecht permaneceu de 2009 a 2018. Ingressou no grupo Eurofarma em 2018 como Diretora de Recursos Humanos. O Sra. Cuqui também ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de membro do Comitê de Pessoas e Organização, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de membro do Comitê de ASG – Ambiental, Social e Governança. Apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Pessoas e Organização, (i) data de eleição: 28/06/2022, (ii) data de posse: 28/06/2022, e prazo de mandato: 2 anos. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/02/2024 | 2 anos | Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG | | 28/02/2024 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Juliana Rozenbaum Munemori **CPF:** 081.606.157-28 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/07/1976

Experiência Profissional:

A Sra. Munemori é formada em Economia pela PUC-RJ e com a designação CFA, conta com ampla experiência no setor de consumo e varejo. Integra o Conselho de Administração das Lojas Renner, desde abril de 2017, Dexco e Cogna Educação, além de ser membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano. A Sra. Munemori é membro independente do Conselho de Administração da Duratex, desde junho de 2016, e da EDP Energias do Brasil. Foi durante 8 anos Conselheira da Arezzo&Co e é Conselheira Consultiva da Denço Chocolates e Nk Store. Faz parte, ainda, de diversos Comitês dentro dessas companhias, é mentora ativa e Conselheira de empreendedores da Endeavor. A Sra. Munemori passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment. Além do Conselho de Administração da Eurofarma, integra ainda o conselho consultivo da GoCase e Uatt, empresas de empreendedores Endeavor. A Sra. Munemori não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Munemori é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente. Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|----------------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/06/2022 | 2 anos | Comitê de Auditoria e Compliance | | 28/06/2022 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Lizandra Karen de Lima **CPF:** 178.473.518-38 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/03/1974

Experiência Profissional:

A Sra. Lima é profissional jurídica e compliance com mais de 20 anos de experiência, além da formação jurídica realizou MBA em Negócios Internacionais e de formação de gerentes gerais na INSEAD. Nos últimos cinco anos atuou como diretoria jurídica, compliance e gerente geral da farmacêutica Mundipharma e diretoria jurídica e compliance na Atrial, uma investida do grupo Pátria Investimentos. Anteriormente, já atuou em empresas como Embraer, Natura, Sanofi, no Brasil e América Latina e em cargos de direção e também como gerente geral. Desde junho de 2020, exerce o cargo de Diretora da área Jurídica e Integridade Corporativa na Companhia. A Sra. Lima também ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de membro do Comitê de Auditoria e Compliance, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de membro do Comitê de ASG – Ambiental, Social e Governança. Apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Auditoria e Compliance, (i) data de eleição: 28/06/2022, (ii) data de posse: 28/06/2022, e prazo de mandato: 2 anos. A Sra. Lima ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|----------------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/06/2022 | 2 anos | Comitê de Auditoria e Compliance | | 28/06/2022 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Marco Billi **CPF:** 395.608.208-77 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 06/01/1990

Experiência Profissional:

O Sr. Billi é graduado em Economia e Relações Internacionais pela Facamp (Faculdades de Campinas), iniciou sua carreira no mercado financeiro em empresas como BTG Pactual e Saint Paul Advisors, empresa de assessoria financeira, atuando em projetos relacionados a fusões e aquisições. Em 2017 ingressou na Eurofarma para conduzir a área de M&A. Após concluir a aquisição de diversos projetos e de estruturar a área de Corporate Venture, Marco assumiu na Companhia a Gerência Geral da Colômbia e, posteriormente, a Diretoria Internacional Latam Norte (México, Colômbia e Centro América). Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Sr. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretor Presidente, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de Diretor Presidente. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos. O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/02/2024 | 2 anos | Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG | | 28/02/2024 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Maria Del Pilar Munoz Semitiel **CPF:** 151.535.698-10 **Profissão:** Comunicadora **Data de Nascimento:** 20/11/1970

Experiência Profissional:

A Sra. Semitiel é formada em Comunicação pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, com especialização em Marketing e Finanças e MBA em Indústria Farmacêutica, ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Há 28 anos na Eurofarma, construiu sua carreira em Marketing e Vendas, assumindo posteriormente áreas corporativas da organização. Atualmente tem sob sua responsabilidade as áreas de Sustentabilidade e Novos Negócios, que englobam as atividades socioambientais, de comunicação e eventos, além do planejamento estratégico e fusões e aquisições. Sua área está alicerçada no tripé da sustentabilidade e busca o permanente equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental. Além de membro do Comitê de Ética da Companhia é conselheira do Instituto Eurofarma. A Sra. Semitiel também ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de membro do Comitê de Pessoas e Organização, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de coordenadora do Comitê de ASG – Ambiental, Social e Governança. Apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Pessoas e Organização, (i) data de eleição: 28/06/2022, (ii) data de posse: 28/06/2022, e prazo de mandato: 2 anos. A Sra. Semitiel ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/02/2024 | 2 anos | Comitê Estratégico de Pessoas, Organização & ESG | | 28/02/2024 | Sim | 28/06/2022 |

Nome: Martha Novelli e Oliveira Penna **CPF:** 706.890.917-53 **Profissão:** Médica **Data de Nascimento:** 18/10/1958

Experiência Profissional:

A Sra. Penna é médica, formada pela UFRJ, com especialização em Medicina Interna e Psiquiatria, MBA pela Business School SP. Ao longo de sua carreira, atuou no Abbott, ocupando a posição de Gerente Geral de Porto Rico e Brasil, além das diretorias Comercial e Médica. Foi CEO da SIN – Sistema de Implantes, empresa investida pelo fundo PE Southern Cross e Gerente Médica na Roche e Asta Médica, totalizando 25 anos de experiência como executiva do setor de saúde. Ingressou no Grupo Eurofarma em 2012, sendo responsável pela estratégia de pipeline e portfólio da Companhia, contando, para isso, com as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento, Médica, Pesquisa Clínica, Regulatórios, Patentes e Licenças. Declara que, além do descrito acima, não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora. Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 28/06/2022 | 2 anos | Comitê de Transações com Partes Relacionadas | | 28/06/2022 | Sim | 28/06/2022 |

7.5 Relações familiares

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor ou controlada | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|-------|------------|---|---------------|---|
| Cargo | Passaporte | | Nacionalidade | |

Administrador do emissor ou controlada

| | | | | |
|--|----------------|-----------------------------|--------------------|--|
| Marco Billi | 395.608.208-77 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | |
| Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores | N/A | | Brasileiro(a) | |

Pessoa relacionada

| | | | | |
|--|----------------|-----------------------------|--------------------|---|
| Maira Billi | 395.714.238-58 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade) |
| Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração | N/A | | Brasileiro(a) | |

Observação

O Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi são os controladores indiretos da Companhia. Diante disso, ressalta-se a relação de parentesco (Irmão – 1º grau) entre os referidos administradores, que são também acionistas controladores indiretos da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi também são administradores da controlada da Companhia, Pearson Saúde Animal S.A., o que configura uma relação de parentesco (Irmão – 1º grau por consanguinidade) entre os referidos administradores da Companhia e os administradores da controlada da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

| | | | | |
|---|----------------|-----------------------------|--------------------|--|
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | | Brasileiro(a) | |

Pessoa relacionada

| | | | | |
|--|----------------|-----------------------------|--------------------|--|
| Marco Billi | 395.608.208-77 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade) |
| Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração | N/A | | Brasileiro(a) | |

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi e o controlador indireto da Companhia. O Sr. Maurizio Billi ocupa cargos na administração das seguintes controladas da Companhia: Momenta Farmacêutica Ltda., Supera Farma Laboratórios S.A., Diplo Participações Ltda., Pearson Saúde Animal S.A., Eurofarma Laboratórios RJ Ltda., Eurofarma Argentina S.A., Laboratórios Eurofarma Bolívia S.A., Eurofarma Chile S.A., Eurofarma Colômbia S.A., Eurofarma S.A., Laboratórios Eurofarma de México, Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable, Eurofarma Moçambique, Eurofarma Peru S.A.C., Eurofarma Uruguai, entre outras.

Administrador do emissor ou controlada

| | | | | |
|---|----------------|-----------------------------|--------------------|--|
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | | Brasileiro(a) | |

7.5 Relações familiares

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor ou controlada | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|-------|------------|---|---------------|---|
| Cargo | Passaporte | | Nacionalidade | |

Pessoa relacionada

| | | | | |
|--|----------------|-----------------------------|--------------------|--|
| Maira Billi | 395.714.238-58 | Eurofarma Laboratórios S.A. | 61.190.096/0001-92 | Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade) |
| Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração | N/A | | Brasileiro(a) | |

Observação

A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi e a controladora indireta da Companhia. O Sr. Maurizio Billi ocupa cargos na administração das seguintes controladas da Companhia: Momenta Farmacêutica Ltda., Supera Farma Laboratórios S.A., Diplo Participações Ltda., Pearson Saúde Animal S.A., Eurofarma Laboratórios RJ Ltda., Eurofarma Argentina S.A., Laboratórios Eurofarma Bolívia S.A., Eurofarma Chile S.A., Eurofarma Colômbia S.A., Eurofarma S.A., Laboratórios Eurofarma de México, Sociedad de Resposabilidad Limitada de Capital Variable, Eurofarma Moçambique, Eurofarma Peru S.A.C, Eurofarma Uruguai, entre outras.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

| | | | |
|---|----------------|------------------------|-------------------|
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Controle | Controlada Direta |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|---|--------------------|------------------------|--|
| Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. | 07.796.143/0001-09 | | |
| Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

| | | | |
|---|----------------|------------------------|------------|
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Controle | Fornecedor |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| Conte Capital S.A. | 12.447.643/0001-67 | | |
| Empresa de locação de imóveis | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

| | | | |
|--|----------------|------------------------|--------------------|
| Marco Billi | 395.608.208-77 | Controle | Controlador Direto |
| Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------------------------------|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | 15.831.754/0001-60 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

| | | | |
|--|----------------|------------------------|---------------------|
| Maira Billi | 395.714.238-58 | Controle | Controlada Indireta |
| Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| Santos Fundo de Investimento em Ações | 15.831.754/0001-60 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

| | | | |
|--|----------------|------------------------|------------|
| Cristina Presz Palmaka de Luca | 100.484.148-59 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro independente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|---------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| SAP Brasil Ltda. | 74.544.297/0001-92 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Controle | Controlador Direto |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. | 07.796.143/0001-09 | | |
| Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Observação | | | |
| A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada. | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Controle | Fornecedor |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Conte Capital S.A. | 12.447.643/0001-67 | | |
| Empresa de locação de imóveis | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Observação | | | |
| A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada. | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marco Billi | 395.608.208-77 | Controle | Controlador Direto |
| Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | 15.831.754/0001-60 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| Observação | | | |

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

| | | | |
|--|----------------|------------------------|--------------------|
| Maira Billi | 395.714.238-58 | Controle | Controlador Direto |
| Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| Santos Fundo de Investimento em Ações | 15.831.754/0001-60 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

Administrador do Emissor

| | | | |
|--|----------------|------------------------|------------|
| Cristina Presz Palmaka de Luca | 100.484.148-59 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro independente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

| | | | |
|---------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| SAP Brasil Ltda. | 74.544.297/0001-92 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Observação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

| | | | |
|---|----------------|------------------------|-------------------|
| Maurizio Billi | 943.308.168-49 | Controle | Controlada Direta |
| Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |

Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.

07.796.143/0001-09

Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possui uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

Maurizio Billi

943.308.168-49

Controle

Fornecedor

Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

Conte Capital S.A.

12.447.643/0001-67

Empresa de locação de imóveis

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

Marco Billi

395.608.208-77

Controle

Controlador Direto

Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

Santos Fundo de Investimento em Ações

15.831.754/0001-60

Controlador direto da Companhia

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|--|-----------------------------------|
| Cargo/Função | Passaporte | Nacionalidade | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Maira Billi | 395.714.238-58 | Controle | Controlada Indireta |
| Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Santos Fundo de Investimento em Ações | 15.831.754/0001-60 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| <u>Observação</u> | | | |
| A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) das cotas de emissão do Santos Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 6 deste Formulário de Referência. | | | |
| ----- | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Cristina Presz Palmaka de Luca | 100.484.148-59 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro independente do Conselho de Administração | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| SAP Brasil Ltda. | 74.544.297/0001-92 | | |
| Controlador direto da Companhia | N/A | Brasileiro(a) - Brasil | |
| <u>Observação</u> | | | |
| No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia. | | | |

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 75 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 156.989,56 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), parcelado em sete vezes sem juros considerando a condição de pagamento de 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa), 120 (cento e vinte), 150 (cento e cinquenta), 180 (cento e oitenta) e 210 (duzentos e dez) dias contados a partir da data de emissão da apólice, e o vencimento acontecerá em 16.11.2023.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, **(i)** data de realização; **(ii)** eventuais casos de instalação em segunda convocação; e **(iii)** quórum de instalação:

| Evento | Data | Quórum de instalação | Instalação em segunda convocação |
|---------------------------------|------------|----------------------|----------------------------------|
| Assembleia Geral Extraordinária | 17.03.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | 30.04.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30.04.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30.09.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 27.11.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 11.12.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30.12.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31.12.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31.12.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31.12.2020 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 07.01.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 14.01.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 22.01.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 04.02.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 04.02.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 04.03.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 08.03.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Extraordinária | 18.03.2021 | 100% | Não |

7.8 Outras informações relevantes

| | | | | |
|---|-------|------------|------|-----|
| Assembleia Extraordinária | Geral | 08.04.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 16.04.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | | 26.05.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 04.06.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 08.07.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 16.07.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 10.08.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 18.08.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 26.08.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 02.09.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 30.09.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 04.10.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 08.10.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 13.10.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 03.11.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 16.11.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 22.11.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 23.11.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 17.12.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 23.12.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 31.12.2021 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 18.01.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 31.01.2022 | 100% | Não |

7.8 Outras informações relevantes

| | | | | |
|----------------------------|-------|------------|------|-----|
| Assembleia Extraordinária | Geral | 08.02.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 14.03.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | | 29.04.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 02.05.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 30.05.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 31.05.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 14.06.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Geral Ordinária | | 15.07.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 16.12.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 20.12.2022 | 100% | Não |
| Assembleia Extraordinária | Geral | 30.12.2022 | 100% | Não |

O Conselho de Administração da Companhia foi instalado em 23 de novembro de 2021 e foram realizadas 11 (onze) reuniões do órgão até a data deste Formulário de Referência.

Número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebidas pela Companhia no exercício social anterior, com a indicação, ainda, dos aperfeiçoamentos que foram realizados em decorrência dessas denúncias no exercício anterior e os que serão implantados no exercício em curso.

O Canal de Denúncias da Companhia em 2022:

- Recebeu 285 ocorrências;
- 208 ocorrências eram aplicáveis;
- 77 não eram aplicáveis;
- 30 ocorrências caracterizaram violação de maior risco por deliberação do Comitê de Ética da Companhia;
- 25 demissões foram ocasionadas por violação ao Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- Não houve nenhuma rescisão de contrato comercial em decorrência de violações ao Código de Ética e Conduta da Companhia ou das Políticas vigentes.

O Canal de Denúncias do Grupo Eurofarma é também um canal de ouvidoria e de comunicação do colaborador com a Companhia e também de utilização de terceiros. Dentre as denúncias aplicáveis recebidas ao longo do exercício social de 2022 temos descumprimentos de políticas e

7.8 Outras informações relevantes

procedimentos internos, como por exemplo cumprimento da jornada de trabalho, comportamento inadequado de colaboradores, podendo estes serem classificados ou não como assédio moral, conflito de interesses e outros. Não tivemos nenhuma ocorrência que investigada como precedente que caracterizou fraude ou corrupção e as demissões realizadas foram por comportamento inadequado com outros colaboradores e uso indevido dos benefícios da companhia. Das denúncias aplicáveis e resultantes como precedentes, o Comitê de Ética aplicou advertências verbais, escritas, treinamentos e revisão de políticas e procedimentos.

Como melhoria contínua diante dos indicadores do Canal de Ouvidoria, foi reforçada a estruturação do plano anual de comunicação e do plano anual de treinamentos, desenvolvidas rotinas de monitoramento e melhoria contínua do Programa de Compliance, com fins a alcançar os mais elevados padrões e eficiência na prevenção, detecção e respostas de condutas que estejam em desacordo com o Código de Conduta da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não possui política de remuneração formalizada e/ou aprovada por qualquer órgão. Contudo, a Companhia adota prática de remuneração fixa e variável que possui como objetivos principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

b. Práticas e procedimentos da remuneração

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado. A Companhia contrata pesquisas de mercado sobre o valor da remuneração a cada dois anos.

iii. frequência e forma que o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração irá avaliar a adequação da prática de remuneração da Companhia anualmente, quando da fixação da remuneração individual da diretoria e do próprio conselho de administração. Essa avaliação consiste em verificar se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do

8.1 Política ou prática de remuneração

cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c. Composição da remuneração

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

Conselho de Administração

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração que também são executivos não são remunerados. Os membros independentes do Conselho de Administração, por outro lado, farão jus a remuneração fixa. O objetivo de referida remuneração é compensar adequadamente os conselheiros pelos serviços prestados e pela participação nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Essa remuneração base contempla 12 parcelas anuais, iguais para todos os membros. A remuneração do Conselho de Administração reflete as práticas do mercado, especialmente aquelas verificadas em empresas da mesma natureza (farmacêutica), levando também em consideração as funções e as responsabilidades de tais administradores.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

Pró-labore mensal fixo: contempla o pró-labore fixo mensal, que tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Remuneração fixa mensal: contempla o salário fixo mensal, composto de 13 pagamentos (12 meses + 13º), tendo por objetivo a compensação pelos serviços prestados. Esta compensação está alinhada com as práticas de mercado, bem como o desempenho individual, contribuição para o negócio e conhecimento do executivo.

Benefícios: tem por objetivo garantir a competitividade das práticas de remuneração, a atratividade e retenção de profissionais em posições estratégicas da Companhia, bem como o alinhamento com práticas do mercado em que a empresa está inserida (farmacêutico). Também complementa os benefícios da assistência social oficial de forma a proporcionar maior segurança aos Diretores Estatutários e não estatutários, permitindo-lhes manter o foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos são: plano de assistência médica e odontológica; seguro de vida e previdência privada.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

8.1 Política ou prática de remuneração

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

| 2022 | Remuneração fixa | Remuneração variável | Benefícios | Remuneração baseada em ações | Total |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------------------|--------------|
| Conselho de Administração | 100% | N/A | N/A | N/A | 100% |
| Diretoria Estatutária | 36,14% | 60,74% | 3,11% | N/A | 100% |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |

| 2021 | Remuneração fixa | Remuneração variável | Benefícios | Remuneração baseada em ações | Total |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------------------|--------------|
| Conselho de Administração | 100% | N/A | N/A | N/A | 100% |
| Diretoria Estatutária | 36,46% | 59,97% | 3,57% | N/A | 100% |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |

| 2020 | Remuneração fixa | Remuneração variável | Benefícios | Remuneração baseada em ações | Total |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------------------|--------------|
| Conselho de Administração | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Diretoria Estatutária | 38,68% | 57,05% | 4,27% | N/A | 100% |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A composição da remuneração dos administradores é definida com base nos padrões do mercado, sempre levando em consideração para comparação empresas do mesmo setor de atuação da Companhia. Anualmente, são contratadas consultorias especializadas em pesquisa de remuneração e benefícios para certificar-se que os salários praticados estão competitivos com as melhores práticas de mercado. Diante dos resultados das pesquisas de remuneração, são

8.1 Política ou prática de remuneração

avaliados todos os componentes do pacote de remuneração, garantindo o alinhamento ao alto grau de competitividade do mercado e possibilitando a tomada de decisão para possíveis ajustes salariais.

A remuneração fixa mensal do Diretores Estatutários e não estatutários é corrigida anualmente com os índices aprovados em Convenção Coletiva de Trabalho do setor, além de eventuais aumentos por mérito individual.

Alguns itens também são considerados para avaliação de reajustes individuais, são eles: (i) desempenho individual do executivo/profissional em sua área de atuação; (ii) retenção do profissional; (iii) experiência e maturidade do profissional.

Benefícios

A aderência e competitividade das práticas de benefícios são avaliadas anualmente conforme pesquisas de remuneração. Em caso de diminuição de competitividade, são realizadas análises e apresentados planos de ação para correção do mesmo.

Remuneração Variável

O valor referente à distribuição de Participação nos Lucros e Resultados a ser distribuída anualmente depende do atingimento das metas de alguns indicadores. O principal, e "gatilho" para o início do pagamento do programa é o EBITDA. Após esse ser atingido, também mensuramos os resultados obtidos em Participação de Mercado (market share), Lucro Operacional nas Unidades de negócios comerciais e os indicadores individuais de desempenho dos colaboradores.

Os indicadores levados em consideração para determinação dos elementos de remuneração são:

Remuneração fixa e benefícios

Alinhamento as práticas de mercado, analisados anualmente através de pesquisas de remuneração contratadas com consultorias externas.

Remuneração Variável

- (i) Indicadores corporativos: EBITDA, Participação de mercado (market share), Lucro operacional das Unidades de negócios comerciais, bem como metas específicas determinadas para cada um dos departamentos e propostas periodicamente pelos executivos da Companhia, com base no resultado operacional da Companhia, que são definidas pelos gestores de cada departamento; e
- (ii) Indicadores individuais: projetos e indicadores específicos que são de responsabilidades de cada colaborador.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são: (i) o reconhecimento ao trabalho e dedicação prestados para a perenidade de suas atividades; (ii) incentivos para a melhoria de sua gestão, a retenção, e o compromisso com os resultados de curto e longo prazo.

8.1 Política ou prática de remuneração

v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía Conselho de Administração. Dessa forma, a remuneração para esse órgão é apresentada como zerada em referido ano no item 8.3 deste Formulário de Referência. Já nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, bem como no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que também são executivos da Companhia não foram/serão remunerados por seu cargo no Conselho.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Item não aplicável, dado que a Companhia pagou remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais | | | | |
|---|--|--|-----------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 9,00 | 4,00 | | 13,00 |
| Nº de membros remunerados | 6,00 | 3,92 | | 9,92 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 2.305.420,80 | 5.465.240,00 | | 7.770.660,80 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 384.776,44 | | 384.776,44 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | N/A | N/A | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 10.330.454,22 | | 10.330.454,22 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | N/A | N/A | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 2.305.420,80 | 16.180.470,66 | | 18.485.891,46 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|--|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 9,00 | 4,00 | | 13,00 |
| Nº de membros remunerados | 6,00 | 3,00 | | 9,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 1.516.470,72 | 5.133.319,00 | | 6.649.789,72 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 442.387,32 | | 442.387,32 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | N/A | N/A | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 8.627.006,34 | | 8.627.006,34 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | N/A | N/A | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 1.516.470,72 | 14.202.712,66 | | 15.719.183,38 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|--|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 1,50 | 3,17 | | 4,67 |
| Nº de membros remunerados | 1,00 | 2,33 | | 3,33 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 0,00 | 3.646.181,00 | | 3.646.181,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 357.025,38 | | 357.025,38 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 224.580,00 | 0,00 | | 224.580,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Valores pagos a título de consultoria pela Companhia aos membros independentes do Conselho de Administração. | N/A | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 5.996.074,85 | | 5.996.074,85 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | N/A | N/A | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 224.580,00 | 9.999.281,23 | | 10.223.861,23 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|--|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | | 3,00 | | 3,00 |
| Nº de membros remunerados | | 3,00 | | 3,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | | 3.287.343,00 | | 3.287.343,00 |
| Benefícios direto e indireto | | 362.665,46 | | 362.665,46 |
| Participações em comitês | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | N/A | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | | 4.848.879,08 | | 4.848.879,08 |
| Participação em reuniões | | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | N/A | | |
| Pós-emprego | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | | 8.498.887,54 | | 8.498.887,54 |

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| N° total de membros | 9,00 | 4,00 | | 13,00 |
| N° de membros remunerados | 6,00 | 3,92 | | 9,92 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 10330454,22 | | 10.330.454,22 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 9654630,11 | | 9.654.630,11 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| N° total de membros | 9,00 | 4,00 | | 13,00 |
| N° de membros remunerados | 0,00 | 2,00 | | 2,00 |
| Esclarecimento | N/A | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 9229589,34 | | 9.229.589,34 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 8625784,43 | | 8.625.784,43 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 8627006,34 | | 8.627.006,34 |

Exercício Social: 31/12/2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| N° total de membros | 1,50 | 3,17 | | 4,67 |
| N° de membros remunerados | 0,00 | 1,17 | | 1,17 |
| Esclarecimento | N/A | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 6502157,99 | | 6.502.157,99 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 6076783,17 | | 6.076.783,17 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 5996074,85 | | 5.996.074,85 |

Exercício Social: 31/12/2020

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| N° total de membros | | 3,00 | | 3,00 |
| N° de membros remunerados | | 2,00 | | 2,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | 5266355,96 | | 5.266.355,96 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | 4921828,00 | | 4.921.828,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | | 4848879,08 | | 4.848.879,08 |

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, dado que a Companhia não reportou ações para os itens 8.5 a 8.11 deste Formulário de Referência.

8.13 Participações detidas por órgão

Os acionistas controladores da Companhia também são seus diretores estatutários. Dessa forma, apresentamos abaixo a abertura de número de ações ordinárias consolidado por órgão:

| | Número de ações | % de participação |
|--|----------------------------|-------------------|
| Diretoria Estatutária | 987.568.073 ⁽²⁾ | 100% |
| Conselho de Administração ⁽¹⁾ | N/A | N/A |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A |

⁽¹⁾ A fim de evitar duplicidade, as ações detidas por membros do Conselho de Administração que também são Diretores Estatutários, foram reportadas apenas como Diretoria Estatutária.

⁽²⁾ Considera ações detidas de forma indireta pelos administradores.

8.14 Planos de previdência

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|--|
| Número total de membros | 9 | 4 |
| Número total de membros remunerados | 0 | 2 |
| Nome do plano | N/A | Contribuição Definida (CD) |
| Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar | N/A | 0 |
| Condições para se aposentar antecipadamente | N/A | O participante não fundador que tiver completado 05 anos de contribuição ao Renda Total Empresarial e 55 anos de idade, será elegível ao recebimento antecipado do benefício de aposentadoria. |
| Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores | N/A | 42.062,70 |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | N/A | 42.062,70 |
| Possibilidade de resgate antecipado e condições | N/A | N/A |

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | |
|--------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|---------------------------|------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Nº de membros | 4,00 | 3,17 | 3,00 | 9,00 | 1,50 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 2,33 | 3,00 | 6,00 | 1,00 |
| Valor da maior remuneraçãoReal | 9.721.714,41 | 8.643.657,22 | 7.378.155,84 | 252.745,12 | 224.580,00 |
| Valor da menor remuneraçãoReal | 2.007.147,34 | 940.253,48 | 399.280,62 | 252.745,12 | 224.580,00 |
| Valor médio da remuneraçãoReal | 3.550.678,17 | 2.499.820,31 | 2.832.962,51 | 252.745,12 | 224.580,00 |

Observações e esclarecimentos

| | Diretoria Estatutária | |
|-------------------|---|----------------|
| | Observação | Esclarecimento |
| 31/12/2022 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. | |
| 31/12/2021 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro da Diretoria que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. | |
| 31/12/2020 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. | |

| | Conselho de Administração | |
|-------------------|--|----------------|
| | Observação | Esclarecimento |
| 31/12/2022 | A Companhia passou a contar com Conselho de Administração a partir de novembro de 2020. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro do Conselho que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, considerando que todos os membros exerceram seu cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. | |
| 31/12/2021 | A Companhia passou a contar com Conselho de Administração a partir de novembro de 2021. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração Diretoria foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado, sendo que o membro do Conselho que teve a maior remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exerceu suas funções na Companhia por 2 meses. O valor da menor remuneração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, considerando que todos os membros exerceram seu cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. | |

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|
| Exercício social findo em 31/12/2022 | N/A | 100% | N/A |
| Exercício social findo em 31/12/2021¹ | N/A | 100% | N/A |
| Exercício social findo em 31/12/2020² | N/A | 100% | N/A |

¹ Os membros da diretoria estatutária neste exercício social eram os acionistas controladores da Companhia.

² Os membros da diretoria estatutária neste exercício social eram os acionistas controladores da Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções

| Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 | | | |
|---|------------------|----------------------------------|------------------------|
| Órgão | Diretoria | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Remuneração | N/A | 51.340,00 | N/A |

| Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 | | | |
|---|------------------|----------------------------------|------------------------|
| Órgão | Diretoria | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Remuneração | N/A | 51.340,00 ⁽¹⁾ | N/A |

⁽¹⁾ Valores pagos a título de consultoria contratada pela Companhia.

| Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---|------------------|----------------------------------|------------------------|
| Órgão | Diretoria | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Remuneração | N/A | N/A | N/A |

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

A remuneração dos diretores da Companhia, nos dois últimos exercícios sociais, foi estabelecida com base nas atribuições de cada um e na prática de mercado para diretores com funções semelhantes em empresas do mesmo porte. Dessa forma, considerando a quantidade de funções que eram desempenhadas pelo Diretor Presidente na empresa, o qual era responsável por, dentre outras, fixar a orientação geral dos negócios, supervisionar as operações da Companhia, coordenar os demais diretores, bem como tomar decisões estratégicas para direção dos negócios da Companhia (considerando que não havia Conselho de Administração), seu salário era significativamente maior que o dos demais diretores, representando, portanto, a maior remuneração. Por outro lado, o diretor sem designação específica desempenhava bem menos funções, sendo responsável por coordenar os negócios da linha Veterinária e do Banco de Leite da Eurofarma, resultando, portanto, em uma menor remuneração.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

| | | | |
|---|---|--------------------|--|
| Código CVM do Auditor | 004189 | | |
| Razão Social | Tipo Auditor | CPF/CNPJ | |
| KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA | Juridica | 57.755.217/0001-29 | |
| Data de contratação do serviço | Data de início da prestação de serviço | | |
| 27/02/2012 | 27/02/2012 | | |
| Descrição dos serviços prestados | | | |
| <p>Serviços relacionados à:</p> <p>2020: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board IASB referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020; revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos exercícios de 2020, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.20; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2020 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários.</p> <p>2021: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board IASB referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021; revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos exercícios de 2021, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.21; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2021 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários.</p> <p>2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board IASB referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022; revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos exercícios de 2022, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.22; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2022 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários; e (iii) outros serviços relacionados à auditoria externa</p> | | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social | | | |
| Serão pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados R\$ 4.833.744,84, sendo (i) 3.516.804,79 referentes aos serviços de auditoria externa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) 197.522,05 referentes aos serviços não relacionados à auditoria externa (revisão de compliance de aspectos regulatórios ou tributários) e (iii) R\$ 1.119.418,00 referentes a outros serviços de auditoria externa. | | | |
| Justificativa da substituição | | | |
| Não aplicável | | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa | | | |
| Não aplicável | | | |

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Para evitar conflito de interesse, perda de independência ou falta de objetividade nas atividades dos seus auditores independentes, a Companhia submete a contratação dos serviços de auditoria à análise prévia do Comitê de Auditoria e Compliance, conforme previsto no Regimento Interno do órgão.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|----------|-----------------------|
| Liderança | 205 | 494 | 0 | 0 | 0 |
| Não-liderança | 2347 | 3516 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 2552 | 4010 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|----------------------|-----------|-------------|------------|-------------|----------|----------|-----------------------|
| Liderança | 6 | 633 | 10 | 50 | 0 | 0 | 0 |
| Não-liderança | 64 | 4094 | 329 | 1367 | 9 | 0 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 70 | 4727 | 339 | 1417 | 9 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

| | Abaixo de 30 anos | De 30 a 50 anos | Acima de 50 anos |
|----------------------|-------------------|-----------------|------------------|
| Liderança | 9 | 587 | 103 |
| Não-liderança | 1011 | 4354 | 498 |
| TOTAL = 6.562 | 1020 | 4941 | 601 |

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

| | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul | Exterior |
|----------------------|------------|------------|--------------|-------------|------------|----------|
| Liderança | 11 | 70 | 30 | 534 | 54 | 0 |
| Não-liderança | 145 | 609 | 219 | 4410 | 480 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 156 | 679 | 249 | 4944 | 534 | 0 |

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

| | Feminino | Masculino | Não binário | Outros | Preferê não responder |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|----------|-----------------------|
| Norte | 37 | 119 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 144 | 535 | 0 | 0 | 0 |
| Centro-Oeste | 66 | 183 | 0 | 0 | 0 |
| Sudeste | 2179 | 2765 | 0 | 0 | 0 |
| Sul | 126 | 408 | 0 | 0 | 0 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 2552 | 4010 | 0 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

| | Amarelo | Branco | Preto | Pardo | Indígena | Outros | Preferê não responder |
|----------------------|-----------|-------------|------------|-------------|----------|----------|-----------------------|
| Norte | 0 | 108 | 4 | 44 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 9 | 471 | 17 | 182 | 0 | 0 | 0 |
| Centro-Oeste | 3 | 186 | 10 | 49 | 1 | 0 | 0 |
| Sudeste | 57 | 3468 | 305 | 1106 | 8 | 0 | 0 |
| Sul | 1 | 494 | 3 | 36 | 0 | 0 | 0 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 70 | 4727 | 339 | 1417 | 9 | 0 | 0 |

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

| | Abaixo de 30 anos | De 30 a 50 anos | Acima de 50 anos |
|----------------------|-------------------|-----------------|------------------|
| Norte | 15 | 138 | 3 |
| Nordeste | 61 | 574 | 44 |
| Centro-Oeste | 24 | 219 | 6 |
| Sudeste | 891 | 3560 | 493 |
| Sul | 29 | 450 | 55 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL = 6.562 | 1020 | 4941 | 601 |

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos abaixo o número de terceirizados da Companhia, por grupo de atividades desempenhadas e por localização geográfica, no último exercício social:

| Atividade | 31/12/2022 | | | | | | |
|-----------------------------------|------------|------------|----------------|-----------|---------------|----------------|------------|
| | Itapeví | São Paulo | Ribeirão Preto | Varginha | Montes Claros | Rio de Janeiro | Total |
| Portaria e Vigilância | 39 | 39 | 11 | 12 | 8 | 8 | 117 |
| Limpeza, Conservação e Jardinagem | 230 | 50 | 30 | 7 | | 1 | 318 |
| Restaurante | 110 | 20 | | 2 | | | 132 |
| Creche | 49 | 26 | | | | | 75 |
| Academia e Salão de Beleza | 15 | 4 | | 1 | | | 20 |
| Consultório odontológico | 9 | 5 | | | | | 14 |
| Engenharia e Manutenção | 39 | | | | | | 39 |
| Inovação | 28 | | | | | | 28 |
| Tecnologia | 76 | | | | | | 76 |
| CSC | 41 | | | | | | 41 |
| Outros | 24 | 5 | | 7 | | | 36 |
| Total | 660 | 149 | 41 | 29 | 8 | 9 | 896 |

(c) Índice de rotatividade

Abaixo demonstramos os índices médios mensais de rotatividade da Companhia no exercício de 2022:

| 31/12/2022 |
|------------|
| 0,90% |

10.2 Alterações relevantes

No último exercício social não houve movimentações significativas, somente o incremento de mão-de-obra devido as necessidades do negócio.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração alinhada com as principais práticas do mercado; condições de atrair, reter e motivar os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável e também as práticas dos mercados em que está inserida. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável e as convenções coletivas regionais, conforme o caso.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Item não aplicável, considerando que a Companhia não possui planos de remuneração baseados em ações.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A relação é de 38,76 entre a maior remuneração e a mediana da remuneração dos colaboradores.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com os Sindicatos que representam seus colaboradores, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhum tipo de paralisação ou greve.

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são:

- Sindicato dos trabalhadores na Indústria Química, Farmacêuticas, Plástico e similares de São Paulo;
- Sindicato dos trabalhadores na Indústria Química, Farmacêutica, Plásticos, Explosivos, Abrasivos, Fertilizantes e Lubrificantes de Osasco, Cotia e região;
- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros-MG;
- Sindicato dos propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos e terceirizados no setor de propagandas e vendas de produtos farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Federação Interestadual dos Propagandistas (FIP);
- Sindicato dos Farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de fabricação de álcool, química e farmacêutica de Ribeirão e Região; e
- Sindicato dos práticos de farmácia e dos empregados no comércio de drogas, medicamentos e produtos farmacêuticos do estado de Minas Gerais.

Adicionalmente, no âmbito de suas negociações e interações com sindicatos, a Companhia adota normas coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho, cujas principais características estão descritas abaixo:

Normas Coletivas de Trabalho

A Companhia possui acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis a todos os seus colaboradores, de acordo com a natureza de sua atividade e região em que atuam. Geralmente, essas normas abordam temas como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição, e participação nos lucros e resultados.

Acordo Coletivo de Trabalho

A Companhia firmou com os respectivos sindicatos os seguintes acordos nos últimos três anos:

- Compensação de horas para emenda de feriados ou antecipação/postergação de feriados – este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados calendários de compensação de horas para que todos possam usufruir de emendas nos feriados, ou seja, se o feriado é em uma terça-feira o colaborador compensa as horas da segunda-feira e não trabalha no referido dia;

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

- Participação nos Lucros e Resultados - este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados programas de PLR mais favoráveis que os previstos na convenção coletiva de trabalho;
- Acordo coletivo para redução do intervalo intrajornada – este acordo é celebrado nas Unidades de Itapevi e Ribeirão preto, e visa a reduzir o horário de refeição dos colaboradores de Operações para 40 minutos diários para que eles não trabalhem aos sábados. O acordo para a Unidade Itapevi foi renovado em outubro de 2021 e tem vigência até setembro de 2023. Já o da Unidade Ribeirão Preto foi realizado em 2020 e tem vigência até 2022;
- Acordo Coletivo para Marcação de ponto Portaria 373 – o acordo foi firmado em 2021 com todos os sindicatos (exceto os sindicatos dos Propagandistas e FIP, pois não realizam marcação de ponto) para que seja possível a implementação de marcação através de reconhecimento facial e biométricos dos colaboradores. Os acordos têm vigência de dois anos.

10.5 Outras informações relevantes**Detalhamento da demografia dos colaboradores de 2022:****Idade**

| GRUPO | Brooklin/Campo Belo | Itapevi | Ribeirão Preto | Varginha | Biotecnologia | Montes Claros | Total Geral |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|-----------------------|-----------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Diretoria/Executivo | 29 | 8 | | | | | 37 |
| De 31 a 40 anos | 7 | 3 | | | | | 10 |
| De 41 a 50 anos | 7 | 3 | | | | | 10 |
| De 51 anos e acima | 15 | 2 | | | | | 17 |
| Gerentes | 430 | 62 | 3 | 1 | | | 496 |
| De 21 a 30 anos | 6 | | | | | | 6 |
| De 31 a 40 anos | 134 | 26 | 1 | 1 | | | 162 |
| De 41 a 50 anos | 217 | 30 | 2 | | | | 249 |
| De 51 anos e acima | 73 | 6 | | | | | 79 |
| Coordenador/Supervisor | 41 | 112 | 9 | 2 | 1 | 1 | 166 |
| De 21 a 30 anos | 3 | 8 | | | | | 11 |
| De 31 a 40 anos | 19 | 67 | 6 | | 1 | 1 | 94 |
| De 41 a 50 anos | 15 | 36 | 2 | 1 | | | 54 |
| De 51 anos e acima | 4 | 1 | 1 | 1 | | | 7 |
| Especialistas | 20 | 38 | 1 | | | | 59 |
| De 21 a 30 anos | 4 | 1 | | | | | 5 |
| De 31 a 40 anos | 10 | 18 | | | | | 28 |
| De 41 a 50 anos | 4 | 19 | 1 | | | | 24 |
| De 51 anos e acima | 2 | | | | | | 2 |
| Administrativo/Comercial | 3117 | 899 | 56 | 12 | 11 | 1 | 4096 |
| Até 20 anos | 132 | 68 | 7 | 3 | | | 210 |
| De 21 a 30 anos | 343 | 289 | 9 | 2 | 4 | | 647 |
| De 31 a 40 anos | 1564 | 365 | 25 | 7 | 5 | 1 | 1967 |
| De 41 a 50 anos | 847 | 149 | 14 | | 2 | | 1012 |
| De 51 anos e acima | 231 | 28 | 1 | | | | 260 |
| Técnico | 3 | 62 | 6 | 1 | | 1 | 73 |
| De 21 a 30 anos | | 16 | | 1 | | | 17 |
| De 31 a 40 anos | 2 | 29 | 4 | | | 1 | 36 |
| De 41 a 50 anos | | 14 | 2 | | | | 16 |
| De 51 anos e acima | 1 | 3 | | | | | 4 |
| Operacional | 30 | 1332 | 231 | 38 | 4 | | 1635 |
| Até 20 anos | | 25 | | | | | 25 |
| De 21 a 30 anos | | 196 | 43 | 14 | | | 253 |
| De 31 a 40 anos | 7 | 450 | 113 | 16 | 2 | | 588 |
| De 41 a 50 anos | 11 | 459 | 60 | 7 | | | 537 |
| De 51 anos e acima | 12 | 202 | 15 | 1 | 2 | | 232 |
| Total Geral | 3670 | 2513 | 306 | 54 | 16 | 3 | 6562 |

10.5 Outras informações relevantes**Gênero**

| Grupo | Brooklin/Campo Belo | Itapevi | Ribeirão Preto | Varginha | Biotecnologia | Montes Claros | Total Geral |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|-----------------------|-----------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Diretoria/Executivo | 29 | 8 | | | | | 37 |
| feminino | 14 | 4 | | | | | 18 |
| masculino | 15 | 4 | | | | | 19 |
| Gerentes | 430 | 62 | 3 | 1 | | | 496 |
| feminino | 70 | 33 | 1 | | | | 104 |
| masculino | 360 | 29 | 2 | 1 | | | 392 |
| Coordenador/Supervisor | 41 | 112 | 9 | 2 | 1 | 1 | 166 |
| feminino | 26 | 53 | 3 | 1 | | | 83 |
| masculino | 15 | 59 | 6 | 1 | 1 | 1 | 83 |
| Especialistas | 20 | 38 | 1 | | | | 59 |
| feminino | 14 | 18 | | | | | 32 |
| masculino | 6 | 20 | 1 | | | | 27 |
| Administrativo/Comercial | 3117 | 899 | 56 | 12 | 11 | 1 | 4096 |
| feminino | 1015 | 591 | 39 | 7 | 4 | | 1656 |
| masculino | 2102 | 308 | 17 | 5 | 7 | 1 | 2440 |
| Técnico | 3 | 62 | 6 | 1 | | 1 | 73 |
| feminino | 3 | 13 | | 1 | | 1 | 18 |
| masculino | | 49 | 6 | | | | 55 |
| Operacional | 30 | 1332 | 231 | 38 | 4 | | 1635 |
| feminino | 10 | 535 | 88 | 8 | | | 641 |
| masculino | 20 | 797 | 143 | 30 | 4 | | 994 |
| Total Geral | 3670 | 2513 | 306 | 54 | 16 | 3 | 6562 |

COR OU RAÇA

10.5 Outras informações relevantes

| Grupo | Brooklin/Campo Belo | Itapevi | Ribeirão Preto | Varginha | Biotecnologia | Montes Claros | Total Geral |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|-----------------------|-----------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Diretoria/Executivo | 29 | 8 | | | | | 37 |
| Amarela | 1 | | | | | | 1 |
| Branca | 27 | 6 | | | | | 33 |
| Negra | 1 | | | | | | 1 |
| Parda | | 2 | | | | | 2 |
| Gerentes | 430 | 62 | 3 | 1 | | | 496 |
| Amarela | 3 | 1 | | | | | 4 |
| Branca | 398 | 55 | 3 | 1 | | | 457 |
| Negra | 2 | 1 | | | | | 3 |
| Parda | 27 | 5 | | | | | 32 |
| Coordenador/Supervisor | 41 | 112 | 9 | 2 | 1 | 1 | 166 |
| Amarela | | 1 | | | | | 1 |
| Branca | 37 | 95 | 8 | 1 | 1 | 1 | 143 |
| Negra | | 6 | | | | | 6 |
| Parda | 4 | 10 | 1 | 1 | | | 16 |
| Especialistas | 20 | 38 | 1 | | | | 59 |
| Amarela | 1 | 3 | | | | | 4 |
| Branca | 18 | 31 | 1 | | | | 50 |
| Negra | | 1 | | | | | 1 |
| Parda | 1 | 3 | | | | | 4 |
| Administrativo/Comercial | 3117 | 899 | 56 | 12 | 11 | 1 | 4096 |
| Amarela | 22 | 25 | 1 | | | | 48 |
| Branca | 2402 | 666 | 40 | 4 | 8 | 1 | 3121 |
| Indígena | 3 | 3 | | | 1 | | 7 |
| Negra | 88 | 44 | 4 | 1 | 1 | | 138 |
| Parda | 602 | 161 | 11 | 7 | 1 | | 782 |
| Técnico | 3 | 62 | 6 | 1 | | 1 | 73 |
| Branca | 2 | 35 | 5 | | | | 42 |
| Negra | | 6 | | | | | 6 |
| Parda | 1 | 21 | 1 | 1 | | 1 | 25 |
| Operacional | 30 | 1332 | 231 | 38 | 4 | | 1635 |
| Amarela | | 11 | 1 | | | | 12 |
| Branca | 12 | 721 | 130 | 17 | 1 | | 881 |
| Indígena | | 1 | 1 | | | | 2 |
| Negra | 5 | 148 | 26 | 4 | 1 | | 184 |
| Parda | 13 | 451 | 73 | 17 | 2 | | 556 |
| Total Geral | 3670 | 2513 | 306 | 54 | 16 | 3 | 6562 |

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia não possui uma política formalizada quanto à realização de transações com partes relacionadas. Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições normalmente praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus sócios ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como as instruções emitidas pela CVM.

A Lei Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Lei das Sociedades por Ações determina, ainda, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia, por sua vez, fixa que é competência do Conselho de Administração aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, bem como aprovar quaisquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas, exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações como de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Por fim, a Companhia instalou um Comitê de Transações com Partes Relacionadas em 28 de junho de 2022. O objetivo do Comitê é o de assegurar ao Conselho de Administração que as transações com partes relacionadas se pautem levando em consideração em primeiro lugar os interesses da Companhia, observando condições estritamente comutativas, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente.

O Comitê tem como competências: (i) analisar e emitir opinião ao Conselho sobre Transações com Partes Relacionadas, em especial as que precisem ser aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos do art. 16, xv do estatuto social da Companhia; (ii) avaliar periodicamente as transações entre partes relacionadas; (iii) atuar como mediador e propor solução sempre que houver divergência entre a Companhia e qualquer das partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas

em qualquer discussão sobre negócios, contratos, operações ou serviços; e (iv) propor ao Conselho a renegociação ou descontinuidade de um serviço, negócio, contrato ou qualquer operação com partes relacionadas, sempre que julgar que as condições do referido negócio estejam beneficiando uma das partes de forma indevida ou fora das condições de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido Real | Saldo existente | Montante Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|--|--|-------------------------|-----------------|-------------------|---------------|------------------------|
| Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário | 17/06/2021 | 452.448.000,00 | 0 | R\$ 41.497.393,20 | Indeterminado | 0% |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum | | | | | |
| Objeto contrato | <p>Locação de imóvel situado no Município de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 35,6 objeto das matrículas n.ºs. 734 e 3122 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itapevi, Estado de São Paulo. Contrato original de locação entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Itapevi Empreendimentos e Participações S.A (liquidada) firmado em 31 de março de 2021. Os imóveis foram transferidos para o Locador Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário com aditamento em 17 de junho de 2021, em razão da liquidação e extinção da Itapevi Empreendimentos e Participações S.A.</p> <p>O valor incluído no campo "Montante Envolvido" refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2021 a 31/12/2032 (12 anos) com valor mensal em contrato de R\$ 3.142.000,00. O campo "Montante" refere-se às despesas de aluguéis de 2022.</p> | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Locação de imóvel | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Conte Capital S.A. | 23/12/2016 | 35.878.284,73 | 5.424,53 | 2.121.960,00 | 31/12/2026 | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum | | | | | |
| Objeto contrato | <p>Locação de imóvel da unidade II-Campo Belo, unidade IV-Nações Unidas e unidade V-Rio de Janeiro. O valor incluído no campo "Montante envolvido (Reais)" refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos). O campo "Montante (Reais)" refere-se às despesas de aluguéis no valor de R\$ 2.136.375,96 e adicionalmente, a Companhia também presta serviços de BackOffice e compartilhamento de despesas para a Conte Capital no valor de R\$ 14.415,96 (receita) em 2022.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Conte Capital.</p> | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão a respeito de multa em caso de rescisão unilateral do contrato. | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Locação de imóvel | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido Real | Saldo existente | Montante Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|--|-------------------------|-----------------|---------------|---------------|------------------------|
| Instituto Eurofarma | 07/04/2005 | 142.521.854,84 | 16.406,66 | 17.537.593,64 | Indeterminado | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Mantenedora | | | | | |
| Objeto contrato | Eurofarma Laboratórios é mantenedora do Instituto Eurofarma (OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), isto é, provê os recursos necessários para o funcionamento do Instituto Eurofarma. O “Montante envolvido (Reais)” refere-se à soma das doações realizadas pela Companhia ao Instituto Eurofarma desde 2005, considerando que não há estabelecimento de um valor total no contrato entre as partes. O montante refere-se aos valores de doações da Companhia para o Instituto em 2022. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Instituto. O campo “Montante (Reais)” refere-se ao valor das doações de R\$ 17.617.400,00 e serviços de BackOffice de R\$ 79.806,36 (receita) em 2022. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Promoção de instituto focado na educação em três segmentos distintos: Formação e Qualificação de Jovens e Adultos, Educação Complementar e Educação Ambiental. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |
| Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. | 20/05/2014 | 54.012.252,47 | 423.819,73 | 11.601.262,78 | Indeterminado | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum. | | | | | |
| Objeto contrato | Prestação de serviços referente à análise físico-química de medicamentos pertinentes a estudos de estabilidade pela Magabi à Companhia. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende do volume de serviços prestados, com uma cobrança efetuada com base em tabela de preços por tipo de serviços, (i) o valor informado no campo “Montante envolvido (Reais)” de R\$ 54.012.252,47 refere-se aos valores pagos desde 2014 até 31/12/2022. e (ii) o valor informado no campo “Montante (Reais)” refere-se ao valor pago de R\$ 11.658.948,94 referente contrato de prestação de serviços e valores que a Companhia presta serviços de BackOffice e compartilha despesas comuns do grupo econômico no valor de R\$ 57.686,16 (receita) em 2022. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Serviços de análises físico químicas para elaboração de estudos de estabilidade de medicamentos conduzidos pela Eurofarma Laboratórios S.A. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |

11.2 Transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido Real | Saldo existente | Montante Real | Duração | Taxa de juros cobrados |
|---|---|-------------------------|-----------------|---------------|------------|------------------------|
| Orygen Biotecnologia Ltda. | 19/12/2019 | 11.750.000,00 | 7.791.133,00 | 6.650.000,00 | 16/04/2023 | 100% CDI |
| Relação com o emissor | Joint Venture formada entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Biolab Sanus Farmacêutica Ltda com o objetivo de desenvolvimento e produção de medicamentos biossimilares. | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo entre as empresas com juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários). O valor reportado como "montante envolvido" refere-se ao valor original dos Contratos celebrados em 19/12/2019, 11/12/2020 e 15/12/2021. O valor reportado como "montante" refere-se ao valor principal em aberto dos contratos em 31/12/2021. | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo para financiamento do plano de negócios. | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | |
| Especificação Posição Contratual | | | | | | |

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Transações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras do emissor, celebradas no último exercício social

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|-----------------|------------------|---------------|------------------------------------|------------------------|
| Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. | 20/05/2014 | 54.012.252,47 | 423.819,73 | 11.601.262,78 | Indeterminado | Não | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum. | | | | | | |
| Objeto contrato | Prestação de serviços referente à análise físico-química de medicamentos pertinentes a estudos de estabilidade pela Magabi à Companhia. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende do volume de serviços prestados, com uma cobrança efetuada com base em tabela de preços por tipo de serviços, (i) o valor informado no campo "Montante envolvido (Reais)" de R\$ 54.012.252,47 refere-se aos valores pagos desde 2014 até 31/12/2022. e (ii) o valor informado no campo "Montante (Reais)" refere-se ao valor pago de R\$ 11.658.948,94 referente contrato de prestação de serviços e valores que a Companhia presta serviços de BackOffice e compartilha despesas comuns do grupo econômico no valor de R\$ 57.686,16 (receita) em 2022. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Serviços de análises físico químicas para elaboração de estudos de estabilidade de medicamentos conduzidos pela Eurofarma Laboratórios S.A. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outros | | | | | | |
| Especificar | Em relação à prestação de serviços de análise físico-química de medicamentos prestados pela Magabi, a posição contratual da Companhia é de "Devedora", entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2022. O campo "saldo existente" (R\$ 423.819,73) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia, e, por esse motivo, a Companhia figura como Credora em 31/12/2022. | | | | | | |
| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
| Orygen Biotecnologia Ltda. | 19/12/2019 | 11.750.000,00 | 7.791.133,00 | 6.650.000,00 | 16/04/2023 | Sim | 100% CDI |
| Relação com o emissor | Joint Venture formada entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Biolab Sanus Farmacêutica Ltda com o objetivo de desenvolvimento e produção de medicamentos biossimilares. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo entre as empresas com juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários). O valor reportado como "montante envolvido" refere-se ao valor original dos Contratos celebrados em 19/12/2019, 11/12/2020, 15/12/2021 e 12/12/2022. O valor reportado como "montante" refere-se ao valor principal em aberto dos contratos em 31/12/2022. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo para financiamento do plano de negócios. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | - | | | | | | |

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|------------------|---------------|------------------------------------|------------------------|
| Instituto Eurofarma | 07/04/2005 | 142.521.854,84 | 16.406,66 | 17.537.593,64 | Indeterminada | Não | N.A. |
| Relação com o emissor | Mantenedora | | | | | | |
| Objeto contrato | Eurofarma Laboratórios é mantenedora do Instituto Eurofarma (OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), isto é, provê os recursos necessários para o funcionamento do Instituto Eurofarma. O "Montante envolvido (Reais)" refere-se à soma das doações realizadas pela Companhia ao Instituto Eurofarma desde 2005, considerando que não há estabelecimento de um valor total no contrato entre as partes. O montante refere-se aos valores de doações da Companhia para o Instituto em 2022. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Instituto. O campo "Montante (Reais)" refere-se ao valor das doações de R\$ 17.617.400,00 e serviços de BackOffice de R\$ 79.806,36 (receita) em 2022. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Promoção de instituto focado na educação em três segmentos distintos: Formação e Qualificação de Jovens e Adultos, Educação Complementar e Educação Ambiental. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outros | | | | | | |
| Especificar | Em relação às doações para o Instituto Eurofarma, a posição contratual da Companhia é Devedora, uma vez que, como é mantenedora do Instituto, possui obrigação de efetuar doações. Entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2022. O campo "Saldo Existente" (R\$ 16.406,66) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia e a posição contratual é Credora em 31/12/2022. | | | | | | |
| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
| Conte Capital S.A. | 23/12/2016 | 35.878.284,73 | 5.424,53 | 2.121.960,00 | 31/12/2026 | Não | N.A. |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum | | | | | | |
| Objeto contrato | Locação de imóvel da unidade II-Campo Belo, unidade IV-Nações Unidas e unidade V-Rio de Janeiro. O valor incluído no campo "Montante envolvido (Reais)" refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos). O campo "Montante (Reais)" refere-se às despesas de alugueis no valor de R\$ 2.136.375,96 e adicionalmente, a Companhia também presta serviços de BackOffice e compartilhamento de despesas para a Conte Capital no valor de R\$ 14.415,96 (receita) em 2022. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão a respeito de multa em caso de rescisão unilateral do contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Locação de imóvel | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outros | | | | | | |
| Especificar | Em relação à locação de imóvel, a posição contratual da Companhia é Devedora, entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2022. O campo "Saldo Existente" (R\$ 5.424,53) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia e a posição contratual é Credora em 31/12/2022. | | | | | | |

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|-------------------------------|-----------------|-------------------|---------------|---------------------------------------|---------------------------|
| Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário | 17/06/2021 | R\$ 452.448.000,00 | - | R\$ 41.497.393,20 | Indeterminado | Não | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Sociedade sob controle comum | | | | | | |
| Objeto contrato | <p>Locação de imóvel situado no Município de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 35,6 objeto das matrículas n.ºs. 734 e 3122 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itapevi, Estado de São Paulo.</p> <p>Contrato original de locação entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Itapevi Empreendimentos e Participações S.A (liquidada) firmado em 31 de março de 2021. Os imóveis foram transferidos para o Locador Conte Biancamano Fundo de Investimento Imobiliário com aditamento em 17 de junho de 2021, em razão da liquidação e extinção da Itapevi Empreendimentos e Participações S.A.</p> <p>O valor incluído no campo "Montante Envolvido" refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2021 a 31/12/2032 (12 anos) com valor mensal em contrato de R\$ 3.142.000,00. O campo "Montante" refere-se às despesas de aluguéis de 2022.</p> | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há previsão | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há previsão | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Locação de imóvel | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outros | | | | | | |
| Especificar | Em relação à locação de imóvel, a posição contratual da Companhia é Devedora, entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2022. | | | | | | |

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

| Tipo Capital | | Capital Emitido | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|
| Data da autorização ou aprovação | Prazo de integralização | Valor do capital | |
| 20/12/2022 | N/A | 1.203.877.781,57 | |
| Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de ações | |
| 987.568.073 | 0 | 987.568.073 | |
| | | | |

| Tipo Capital | | Capital Subscrito | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|
| Data da autorização ou aprovação | Prazo de integralização | Valor do capital | |
| 20/12/2022 | N/A | 1.203.877.781,57 | |
| Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de ações | |
| 987.568.073 | 0 | 987.568.073 | |
| | | | |

| Tipo Capital | | Capital Integralizado | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|
| Data da autorização ou aprovação | Prazo de integralização | Valor do capital | |
| 20/12/2022 | N/A | 1.203.877.781,57 | |
| Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de ações | |
| 987.568.073 | 0 | 987.568.073 | |
| | | | |

| Tipo Capital | | Capital Autorizado | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|
| Data da autorização ou aprovação | Prazo de integralização | Valor do capital | |
| 23/11/2021 | N/A | 2.500.000.000,00 | |
| Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de ações | |
| 0 | 0 | 0 | |
| | | | |

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Valor mobiliário | Debêntures |
| Identificação do valor mobiliário | 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única |
| Data de emissão | 10/12/2020 |
| Data de vencimento | 10/12/2025 |
| Quantidade | 485.000 |
| Valor nominal global R\$ | 485.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 485.048.818,23 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Debêntures somente poderão ser negociadas, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2022, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e (c) de prêmio flat em montante equivalente aos percentuais indicados na Escritura de Emissão, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dia úteis. As Debêntures não possuem garantia. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Realização de Assembleia Geral de Debenturistas. |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2022, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures. Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizados, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio flat em montante equivalente aos percentuais indicados a seguir, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem amortizadas: caso a amortização extraordinária seja realizada entre 30 de abril de 2022 (inclusive) até 01 de janeiro de 2024 (exclusive) o prêmio flat será de 1,25%; caso a amortização extraordinária seja realizada entre 01 de janeiro de 2024 (inclusive) até 01 de janeiro de 2025 (exclusive) o prêmio flat será de 1,00%; caso a amortização extraordinária seja realizada entre 01 de janeiro de 2025 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) o prêmio flat será de 0,75%.

Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos.

Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas, índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0x, até a data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (inclusive); e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir da data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (exclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

| Valor mobiliário | Debêntures |
|-----------------------------------|--|
| Identificação do valor mobiliário | 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única |
| Data de emissão | 18/02/2022 |
| Data de vencimento | 18/02/2028 |
| Quantidade | 1.000.000 |
| Valor nominal global R\$ | 1.000.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 1.049.558.906,34 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As debentures somente poderão ser negociadas, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 18 de fevereiro de 2024, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso e (c) de prêmio equivalente a 0,30%, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dia úteis. A Remuneração Inicial poderá ser aumentada caso a Emissora (a) não cumpra com as metas associadas ao respectivo SKPI, conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão, nas respectivas Datas de Verificação do SKPI (conforme definido no Anexo I da devida Escritura de Emissão), conforme atestado pelo Relatório do Verificador Externo (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão); ou (b) não entregue ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias anteriores a data do respectivo Step up da Remuneração (conforme definido na devida escritura), o Relatório do Verificador Externo em relação ao SKPI em questão (“Mecanismo de Step Up”). |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Realização de Assembleia Geral de Debenturistas. |
| Outras características relevantes | Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 18 de fevereiro de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures. Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizados, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio equivalente a 0,30%, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem amortizadas. Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Companhia, índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0x, até a data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (inclusive); e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir da data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (exclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários |

Valor mobiliário

Identificação do valor mobiliário

Data de emissão

Nota Comercial

4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

29/11/2019

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Data de vencimento | 30/11/2024 |
| Quantidade | 74 |
| Valor nominal global R\$ | 370.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 458.421.262,45 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As notas comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado à observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, da data de emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais de ambas as séries, com o consequente cancelamento de tais Notas, sendo vedada sua manutenção em tesouraria ("Resgate Antecipado"), mediante o pagamento de prêmio aos titulares das Notas caso o Resgate Antecipado seja realizado em até 1462 dias contados da Data de Emissão (inclusive) ("Período de Pagamento de Prêmio"), de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cártulas, sendo certo que caso o Resgate Antecipado ocorra após o Período de Pagamento de Prêmio, o prêmio de Resgate Antecipado não será devido. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas objeto do Resgate Antecipado será equivalente: a) ao Valor Nominal Unitário; b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido c) se houver, dos encargos moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, e d) caso seja realizado durante o Período de Pagamento de Prêmio, do prêmio equivalente ao percentual ao ano, incidente deste a data do efetivo Resgate Antecipado até a respectiva Data de Vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculado conforme fórmula a ser prevista nas Cártulas. Não será permitido o Resgate Antecipado parcial das Notas Comerciais. Em qualquer hipótese, o Resgate Antecipado deverá ser comunicado à B3 e ao Banco Mandatário com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de Resgate Antecipado. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em duas séries. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais. |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|--|---|
| Outras características relevantes | <p>Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade. Restrições impostas ao emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Emissora, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, índice Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 3,0 (três inteiros) até a Data de Vencimento das Notas Comerciais.</p> <p>Vencimento Antecipado: serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, e estarão descritos nas Cártulas</p> <p>Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários</p> |
|--|---|

| Valor mobiliário | Nota Comercial |
|--|---|
| Identificação do valor mobiliário | 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais |
| Data de emissão | 14/04/2021 |
| Data de vencimento | 14/04/2026 |
| Quantidade | 100 |
| Valor nominal global R\$ | 300.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 320.505.133,71 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Notas Comerciais serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis na época da negociação, incluindo, sem limitação, o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 476, condicionado a observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá realizar, unilateralmente, a seu exclusivo critério, a partir de 14 de abril de 2022, oferta de resgate antecipado das Notas, em sua totalidade ou parcialmente, com o conseqüente cancelamento das Notas efetivamente resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"), devendo a Oferta de Resgate Antecipado proposta pela Companhia ser dirigida aos titulares das Notas em relação as Notas Comerciais de todas ou de determinada série. A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os titulares das Notas que serão objeto do referido resgate antecipado, sem distinção, assegurada a igualdade de condições aos titulares das Notas para aceitar o resgate antecipado das Notas de que forem titulares. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas objeto da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate; e (d) de prêmio de Oferta de Resgate Antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo ("Valor da Oferta de Resgate Antecipado"). A Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação anúncio ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Companhia a cada um dos Titulares das Notas que serão objeto do resgate antecipado, com cópia para o Agente Fiduciário, a B3, o Banco Mandatário e o Custodiante ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), com, no mínimo, 10 Dias Úteis de antecedência da data do efetivo resgate antecipado, que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em dez séries. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento da respectiva série, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais. |
| Outras características relevantes | Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. Restrições impostas ao emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas, índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0x, até a data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (inclusive); e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir da data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (exclusive) até a Data de Vencimento das Notas Comerciais. Vencimento Antecipado: as hipóteses serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, as quais estão descritas nas Cártulas. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. |

| Valor mobiliário | Debêntures |
|--|--|
| Identificação do valor mobiliário | 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única da espécie quirografia |
| Data de emissão | 28/03/2023 |
| Data de vencimento | 28/03/2029 |
| Quantidade | 1.000.000 |
| Valor nominal global R\$ | 1.000.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 1.000.000.000,00 |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Debêntures (a) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (b) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (i) Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses do anúncio de encerramento da Oferta; e (ii) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total 3ª Emissão"). Por ocasião do Resgate Antecipado facultativo Total 3ª Emissão, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total 3ª Emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total 3ª Emissão. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,30% (dois inteiros e três mil décimos de milésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | As Debêntures não possuem garantia. Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura. |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária 3ª Emissão"). Por ocasião da Amortização Extraordinária 3ª Emissão, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária 3ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária 3ª Emissão.

Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e sujeito ao imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses previstas na Escritura.

Restrições Impostas ao Emissor: A Escritura prevê, como evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações, a não observância do índice financeiro a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração do índice financeiro realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qual seja, Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a: (a) 3,0 (três inteiros) até que as demais dívidas com este covenant vençam ou deixem de existir (inclusive), o que acontecer primeiro; e (b) 3,5 (três inteiros e cinco décimos), a partir de que as dívidas com covenant de 3,0 (três inteiros) vençam ou deixem de existir (inclusive) (c) 4,0 (quatro inteiros) a partir da data em que as demais dívidas com covenant de 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vençam ou deixem de existir (exclusive) até a data de vencimento das Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

| Valor mobiliário | Debêntures |
|--|--|
| Identificação do valor mobiliário | 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única da espécie quirografária |
| Data de emissão | 15/05/2023 |
| Data de vencimento | 15/05/2029 |
| Quantidade | 500.000 |
| Valor nominal global R\$ | 500.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 500.000.000,00 |
| Restrição a circulação | Sim |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Descrição da restrição | As Debêntures (a) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (b) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160 com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (i) Investidores Qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses do anúncio de encerramento da Oferta; e (ii) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total 4ª Emissão"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total 4ª Emissão, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculado pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total 4ª Emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total 4ª Emissão. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | <p>Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única.</p> <p>O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não serão atualizados monetariamente.</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,3% (dois inteiros e três mil décimos de milésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.</p> <p>As Debêntures não possuem garantia.</p> |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura. |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária 4ª Emissão”). Por ocasião da Amortização Extraordinária 4ª Emissão, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária 4ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária 4ª Emissão.

Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e sujeito ao imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses previstas na Escritura.

Restrições Impostas ao Emissor: A Escritura prevê, como evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações, a não observância do índice financeiro a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração do índice financeiro realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qual seja, a Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a: (a) 3,0 (três inteiros) até que as demais dívidas com este covenant vençam ou deixem de existir (inclusive), o que acontecer primeiro; e (b) 3,5 (três inteiros e cinco décimos), a partir de que as dívidas com covenant de 3,0 (três inteiros) vençam ou deixem de existir; e (c) 4,0 (quatro inteiros) a partir da data em que as demais dívidas com covenant de 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vençam ou deixem de existir (exclusive) até a data de vencimento das Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

| Valor mobiliário | Debêntures |
|--|---|
| Identificação do valor mobiliário | 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única da espécie quirografária |
| Data de emissão | 22/11/2023 |
| Data de vencimento | 15/11/2027 |
| Quantidade | 700.000 |
| Valor nominal global R\$ | 700.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 700.000.000,00 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Debêntures (a) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (b) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (i) Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses do anúncio de encerramento da Oferta; e (ii) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | <p>A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total 5ª Emissão”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total 5ª Emissão, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total 5ª Emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total 5ª Emissão.</p> |
| Características dos valores mobiliários de dívida | <p>Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única.</p> <p>O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não serão atualizados monetariamente.</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.</p> |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | <p>As Debêntures não possuem garantia.</p> <p>Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura.</p> |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária 5ª Emissão”). Por ocasião da Amortização Extraordinária 5ª Emissão, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária 5ª Emissão e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária 5ª Emissão.

Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e sujeito ao imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses previstas na Escritura.

Restrições Impostas ao Emissor: A Escritura prevê, como evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações, a não observância do índice financeiro a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração do índice financeiro realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qual seja, o índice Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) até a Data de Vencimento das Debêntures.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário.

| Valor mobiliário | Debêntures |
|--|---|
| Identificação do valor mobiliário | 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única da espécie quirografia |
| Data de emissão | 26/12/2023 |
| Data de vencimento | 26/12/2027 |
| Quantidade | 500.000 |
| Valor nominal global R\$ | 500.000.000,00 |
| Saldo Devedor em Aberto | 500.000.000,00 |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | As Debêntures (a) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, e (b) somente poderão ser negociadas, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, com exceção da negociação entre Investidores Profissionais que poderão ser negociadas livremente, entre (i) Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 6 (seis) meses do anúncio de encerramento da Oferta; e (ii) ao público investidor em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários após decorrido 1 (um) ano do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| Conversibilidade | Não |
| Possibilidade resgate | Sim |

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

| | |
|---|--|
| Hipótese e cálculo do valor de resgate | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total. Não está previsto o pagamento de prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo total. |
| Características dos valores mobiliários de dívida | Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não serão atualizados monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo" expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., acrescida de spread (sobretaxa) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As Debêntures não possuem garantia. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Para as deliberações relativas à Escritura, a Companhia, o Agente Fiduciário e/ou Debenturistas, que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturistas poderão convocar uma assembleia de debenturistas, que poderá ser instalada de acordo com os quóruns estabelecidos na Escritura. |
| Outras características relevantes | <p>Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Primeira Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária. Não está previsto o pagamento de prêmio por ocasião da Amortização Extraordinária parcial.</p> <p>Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e sujeito ao imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura), ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses previstas na Escritura.</p> <p>Restrições Impostas ao Emissor: A Escritura prevê, como evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações, a não observância do índice financeiro a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração do índice financeiro realizada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qual seja, o índice Dívida Líquida Financeira/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) até a Data de Vencimento das Debêntures.</p> |

 Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais |
|-------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| Debêntures | 0 | 0 | 73 |
| Nota Comercial | 0 | 0 | 11 |

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3, conforme descritos na seção 12.4 acima:

- 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 6ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 4ª (quarta) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia; e
- 6ª (sexta) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia;

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, as ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 18 de novembro de 2019, autorizou a quarta emissão de notas comerciais da Companhia, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 370.000.000,00 e foram emitidas 74 notas comerciais com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para aos negócios de gestão ordinária da Companhia, incluindo o financiamento de capital de giro da Companhia e outras atividades previstas no plano de negócios.

Quinta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 16 de abril de 2020, autorizou a quinta emissão de notas comerciais da Companhia, em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.020.000.000,00 e foram emitidas 204 notas comerciais com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para: (i) pagamentos decorrentes da operação de aquisição de ativos (produtos e licenças) da Takeda Pharmaceuticals International AG (ou alguma de suas afiliadas, conforme aplicável) em determinados países da América Latina, recém adquiridos pela Hypera S.A.; e/ou (ii) reforço de caixa da Companhia, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Sexta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 5 de abril de 2021, autorizou a sexta emissão de notas comerciais da Companhia, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 300.000.000,00 e foram emitidas 100 notas comerciais com valor nominal unitário de R\$ 3.000.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para reforço de caixa da Companhia, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 27 de novembro de 2020, autorizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, sem garantias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Pública de Distribuição da 1ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 485.000.000,00 e foram emitidas 485.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 1ª Emissão de Debêntures foram destinados para refinanciamento de dívida e reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 22 de novembro de 2021, autorizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Pública de Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.000.000.000,00 e foram emitidas 1.000.000 de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Terceira Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 28 de março de 2023, autorizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("**Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.000.000.000,00 e foram emitidas 1.000.000 de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Quarta Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 15 de maio de 2023, autorizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("**Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 500.000.000,00 e foram emitidas 500.000 de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Quinta Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de novembro de 2023, autorizou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro automático de distribuição ("**Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 700.000.000,00 e foram emitidas 700.000 de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Sexta Emissão de Debêntures Simples

A reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de dezembro de 2023, autorizou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública por meio do rito de registro

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

automático de distribuição ("**Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures**"). O valor total de tal emissão foi de R\$ 500.000.000,00 e foram emitidas 500.000 de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos das ofertas.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio no que se refere às ofertas.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Cargo do responsável | Status | Justificativa |
|---|--------------------------------------|------------|---------------|
| Alexandre Mendes Palhares | Diretor de Relações com Investidores | Registrado | |
| Marco Billi | Diretor Presidente | Registrado | |

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 – Declaração individual do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, **Marco Billi**, brasileiro, solteiro, graduado em Relações Internacionais e Economia, portador(a) de cédula de identidade RG n.º 30.295.538-0 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o n.º 395.608.208-77, residente e domiciliado(a) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Brito Peixoto, 554, Vila Cordeiro, CEP 04582-020 na qualidade de Diretor Presidente da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



Marco Billi
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 - Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Eu, **Alexandre Mendes Palhares**, brasileiro, casado, administrador, portador(a) de cédula de identidade RG n.º 43.770.095-1 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o n.º 336.929.188-60, residente e domiciliado(a) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Brito Peixoto, 554, Vila Cordeiro, CEP 04582-020, na qualidade de Diretor de relações com Investidores da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, ("Companhia"), neste ato declaro que:

- d) revi o formulário de referência;
- e) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- f) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



Alexandre Mendes Palhares
Diretor de Relações com Investidores